



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

PRISCILLA CABRAL DIBAI

A DIREITA RADICAL NO BRASIL PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO:

O CASO DE JAIR BOLSONARO

Salvador, fevereiro de 2018

PRISCILLA CABRAL DIBAI

**A DIREITA RADICAL NO BRASIL PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO:
O CASO DE JAIR BOLSONARO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge Fonseca
Sanches de Almeida

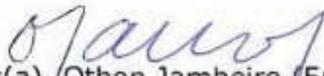
Salvador

Fevereiro de 2018

PRISCILLA CABRAL DIBAI

**A DIREITA RADICAL NO BRASIL PÓS -
REDEMOCRATIZAÇÃO: O CASO DE JAIR BOLSONARO**

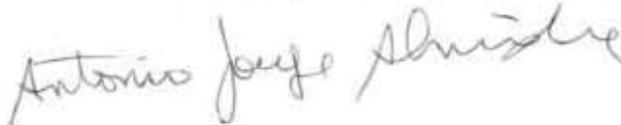
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e, aprovada em vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito, pela Comissão formada pelos professores:



Prof(a). Dr(a). Othon Jambeiro (FACOM-UFBA)
Doutor em Comunicação pela Universidade Politécnica Central de Londres



Prof(a). Dr(a). Carla Galvão (FFCH -UFBA)
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia



Prof(a). Dr(a). Antonio Jorge Almeida Sanches (FFCH - UFBA)
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PARECER DA DISSERTAÇÃO

MESTRANDO(A): Priscilla Cabral Dibai

TÍTULO: "A Direita Radical no Brasil pós - redemocratização: O caso de Jair Bolsonaro"

DATA DA DEFESA: 21 de fevereiro de 2018

BANCA:

Prof(a). Othon Jambeiro- FACOM-UFBA ()

Prof(a). Carla Galvão - ~~FFCH~~ () FFCH -UFBA ()

Prof(a). Antonio Jorge Almeida Sanches - FFCH - UFBA ()

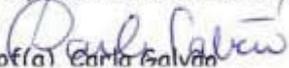
APROVADO
 REPROVADO

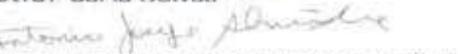
PARECER:

A aluna apresentou o trabalho depois foi arquivada e respondeu aos questionários. A banca se reuniu e deliberou para aprovação da dissertação com indicação para publicação pela qualidade do trabalho. Tema atual e pesquisa inovadora.

ASSINATURA:


Prof(a). Othon Jambeiro


Prof(a). Carla Galvão


Prof(a). ANTONIO JORGE ALMEIDA SANCHES

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dibai, Priscilla
A direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de
Jair Bolsonaro / Priscilla Dibai. -- Salvador, 2018.
151 f.

Orientador: Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida.
Dissertação (Mestrado - Ciências Sociais) -- Universidade
Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,
2018.

1. Direitas brasileiras. 2. Direita radical. 3. Jair
Bolsonaro. I. Fonseca Sanches de Almeida, Antonio Jorge. II.
Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em especial, ao professor Jorge Almeida, pelos ensinamentos, apoio, parceria e autonomia na realização deste trabalho. A ti, professor, todo meu respeito, carinho e admiração. Também gostaria de registrar meus agradecimentos à professora Íris Gomes, que me ajudou, com aulas, reuniões e muitas horas de conversa, a planejar e refletir melhor sobre o conteúdo e forma deste trabalho. Também sou grata aos professores que integraram a banca desta dissertação, professor Othon Jambeiro e professora Carla Galvão, pelas inúmeras contribuições e por cederem seu tempo e conhecimento no aperfeiçoamento deste estudo.

Tenho muito a agradecer e sentirei saudades dos demais professores do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (PPGCS) da UFBA, que me ajudaram a ampliar o entendimento sobre as complexidades da realidade social. Aos funcionários do PPGCS, obrigada pelo suporte e pela 'troca de *e-mails*' de todo esse período. Aos colegas do programa, sentirei falta de nossa convivência e de nossa rede de apoio.

Gostaria de agradecer imensamente à minha mãe, que, ao longo desses anos, não tem cuidado apenas de mim, mas também dos meus filhos, dividindo tarefas e turnos, a me permitir estudar mais e melhor. Sou grata pelo apoio e amor de minha madrinha, que também tem cuidado de mim e dos meus filhos. Agradeço ainda a amigos especiais, que, direta e indiretamente, me fortaleceram para que eu concluísse mais essa meta e etapa.

Para João Francisco e Helena,
que misturam dinossauros e fadas
à dureza de meus livros.

“Há sempre um pouco de pensamento mesmo nas instituições mais tolas, há sempre pensamento mesmo nos hábitos mudos. A crítica consiste em caçar esse pensamento e ensaiar a mudança: mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê, fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si, não o seja mais em si. Fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais”.

Michel Foucault, maio de 1981

RESUMO

Esta pesquisa se debruça sobre os discursos do deputado federal Jair Bolsonaro na mídia, entre 1997 e 2017, com o objetivo de identificar e analisar os elementos ideológicos predominantes em sua visão de mundo e entender suas relações com categorias apontadas como constituidoras do radicalismo de direita, espectro que vem crescendo e se fortalecendo em democracias de todo o mundo, desde 1980. Como a intenção é, a partir do caso de Bolsonaro, refletir sobre o fenômeno no Brasil, o trabalho analisou os discursos do ator a partir de categorias teórico-metodológicas apontadas como constituidoras da ideologia da direita radical, sendo: nacionalismo, xenofobia, racismo, Estado forte e antidemocracia. Uma vez que a literatura específica é preponderantemente europeia, este trabalho buscou dialogar com os casos europeus, para identificar similaridades e diferenças entre as realidades da Europa e do Brasil. Como metodologia, foi realizado um estudo de caso, a partir da técnica de análise de conteúdo. Foram utilizadas como corpus de pesquisa entrevistas multitemáticas concedidas pelo parlamentar a diversos veículos de comunicação. Jair Bolsonaro é ex-militar, apoiador da ditadura militar de 1964, tem 30 anos de carreira política e tem se firmado como uma das principais lideranças da direita brasileira, nos últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Jair Bolsonaro, direita brasileira, nova direita radical brasileira, antidemocracia, Estado Forte, xenofobia, racismo, nacionalismo.

ABSTRACT

This research focuses on the speeches of federal deputy Jair Bolsonaro in the media between 1997 and 2017, with the aim of identifying and analyzing the predominant ideological elements in his worldview and understanding his relations with categories identified as constituting the right radicalism, a spectrum that has been growing and strengthening in democracies around the world since 1980. As the intention is, from the case of Bolsonaro, to reflect on the phenomenon in Brazil, the work analyzed the speeches of the actor from theoretical-methodological categories pointed as constituents of the ideology of the radical right, being: nationalism, xenophobia, racism, 'strong state' and anti-democratic. Since the specific literature is predominantly European, this work sought to dialogue with European cases to identify similarities and differences between the realities of Europe and Brazil. As methodology, a case study was carried out from content analysis. It was used as corpus of research multi-thematic interviews granted by the parliamentarian to media. Jair Bolsonaro is an ex-military supporter of the military dictatorship of 1964, has a 30-year political career and has established himself as one of the main leaders of the Brazilian radical right in recent years.

KEYWORDS: Jair Bolsonaro, radical right, radical new right, anti-democracy, Strong State, xenophobia, racism, nationalism.

SUMÁRIO

Introdução	13
A escolha e relevância do caso	17
Plano de trabalho e procedimentos metodológicos	18
Corpus de pesquisa	20
Capítulo 1 – A direita no pós-globalização	
1.1 Introdução	23
1.2 Significados clássicos	25
1.3 Significados no pós-globalização	31
1.4 A questão da igualdade e da liberdade	38
Capítulo 2 – O radicalismo de direita no pós-globalização	
2.1 Introdução	45
2.2 As correntes teóricas	48
2.3 Os termos	53
2.4 As características fundadoras	56
2.5 O aspecto populista da direita radical	63
Capítulo 3 – A direita radical no Brasil	
3.1 Considerações históricas	66
3.2 Jair Bolsonaro: breve perfil	73
3.3 O início da carreira política	76
3.4 O comportamento político na Câmara Federal	79
3.5 Ascensão e popularização nos anos 2010	87
Capítulo 4 – A análise dos discursos de Jair Bolsonaro	
4.1 Nacionalismo	90
4.2 Xenofobia	100

4.3 Racismo	105
4.4 Estado forte	113
.5 Antidemocracia	121
Capítulo 5 – Antidemocracia na democracia	
5.1 Tipos de antidemocracia em Bolsonaro	129
5.2 Principais grupos desconstruídos	132
5.3 Reflexões sobre os achados	143
Conclusão	145
Referências bibliográficas	150

INTRODUÇÃO

Muitos pesquisadores têm demonstrado interesse na ascensão da chamada ‘nova direita’ no Brasil, nos últimos anos. Com isso, diversas pesquisas vêm sendo elaboradas, no sentido de compreender melhor esse ‘novo momento’ dessa velha ideologia. Os objetos de interesse são variados, desde a atuação política dos grupos (neo)conservadores no Congresso Nacional (DANTAS, 2011; BERLATTO et al, 2016; ALMEIDA, 2017) até as manifestações ocorridas entre 2014 e 2017 contra o governo e/ou pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (ORTELLADO e SOLANO, 2016; ORTELLADO et al, 2017; MESSENERG, 2017).

Dessa maneira, esta dissertação é parte do esforço de discutir essa nova, complexa e ascendente fase das direitas brasileiras, contribuindo para o debate e lançando algumas ideias e interpretações, a partir da investigação dos discursos do deputado federal Jair Bolsonaro, que desde os anos 2010 vem se firmando como uma das principais lideranças do bloco da direita, no país.

Bolsonaro tem 30 anos de carreira política, está no sétimo mandato consecutivo como deputado federal, é capitão da reserva do Exército, defensor da ditadura civil-militar de 1964-1985 e conhecido por declarações ofensivas a determinados grupos e identidades sociais. Acredita-se que, a partir de 2012, tenha alcançado popularidade e visibilidade para além do seu nicho de origem (ou principal nicho), o militar, conseguindo penetração e aceitação em outros segmentos da sociedade. Desde 2014, vem se apresentando como possível candidato à presidência da República.

Sua popularidade nas redes sociais é uma das mais altas. Conta com 4,4 milhões de fãs seguidores em sua *fanpage* no *Facebook*, contra 3,2 milhões dos ex-presidentes Dilma Rousseff; 2,94 milhões de Lula e 519 mil de Fernando Henrique Cardoso¹. Tematiza pelo menos nove *sites* ativos da internet²: o oficial bolsonaro.com.br, jairbolsonaro2018.com.br, famiabolsonaro.blogspot.com, bolsonarodosul.com.br, mentiramparamimsobreojair.com, bolsonarotaragua.com.br, jairbolsonaro.net, motivosparavotarembolsonaro.org e bolsonarocristao.com.br. Seu nome também aparece em inúmeros perfis falsos (*fakes*) do *facebook* e em pelo menos 90 contas *fakes* do *youtube*³.

¹ Números apurados em julho de 2017, no Facebook.

² Dados apurados em julho de 2017, em pesquisa de busca simples na internet.

³ Dados apurados em julho de 2017, nas redes sociais Facebook e Youtube.

Nas eleições de 2014, foi o deputado federal mais votado pelo estado do Rio de Janeiro, com 464 mil votos. Além disso, vem sendo consecutivamente eleito, mesmo tendo sua imagem envolvida em inúmeras polêmicas, sendo alvo de quase 30 pedidos de cassação de mandato no Congresso Nacional – a imensa maioria por quebra de decoro parlamentar – e respondendo a processos judiciais no Supremo Tribunal Federal (STF).

Com tudo isso, considera-se relevante estudar os elementos ideológicos contidos nos discursos desse ator, principalmente pela excentricidade e especificidade de sua atuação no Parlamento brasileiro, bem como pela visibilidade, popularidade e liderança alcançadas, nos últimos anos, no cenário social, político e midiático brasileiro. Bolsonaro é um objeto de pesquisa importante, porque goza da condição de agente político formalmente eleito, creditado pelo voto, com autoridade política reconhecida e autorizada pelas instituições e regras da democracia liberal.

Infelizmente, este trabalho descobriu tardiamente importantes artigos nacionais que ajudariam a refletir melhor a temática. Alguns ainda foram acessados e lidos, outros não. Como há muitos materiais em produção, inclusive sobre o objeto desta pesquisa, também não foi possível diálogos mais diretos. Ainda assim, o que se tem percebido, a partir dessa literatura nacional, sobretudo a que se atém aos discursos, é que os achados se aproximam bastante, mesmo em objetos diferentes.

A tese de Dantas (2011) sobre a ideologia da ‘bancada evangélica’; o estudo de Almeida (2017) sobre os evangélicos e o (neo)conservadorismo; o artigo de Messenberg (2017) sobre os formadores de opinião da ‘nova direita’ durante as manifestações pró-*impeachment*; mais os trabalhos de Solano e Ortellado (2016) com os manifestantes de direita, nas ruas de São Paulo; apresentam importantes convergências no que se refere aos temas e/ou ideias-força das direitas brasileiras no pós-globalização e pós-redemocratização. Esses pesquisadores destacam, em comum, a colocação dos valores morais no centro do debate; defesa das ideias de ordem, segurança, punição e pátria; e intolerância social em relação às variadas formas de sexualidade, postura política e credos religiosos.

Mesmo inserido nessa ampla discussão, sobre a nova direita brasileira, este trabalho está voltado, mais diretamente, para o conceito de radicalismo de direita pós-1980, fenômeno que vem se manifestando na Europa, desde o fim do século XX. Assim, o pressuposto adotado é que, dentro do imenso bloco ideológico das direitas brasileiras, existe uma versão mais radicalizada dessa direita, que sustenta determinadas particularidades e rotinas que se alinham com o que a literatura internacional (sobretudo europeia) tem conceituado como ‘nova direita radical’ ou ‘nova direita radical populista’.

Com isso, a hipótese sustentada é de que o radicalismo de direita também está manifestado e presente no atual cenário político-discursivo brasileiro, sendo o deputado federal Jair Bolsonaro um relevante (re)produtor de discursos, ideias e crenças alinhados a esse espectro no país. Para investigar a relação entre o ator e o fenômeno, foram adotadas como referências cinco categorias teórico-metodológicas recorrentemente mobilizadas na discussão dessa ideologia, que são: nacionalismo, xenofobia, racismo, Estado forte e antidemocracia.

Assim, o objetivo do trabalho é analisar os elementos ideológicos contidos nos discursos de Jair Bolsonaro e compreender suas relações com categorias apontadas como constituidoras da direita radical, identificando similaridades e diferenças entre as realidades do Brasil e da Europa, considerando que a teoria específica reflete, preponderantemente, os casos europeus. A expectativa é de que essa análise ajude a refletir mais sobre esse fenômeno no Brasil, no pós-redemocratização e pós-globalização. Dessa maneira, tem-se como questão de investigação: quais os elementos ideológicos predominantes nos discursos de Jair Bolsonaro, entre 1997 e 2017, e quais suas relações com categorias apontadas como constituidoras do radicalismo de direita?

No primeiro capítulo da dissertação, foi discutida a direita, enquanto macro campo teórico, que comporta e estrutura o caso Bolsonaro. Como parte das discussões, foram debatidos os sentidos, validades e diferenças essenciais entre direita e esquerda no pós-1980, considerando que a globalização provocou impactos e modificações no mundo, que refletiram diretamente na díade de classificação política. Essa discussão é importante, porque indica que os termos também foram afetados pelo fenômeno globalizatório, que alterou parte de seus padrões e significações clássicas. Além disso, este capítulo oferece indícios de que o caso Bolsonaro não pode ser compreendido tão somente e exclusivamente na perspectiva das direitas clássica ou neoliberal, sendo necessárias outras categorias e vieses teóricos para uma compreensão mais adequada e detalhada de suas manifestações/ocorrências. Para essa discussão, dialogou-se com quatro autores, principalmente: Norberto Bobbio, Anthony Giddens, Perry Anderson e Adolfo Sanchez Vázquez.

No segundo capítulo, foi debatido o radicalismo de direita, que também ganhou novas dimensões e aportes teóricos no pós-globalização. Nesse sentido, um dos debates mais interessante concentra-se, exatamente, no esforço de grande parte dos pesquisadores em diferenciar essa nova direita radical do fim do século XX do fascismo da primeira metade do século XX, bem como problematizar a face antidemocrática dessa ideologia, considerando

que a antidemocracia é um ideia-chave na discussão do radicalismo de direita. De poucos consensos, o campo da direita radical comporta uma variedade de nomenclaturas, contextos e características fundadoras, que também foram apresentados e debatidos neste capítulo. Essas discussões foram importantes para definir os caminhos teóricos a seguir e para conhecer as principais linhas de argumento do campo de pesquisa. Nesse debate, dois autores, mesmo havendo outros, foram mais requisitados: Cas Mudde e Michael Minkenberg.

No terceiro capítulo, foi realizada uma pesquisa em relação à trajetória política do ator Jair Bolsonaro, em 30 anos de vida parlamentar, com o levantamento de suas principais atuações, votos, projetos defendidos, polêmicas que esteve envolvido, pedidos de cassação, entre outros. O objetivo foi oferecer um resumo detalhado de sua atividade política, que serve tanto para enriquecer o caso como para subsidiar as inferências produzidas pela dissertação. A fonte mais útil, nesse capítulo, foi o perfil biográfico do autor, existente e disponibilizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. Porém, o perfil só oferecia informações do parlamentar até 2008/2009, antes de ele ascender, de fato, como liderança nacional da direita radical. Para complementar o quadro informativo, a pesquisadora recorreu a jornais, revistas e toda mídia possível. De antemão, pode acontecer que, pela própria especificidade e rotina desse trabalho de busca e levantamento na mídia, alguns dados e acontecimentos tenham ficado de fora da pesquisa, seja por alguma displicência ou pela interpretação de que não seriam necessariamente relevantes.

Além disso, o capítulo incluiu um breve relato histórico das ideias e movimentos da direita radical no Brasil, da monarquia até as candidaturas de Enéas Carneiro à presidência da República, em 1989 e 1994. A intenção foi sustentar que discursos relacionados ou alinhados a essa ideologia circulam há muito tempo no país, de forma duradoura, ainda que difusa. Ajudaram nessa tarefa os historiadores José Bertonha e Odilon Caldeira Neto, bem como Juan Linz e Alfred Stepan. Marilena Chauí e Florestan Fernandes ajudaram na reflexão sobre o autoritarismo brasileiro.

No capítulo 4, foram analisados os discursos de Bolsonaro, a partir das cinco categorias teóricas que nortearam o trabalho: nacionalismo, xenofobia, racismo, Estado Forte e antidemocracia, de maneira a discutir possíveis relações, similaridades ou diferenças com que o propõe à literatura específica europeia. No quinto capítulo, debateu-se os tipos de antidemocracia mais evidentes no caso Bolsonaro e os principais inimigos construídos nos

discursos desse ator. Na conclusão, foram apresentados os principais achados da pesquisa e as mais relevantes contribuições teórico-analíticas da dissertação.

ESCOLHA E RELEVÂNCIA DO CASO

Esse estudo e essa temática se justificam pela notória ascensão do radicalismo de direita, em todo o mundo. Líderes, partidos e/ou movimentos ligados à direita radical ressurgiram no pós-1980, de maneira que se torna importante (re)discutir esse fenômeno e trazer as preocupações que hoje se concentram sobretudo na Europa e América do Norte para a realidade brasileira. Ainda que seja uma ideologia de proporções mundiais, os enunciados e práticas do radicalismo de direita variam conforme o país, o contexto, a história e a cultura.

A literatura dá conta que o radicalismo de direita tem dois momentos-auge: o nazifascismo, nas décadas de 1920/1930 do século XX, e o pós-1980 – chamado de nova direita radical ou populismo radical de direita –, entre os séculos XX e XXI. Este trabalho se concentra nesse segundo momento histórico do fenômeno, que tem se manifestado em democracias, inclusive naquelas apontadas como estáveis, como os Estados Unidos e a França.

Enquanto área de pesquisa, a direita radical pós-1980 apresenta interessantes paradoxos ao campo acadêmico, principalmente pelo fato de seus líderes/representantes participarem do jogo democrático, ainda que as bases ideológicas ou ideias políticas defendidas e/ou disseminadas para o cidadão-eleitor sejam passíveis de questionamento quanto à adequação e à conformidade aos princípios, valores e crenças da própria democracia liberal.

Sobretudo depois das experiências nazifascistas, pelos efeitos gerados na sociedade, a ciência tem demonstrado considerável preocupação em oferecer compreensões sobre discursos e práticas que tentam normalizar posturas e ideias excessivamente autoritárias, exclusórias e violentas, com o objetivo de não apenas descrevê-los e contextualizá-los, mas, principalmente, de rastrear seus pilares ideológicos, de desnaturalizar seus ‘purismos’, de desmistificar seus símbolos/sentimentos, de identificar seus inimigos e de mapear suas ameaças. A identificação e entendimento da materialidade que dá sustentação a esses discursos/práticas e os transformam em ações cotidianas têm sido, acredita-se, uma das tarefas mais significativas dos pesquisadores dessa temática, a partir do rigor e critério do trabalho científico.

Vale a pena registrar que o radicalismo de direita pós-1980 ainda é pouco estudado no país e que as pesquisas realizadas nos últimos anos, mesmo no Brasil, referem-se, de forma majoritária, aos contextos da Europa. Além disso, em busca realizada nos principais bancos de dados acadêmicos, não foram encontrados estudos concluídos sobre o caso Bolsonaro, ainda que haja pesquisadores desenvolvendo trabalhos, diretos e indiretos, sobre esse ator. Assim, esta dissertação se mostra, ao mesmo tempo, útil e pioneira, à medida que pode contribuir tanto para a discussão do tema quanto para o fortalecimento do campo de pesquisa no Brasil.

PLANO DE TRABALHO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta dissertação testou quais categorias, entre nacionalismo, xenofobia, racismo, Estado Forte e antidemocracia, apareceram no caso brasileiro, de que maneira estiveram manifestadas e que frequência, força e relevância assumiram no conjunto de posições discursivo-ideológicas. Essas mesmas características foram utilizadas por Mudde para teste em cinco partidos europeus, que originaram o livro *The ideology of the extreme right (2000)*.

Mesmo este trabalho não estudando partidos políticos, como é recorrente na Europa, acredita-se que essas ideias-chave, sobretudo pela centralidade que ocupam nas discussões teóricas sobre o tema, são adequadas e úteis para se pensar também a ideologia dos atores. Além do mais, no Brasil, o reaparecimento vigoroso do radicalismo de direita não se deu por meio de partido, mas via liderança, de maneira que, para a compreensão do fenômeno, seria fundamental compreender seus discursos e práticas políticas.

Como esta dissertação queria observar se havia alinhamentos entre o discurso do ator e o campo do radicalismo de direita, foi fundamental se referenciar no que a teoria específica indicava como prováveis sustentáculos ideológicos do espectro. Por outro lado, também foi necessário identificar as especificidades do caso brasileiro, de maneira que o trabalho não se furtou em descrever as particularidades, inclusive as diferenças, observadas na análise.

Esta investigação tem natureza qualitativa, descritiva e analítica, uma vez que o problema de pesquisa exigiu a descrição de um ator/cenário, requereu análise de dados para identificar temas ou categorias e culminou em interpretações e conclusões, a partir de significados/achados (CRESWELL, 2007, p. 186). Assim, a pesquisa qualitativa permite a exploração de um fenômeno e suas variáveis, além da discussão de seus aspectos teóricos, com o conseqüente desenvolvimento de teorias, a partir da interpretação dos dados.

O método escolhido foi o Estudo de Caso, a partir da técnica de Análise de Conteúdo. O Estudo de Caso permite que ocorrências particulares diretamente relacionadas a um fenômeno maior e mais abrangente possa ajudar na compreensão desse mesmo fenômeno. Nesse tipo de abordagem, as unidades estudadas não devem ser investigadas de forma isolada ou dissociada do contexto ou do fenômeno que as inclui e/ou representam.

A capacidade de aprofundamento no fenômeno é um dos aspectos que tornaram esse método importante, ao permitir desde testes até aportes teóricos. A ancoragem trazida pelo Estudo de Caso permitiu que variáveis fossem testadas no ator analisado, contribuindo não apenas para identificar alinhamentos entre o caso-fenômeno, mas ajudando a identificar a presença, recorrência e força dessas variáveis nos discursos.

A análise de conteúdo (AC) possibilitou, como lembra Bardin, compreender as comunicações para além dos seus significados imediatos, estimulando a leitura atenta e a descrição de mecanismos. Esse tipo de método tem duas funções que se complementam: primeiro, fortalece a prática exploratória e aumenta a propensão à descoberta; depois, serve de prova, graças ao procedimento da análise sistemática, na verificação de hipóteses, estruturando e referendando as interpretações e correlações realizadas (1977, p. 29-30)

A análise de conteúdo foi definida como técnica, visto a grande quantidade de informações a serem analisadas e a importância que tem o texto, como meio de expressão que contém importantes registros a serem captados: valores, regras, normas, traços do conflito e do argumento, etc. Portanto, visa-se identificar padrões nesse conjunto de conteúdos discursivos, que permita a produção inferencial do texto para seu contexto social (BAUER, 2002, p. 191).

Evidentemente que para a AC ser válida e gerar resultados satisfatórios, é imprescindível estar fundamentada nos materiais pesquisados, em congruência com a teoria e com o objetivo de pesquisa, de maneira que a técnica não substitui “uma boa teoria” nem “um problema de pesquisa sólido”, assim como ser explícito se confirma como uma “virtude metódica” (ibid., p. 195), para que limitações sejam compreendidas e resultados possam ser comparados, caso necessário (KKV, 1994, p. 36).

Este trabalho entende que o caso Jair Bolsonaro é bastante rico, potencial e não menos complexo, de maneira que muitos aspectos deixaram de ser registrados, em função do recorte, do objetivo, dos dados e da metodologia adotados. Obviamente que esse objeto e tema poderiam ter sido explorados de inúmeras outras formas, a partir de variados ângulos, diferentes metodologias e teorias totalmente distintas das utilizadas aqui. Além disso, como Bolsonaro está em atividade e evidência, a assumir discursos e posturas que chamam muito

a atenção da mídia, não seria incomum se o leitor tivesse suas próprias hipóteses e ‘certezas’.

No entanto, é importante reafirmar que o trabalho não esteve comprometido em estudar a relação entre a mídia e Bolsonaro, tampouco teria fôlego, método e teoria para analisar, criteriosamente, os motivos/causas de sua ascensão política. Da mesma forma, não tratou de aspectos importantes associados ao caso, como a discussão sobre seu carisma/liderança; sua relação com as bancadas evangélica, ruralista e policial; a variação de seus discursos ao longo do tempo; uma possível mudança de agenda e tom, após a pré-candidatura à Presidência da República, entre outros.

CORPUS DE PESQUISA

Os dados são sempre passíveis de contestação, devido à impossibilidade de captá-los e abarcá-los em sua totalidade, pluralidade e desdobramentos. Na Ciência Política, é muito comum os estudos sobre ideologia recorrerem aos programas eleitorais ou materiais oficiais do partido/candidato. Mesmo sendo prática majoritária, há quem critique a eficácia das informações, alegando que não estão nelas a ‘verdadeira face’ do partido/candidato (MUDDE, 2000, p. 7-8). Outros recorrem às entrevistas, na tentativa de ouvir dos próprios agentes a ‘ideologia’ do ator/partido. Também para esse caminho, há críticas, por que o indivíduo sempre pode fingir, iludir e não dizer (*ibid.*). Alguns analisam jornais, revistas e aparições na televisão, que também são questionados por sofrerem a ingerência da mídia, que os pauta, edita e recorta. Com tudo isso, se quer dizer que a escolha dos dados e do método são sempre um risco na conta de quem pesquisa e uma questão que, inevitavelmente, precisa ser enfrentada. A transparência em relação aos procedimentos e dados adotados é a estratégia utilizada por esta dissertação para enfrentar esse dilema.

O *corpus* selecionado é composto por discursos do próprio Bolsonaro, com finalidade midiática, ou seja, ‘falas’ publicizadas na mídia e, portanto, disseminadas para o público em geral. Acredita-se que esse conjunto de dados possa reconstruir as maneiras pelas quais a realidade é representada por esse ator político (BAUER, GASKELL & ALLUM, 2003, p. 22).

A pesquisa dividiu os dados em: **Material Empírico Principal**, que são entrevistas multitemáticas, utilizadas na análise de todas as categorias; e o **Material Empírico Complementar**, que contém materiais opinativos sobre temas específicos e pontuais, utilizados para ampliar a discussão em algumas categorias.

Na seleção do Material Empírico Principal (MEP), o esforço foi incluir a maior variabilidade de datas possíveis, de maneira a formar um intervalo de tempo representativo, visto a longa carreira política do ator estudado. Além disso, a pesquisa também se preocupou em adotar diferentes programas, veículos, apresentadores e emissoras. Assim, integram o MGP, um total de 19 entrevistas, referentes ao período de 1997 a 2017. O conjunto, depois de transcrito e/ou copiado para o *Word*, totalizou 160 laudas. Desse total, oito foram entrevistas exibidas/produzidas pela televisão e onze foram entrevistas produzidas/divulgadas em jornais e sites.

Televisão

1997 – Programa Câmera Aberta/TV Record (35:39)

1999 – Programa Câmera Aberta/TV Record (53:19)

2011 – Programa do Jô/TV Globo (22:24)

2011 – CQC (quadro ‘O Povo Quer Saber’)/TV Band (5:55)

2012 – Brasil em Discussão/Record News (56:04)

2012 – Agora é Tarde/ TV Band (32:12)

2016 – Programa do Ratinho/SBT (43:16)

2015 – Mariana Godoy Entrevista – Rede TV (41:03)

* Todos os vídeos, até a data de término desta dissertação, estavam disponíveis no *youtube*

Jornais e/ou site

2000 – Revista IstoÉ Gente;

2011 – Revista Playboy;

2011 – Revista Época;

2013 – Revista Época;

2014 – Jornal Zero Hora (RS);

2014 – Site Infomoney;

2014 – Jornal El País;

2015 – Correio Braziliense (DF);

2016 – Jornal The New York Times⁴ [entrevista foi gravada na íntegra pelo deputado e disponibilizada no Youtube (1:16:26)]

⁴ Como o material foi disponibilizado na íntegra, no youtube, e o jornal The New York Times não o converteu em entrevista no formato ‘pergunta e resposta’, mas em uma reportagem, a pesquisa preferiu utilizar para análise o

2017 – Folha de São Paulo;

2017 – Revista Veja.

* A imensa parte desse material foi acessada pela Internet, o que dificulta a indicação das informações específicas que se costuma ter na versão impressa (número de páginas, posição ocupada no veículo, forma de diagramação, etc).

Integram o Material Empírico Complementar, seis itens:

1986 – Artigo ‘O salário está baixo’ /Revista Veja;

2003 – Vídeo da discussão com a deputada federal Maria do Rosário /Rede TV (2:19);

2011 – Artigo ‘Comissão da Inverdade’ /Jornal Folha de São Paulo;

2011 – Artigo ‘Contra a Lei que proíbe dar palmadas’ / Jornal O Dia (RJ);

2013 – Participação no documentário da TV BBC, com Stephen Fry (12:53);

2014 – Artigo ‘Censura Escancarada’ /Jornal Folha de São Paulo;

vídeo, considerando que, uma vez compartilhado na rede social *youtube*, o público em geral também poderia ter acesso.

CAPÍTULO 1

A DIREITA NO PÓS-GLOBALIZAÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, foi discutido o espectro da direita, em busca de referências teóricas sobre seus significados, crenças e valores fundamentais, bem como suas características constituidoras e discursos recorrentes. Para estar de acordo com o tempo histórico do objeto/ator aqui estudado, que se lança efetivamente na política em 1986, na primeira eleição após a redemocratização do Brasil, as discussões focaram na direita pós-1980, chamada por grande parte da literatura de ‘nova direita’, em marco aos efeitos e mudanças provocados pela globalização.

Para esta discussão, foram colocados em debate quatro diferentes autores, que discutem, principalmente, a validade e o sentido da díade, no final do século XX. Norberto Bobbio, Anthony Giddens, Perry Anderson e Adolfo Sánchez Vázquez desenvolveram um diálogo interessante entre si, a partir do livro ‘Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política’, lançado originalmente em 1994, por Bobbio, que foi comentado, de forma direta, pelos outros três teóricos⁵. Em torno do tema, eles estabeleceram relações de concordância e discordância que ajudam a pensar os termos, sobretudo, no pós-globalização.

Giddens deu uma atenção especial ao assunto, publicando dois livros – ‘Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical’, em 1996, e ‘A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia’, em 2000 –, em que reflete, em determinados capítulos, a questão da direita e esquerda, em sua relação direta com a globalização. Anderson, autor de ‘*Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*’, de 2005, foi um dos mais contundentes e assíduos comentadores do livro de Bobbio. O debate direto entre eles somou uma crítica de Anderson, em 1996, uma réplica de Bobbio, em 1998, e uma tréplica de Anderson, também em 1998. Vázquez também dedica algumas páginas do livro ‘Entre a Realidade e a Utopia’, de 1999, a comentar os argumentos de Bobbio e as principais linhas de questionamento à díade.

Assim, o debate entre eles se firma, principalmente, entre os que estão convencidos da validade da direita e esquerda no pós-globalização, a defendê-la, apesar de reconhecer a

⁵ Exceto ‘Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical’, de Giddens.

existência de ambiguidades e contrassensos (VÁZQUÉZ, 2001; BOBBIO, 2011); e os incrédulos sobre sua capacidade de responder e representar o mundo recente, frente a formatos, ações e valores que se modificaram e/ou flexibilizaram demasiadamente, seja pelo aumento da reflexividade do indivíduo diante da globalização e suas consequências (GIDDENS, 1994; 1998), seja pela tendência de deixar de existir em um número crescente de países, uma vez que não têm relevância estrutural, enquanto sistema de classificação, em duas das maiores potências econômicas do mundo: Estados Unidos e Japão (ANDERSON, 2012).

Esta dissertação, como Bobbio e Vázquez, acredita que a direita e a esquerda ainda são referenciais válidos, que ajudam a refletir sobre a política, mesmo em tempos de globalização, de enfraquecimento do sistema partidário, de surgimento de novos movimentos e diante de novas formas de manifestação política. A diáde continua tão ativa e efetiva no século XXI, que circula inclusive nos novos espaços de interação/vivência sociais, como a Internet, por exemplo, a fazer parte dessa nova forma de se relacionar, protestar, debater e viver cotidianamente.

Também foi tratado neste capítulo, do sentido clássico dos termos, quando do surgimento da direita e esquerda, na Revolução Francesa (1789), com a apresentação de alguns autores que contribuíram para a formatação dos princípios e ideias-chave da direita. Essa passagem é interessante, porque é a partir do olhar sobre a visão clássica, que os autores contemporâneos refletem sobre suas modificações, variações e flexibilizações, baseando-se nos sentidos adquiridos no passado para entender possíveis novos formatos e rearranjos.

Utiliza-se o termo 'direita' no singular, em referência à ideologia da direita, mas o trabalho está ciente de que existem várias direitas dentro da própria direita⁶. Distante de ser um bloco uno e fechado, essa família ideológica tem se subdividido, ao longo da história, em uma diversidade de tendências, grupos, movimentos e lemas, que variam conforme o contexto, a época e as relações vigentes. Assim, a direita é formada por um conjunto de partes desiguais, que, mesmo com diferenças entre si, acabam convergindo em torno de certas perspectivas, ideias e/ou ações, de maneira a formar uma imensa – porém diversa, ambígua e dinâmica – constelação ideológica.

⁶ No campo da esquerda, não é diferente. Durkheim, no início do século XX, já falava em socialismos, em referência à grande variedade de pensamentos, proposições e escolas relacionadas a essa perspectiva ideológica (1975, p. 204). Giddens também evidencia a grande diversidade de elementos que podem caracterizar o pensamento socialista, indo desde o desejo pelo fim das classes sociais até o progresso e a felicidade (1996, p. 64).

1.2 OS SIGNIFICADOS CLÁSSICOS

A díade direita e esquerda teria surgido durante a Revolução Francesa (1789), de forma despretensiosa, como uma maneira de facilitar a contagem de cabeças votantes na Assembleia Nacional Constituinte, quando os Estados Gerais, compostos pelos três corpos – a nobreza, o clero e os “comuns” – deliberavam sobre o futuro da França revolucionária. Segundo historiadores, o presidente da sessão teria pedido, por questões de expediente e com fins práticos, que os favoráveis ao direito de veto do rei se colocassem à direita, enquanto os contrários deveriam se pôr à esquerda (CRUZ, 2015, p. 304).

Na direita, ficaram os delegados identificados com a monarquia e a aristocracia, favoráveis à manutenção (parcial ou total) da ordem institucional tradicional; e à esquerda, se colocaram os defensores do fim da monarquia e dos sistemas de hierarquização e privilégios que dividiam a sociedade da época. Dessa forma, ficaram em lados opostos aqueles que defendiam intransigentemente a ordem e a tradição – e também o catolicismo –, daqueles que proclamavam os ideais de racionalidade, igualdade e liberdade (PROSPERO apud BERTONHA, 2016, p. 113).

Ao que tudo indica, essa distinção, que começou espacial e circunstancial, se popularizou e ganhou dimensão, de maneira que a ideia de direita ficou associada à aceitação e/ou manutenção das desigualdades humanas e ao poder quase mágico e supremo do governante; enquanto a noção de esquerda se vinculou à ampliação da participação dos cidadãos na política e ao fim do sistema de privilégios concedidos quase que exclusivamente ao clero e à nobreza (CRUZ, 2015, p. 304).

Com o crescimento do movimento operário e a difusão do marxismo, a esquerda incorporou a defesa dos interesses da classe trabalhadora; enquanto a direita se mantinha vinculada às classes mais abastadas da sociedade. Com o fim da revolução russa de 1917 e os debates em torno da socialdemocracia, a defesa do capitalismo e a liberdade de mercado se associaram mais à pauta da direita, enquanto à esquerda tendia a defender um Estado mais interventor, capaz de conter os avanços do capital e ampliar direitos (TAROUCO e MADEIRA, 2011, p. 174).

A polarização direita e esquerda também esteve vinculada a outra díade: conservadorismo e liberalismo, respectivamente. No entanto, com o passar do tempo, o liberalismo, que no início do século XIX se opunha ao conservadorismo e servia como um signo da esquerda, foi então deslocado para a posição da direita (GIDDENS, 2000, p. 48; TAROUCO e MADEIRA, 2011, p. 174).

De forma bastante sucinta, é importante oferecer algumas informações sobre, pelo menos, três aspectos e/ou discursos da direita clássica: o conservadorismo, o tradicionalismo e o reacionarismo, que apesar de se manterem próximos e até vinculados, desempenham funções e exercem influências diferentes no pensamento direitista, sendo fundamentais para entender melhor as composições e apelos dessa família ideológica.

A postura conservadora estaria bastante associada ao desejo de manter a estrutura hierárquica existente, sendo contrária à inovação e mudança (BOBBIO, 1998, p. 242). É vista como uma reação negativa à modernidade burguesa, a ter base aristocrática (MANNHEIN apud KAYSEL, 2015). Para Giddens, o conservadorismo dos séculos XVIII e XIX centrava-se na defesa da hierarquia, da aristocracia, da primazia da coletividade ou do Estado sobre o indivíduo, na importância proeminente do sagrado e na hostilidade não só ao comércio, mas ao capitalismo de maneira geral (1996, p. 34).

O conservador português João Pereira Coutinho⁷ (2014), apoiado nos argumentos do também conservador Huntington, defende que essa ideologia se manifesta de forma posicional e reativa, em oposição ao que chama de ideacional (utópica) e ativa. Assim, para haver uma reação conservadora, seria necessário ocorrer situações de risco à ordem estabelecida. “É perante uma ameaça concreta aos fundamentos institucionais da sociedade que a ideologia conservadora desperta, reage e se define” (ibid., p. 30-31).

Roger Scruton, com base em Michael Oakeshott, afirma que o conservadorismo está vinculado a três conceitos principais: autoridade, lealdade e tradição. A autoridade viria das “qualidades transcendentais” das instituições estabelecidas; a lealdade expressaria o pertencimento a uma coletividade orgânica, na qual o indivíduo é sempre menor do que o todo, e da qual depende social e moralmente; e a tradição seria os costumes e cerimônias que permitem o diálogo entre o passado e o presente, ou seja, aquilo que forneceria as informações e razões para que os indivíduos se relacionassem socialmente, sob os moldes do que “já aconteceu e não do que será” (SCRUTON apud GIDDENS, 1996, p. 38).

O tradicionalismo, por sua vez, e como o nome sugere, considera as tradições como estruturantes para a sociedade, exercendo funções imprescindíveis, tanto educativas e morais quanto epistemológicas e políticas (COUTINHO, 2014, p. 63⁸). Os tradicionalistas tendem a considerar as tradições como verdadeiras emersões naturais, que sobreviveram naturalmente ao passar do tempo por seu papel formador, cuja função serve como herança coletiva, para que as pessoas ajustem suas condutas ao longo da vida e façam a sociedade se

⁷ João Pereira Coutinho é autor de pelo menos três livros sobre a direita e o conservadorismo. É doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica Portuguesa e professor universitário.

⁸ O autor reproduz a opinião de Edmund Burke, em *The works of the right honorable Edmund Burke*, 1880.

reproduzir (SCRUTON, 2015, p. 33). A ideia que as sustentam é de que se foi útil e benigna para determinada geração, é razoável pensar que também serão para as próximas, sendo fundamental preservá-las (COUTINHO, 2014, p. 59)⁹.

Coutinho defende que o que está fora do quadro de ensinamentos acumulados não deveria ter reconhecimento e/ou autorização social para existir ou ser, estando propenso, portanto, ao “legítimo julgamento dos demais” (2014, p. 64). Nesse sentido, ele entende as manifestações preconceituosas como normais/habituais de uma comunidade social, como resultado e/ou reação de algo que fugiu dos precedentes e que, portanto, é tido como incompatível com os modos de ser e viver ‘genuínos’, ‘comuns’ e/ou ‘corretos’ da sociedade. Seu argumento é de que a avaliação preconceituosa não pode ser entendida como “ideias irracionais”, mas como uma reação à ameaça aos ensinamentos e experiências conferidas e creditadas pelo tempo (ibid.)¹⁰.

De muitas formas, o tradicionalismo e o conservadorismo se apresentam bastante vinculados, de maneira que um fortalece o outro. Giddens entende que a defesa das tradições é um dos sustentáculos da posição conservadora, aquilo que, ao mesmo tempo, lhe aufere autoridade e justifica os elos da lealdade.

A qualidade característica da tradição, que a separa do costume e do hábito e também do conhecimento técnico ou especializado, é o fato de ela pressupor uma ideia de verdade ritual ou revelada – e esse traço definidor também é a origem de sua autoridade. Aquilo que é ‘consagrado’ nas tradições não é o passado, mas a sabedoria que incorporam. (...) A verdade ritual é mostrada em seu estatuto, na repetição da fórmula prática (1996, p. 58).

Nesse mesmo sentido, Bobbio identifica que a “alma da direita” está na valorização e no apego ao tradicional. “Se se constata depois que existem diversas modalidades de direita, isto depende dos diversos significados de ‘tradição’” (2011, p. 96).

⁹ Mesmo que o objetivo aqui seja apresentar ideias e crenças associadas ao espectro da direita, e não necessariamente criticá-las, parece importante dizer que a visão de Scruton e Coutinho mostra-se um tanto idealizada, à medida que seus argumentos não parecem interessados em desnaturalizar nem problematizar as assimetrias, privilégios e distorções existentes e resultantes das tradições.

¹⁰ Concorde-se que a perspectiva tradicionalista dá ancoragem à formação do preconceito, conforme se percebe no argumento de Coutinho. No entanto, o autor não dimensiona o quanto é tênue a linha entre assumir narrativas de julgamento dos ‘diferentes’ e cometer abusos contra tais diferenças e diferentes. Conforme ampla literatura existente, o preconceito não é algo natural ou legítimo, porque as narrativas do mundo são sociais, portanto construídas, a manifestar e evidenciar relações, acessos e usos desiguais de poder, que legitimam uma série de violências na sustentação dessas hierarquias, divisões e produções do normal/anormal.

A terceira perspectiva – o reacionarismo – estaria vinculada ao desejo de retorno ao passado, idealizado ou mítico. Há entre os reacionários uma vontade de mudar o *status quo*, porém em busca de um passado romantizado, utópico e/ou mítico. Essa propensão à mudança seria uma das diferenças entre reacionários e conservadores, uma vez que os primeiros desejam retroceder a um passado supostamente melhor e mais seguro, enquanto os segundos entendem as modificações sociais como desestabilidades, portanto como algo a ser evitado (COUTINHO, 2014, p. 25).

Para citar alguns pensadores e ideólogos de direita, se recorreu a Edmund Burke, tido como um precursor do conservadorismo, que viveu no século XVIII e se opôs aos ideais transformadores da Revolução Francesa. Em seus escritos, são identificadas, de forma geral, as defesas da hierarquia, da aristocracia, do passado e do sagrado, bem como a ideia de sociedade enquanto comunidade orgânica, tendo a coletividade primazia sobre o indivíduo (GIDDENS, 1996, p. 35). Em Burke, o progresso da civilização dependia da manutenção da ordem, uma vez que a sociedade estava interligada não por questões racionais, mas por valores morais e pela força das tradições (COUTINHO, 2014, p. 30).

Louis de Bonald e Joseph de Maistre, nascidos em meados do século XVIII, defendiam a tradição, a ordem, as hierarquias e a comunidade orgânica. Eles acreditavam que a sociedade tinha origem divina, a refletir a autoridade de Deus, na qual os deveres vinham sempre à frente dos direitos (GIDDENS, 1996, p. 34). Além da perspectiva do sagrado, eles defendiam que a manutenção da ordem social dependia fundamentalmente das comunidades morais da família, Igreja e Estado (*ibid.*). Bonald ainda era contrário à soberania popular e aos governos representativos (*ibid.*, p. 35).

Em seu estudo sobre o espectro da direita, o historiador Perry Anderson (2012) identificou Michael Oakeshott (1901-1990), Leo Strauss (1899-1973), Carl Schmitt (1888-1985) e Friedrich von Hayek (1899-1991) como os mais destacados pensadores¹¹ da direita do século XX. Ao revisar o pensamento político dos quatro, Anderson identificou importantes conexões entre eles, principalmente no que se refere à naturalização das desigualdades, defesa da ordem e da moral, preferência pelo governo das elites e, principalmente, forte incômodo com o sufrágio universal.

“O que todos procuravam restringir eram os perigos da democracia (...). Cada um levantou suas bandeiras contra esse perigo. As dicotomias eram a assinatura de sua obra – o esotérico e o exotérico [Strauss], o civil e o administrativo [Oakeshott], o amigo e o inimigo [Smith], o direito e o legislativo [Hayek] –, são tantas as

¹¹ O argumento de Anderson é que esses pensadores tiveram as “vozes ouvidas nas chancelarias”, ou seja, que eles influenciaram, de alguma forma, políticos e governos (ver p. 47), ainda que apareçam como figuras marginais na academia.

barreiras cuja função é manter afastada a soberania popular” (2012, p. 46).

O pensamento de Leo Strauss, para Anderson, girava em torno da defesa do direito natural, visto como algo justo, e do espaço político como o lugar de poucos, de alguns privilegiados da elite, naturalmente aptos a governar:

“Uma ordem política justa deve se basear nas exigências imutáveis do direito natural. A natureza, entretanto, é inerentemente desigual. A capacidade de descobrir a verdade está restrita a uns poucos, e a de aceita-la, a uns poucos mais. Portanto, o melhor regime deverá refletir as diferenças em excelência humana, e ser governado por uma elite apropriada” (2012, p. 27)¹².

Strauss discordava que o pensamento humano fosse histórico, sob o argumento de que as mudanças inviabilizariam a formação de princípios sólidos e eternos, o que via como fundamental para toda e qualquer sociedade. Ele defendia que a posição dos jacobinos na Revolução Francesa, ao se colocarem contrários às doutrinas de direito natural, acabou vulnerabilizando e enfraquecendo as noções de direito e justiça, que passaram a se fragmentar, multiplicar e variar de acontecimento para acontecimento, a produzir instabilidade social (COUTINHO, 2014, p. 49).

Carl Schmitt compreendia o Estado como uma unidade suprema, soberana, normativa, que configurava o caráter político da sociedade e detinha o monopólio da atividade política. Em sua visão, conhecida como ‘decisionista’,

“o ato de poder soberano se torna não tanto a instituição da paz entre os indivíduos, mas a decisão que define a natureza e a fronteira de qualquer comunidade, separando amigos de inimigos – a oposição que define a natureza da política em si” (ANDERSON, 2012, p. 23).

Oakeshott, por sua vez, defendia o conservadorismo como uma forma de ser e agir baseada em vivenciar o que estava disponível, em vez de desejar e procurar a mudança (COUTINHO, 2014, p. 21). Sustentava uma visão antidemocrática, à medida que considerava

¹² Interpretação de Anderson sobre o pensamento de Leo Strauss.

a democracia um regime baseado na mera autoridade dos números, sendo o “‘homem de massa’ – espécie de anti-indivíduo caracterizado pela inadequação moral, e não apenas intelectual – impunha seu único poder ao governo, o de ser mais numeroso, por meio do voto” (ANDERSON, 2012, p. 29-30). Esse autor consegue certo respaldo teórico, principalmente pela crítica que faz ao racionalismo, considerando que todas as formas de conhecimento estão saturadas pela prática, de maneira que “sempre se trabalha a partir de uma tradição” (GIDDENS, 1996, p. 39). Assim, mesmo o racionalista precisaria da disciplina do conservadorismo para conhecer o mínimo do mundo e orientar suas ações nessa realidade (*ibid.*).

Já Hayek, que não se autodenominava conservador, foi um dos principais críticos da socialdemocracia (Estado de Bem-Estar Social/*Welfare State*) e um destacado pensador do neoliberalismo (ANDERSON, 1995; GIDDENS, 1996). Sua mensagem, em livro de 1944, era clara: “Apesar de suas boas intenções, a socialdemocracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna” (HAYEK, 1944 *apud* ANDERSON, 1995, p. 9). Hayek, que compreendia o empreendimento capitalista como algo estritamente positivo para a sociedade, defendeu a coordenação espontânea do mercado, a considerar que um sistema de mercado competitivo maximizava a eficiência econômica, ao mesmo tempo em que favorecia a liberdade individual e a solidariedade social. Universalista, acreditava que os benefícios da sociedade liberal pudessem ser estendidos a toda a humanidade (GIDDENS, 1996, p. 45). Seu mentor político foi Ludwig von Mises, conhecido por se opor à possibilidade de uma economia socialista e pela defesa irredutível de um modelo puro de capitalismo de livre mercado (ANDERSON, 2012, p. 31).

Descrente com a democracia, Hayek acreditava que o regime baseado no sufrágio popular estava sujeito às tentações de intervenção econômica ou distribuição social, o que ameaçava a liberdade tanto econômica quanto política. Em seu entendimento, um regime autoritário poderia se apresentar como um melhor guardião da liberdade, desde que respeitado o domínio do direito (ANDERSON, 2012, p. 34).

1.3 OS SIGNIFICADOS PÓS-GLOBALIZAÇÃO

Antes de adentrar precisamente nos argumentos de Bobbio e seus comentadores, é preciso registrar que uma série de outros autores discutiu a problemática da direita e esquerda, a manifestar, inclusive, posições variantes das que foram tratadas aqui. Como é impossível debatê-las na totalidade, mereceu registro a de Steven Lukes (2003), exatamente porque ele compreende os termos da distinção como representações coletivas e identitárias, atribuindo à direita e esquerda um caráter cognitivo e simbólico, com abrangência para além da política, a se entremear pelas emoções, a formar identidades, a despertar memórias coletivas e a aproximar e afastar pessoas.

Outra referência que merece um breve registro é a escala do *Manifesto Research Group* (MRG) sobre as características que comporiam a direita e esquerda. Esse grupo internacional estuda documentos de partidos europeus e mantém um vasto banco de dados, com 780 partidos de 54 países catalogados (TAROUCO e MADEIRA, 2011, p. 153). Entre as categorias atribuídas, estariam na direita: nacionalismo, defesa das Forças Armadas, limitação do *Welfare State*, defesa da livre iniciativa econômica (em oposição ao protecionismo), defesa da moralidade tradicional, da lei e da ordem, da autoridade política, entre outros. Na esquerda, por sua vez, estariam: visão negativa das Forças Armadas, expansão do *welfare state*, controle da economia e regulamentação do mercado, anti-imperialismo, visão internacionalista, expansão da educação, defesa das classes trabalhadoras, entre outros (apud TAROUCO e MADEIRA, 2013, p. 155)¹³.

Essa listagem mostra a variedade de aspectos e discursos atribuídos à díade e demarca o caráter predominantemente antagonista entre os termos, ainda que a quantidade excessiva de características exija rigor e atenção dos pesquisadores, à medida que pode apontar ou sugerir como elemento constituidor e/ou essencial aquilo que só é detectável em uma minoria de casos, circunstâncias ou modelos. Os esquemas e critérios teórico-metodológicos do MRG podem ocasionar resultados totalmente distintos dos previstos pela escala, de acordo com o contexto do país e o período histórico selecionado, conforme constataram Tarouco e Madeira (2013) ao aplicarem essa teoria-método em partidos brasileiros¹⁴.

Atendo-se à discussão propriamente dita sobre a validade e o sentido da díade, proposta pelo trabalho, utiliza-se primeiramente Bobbio. O argumento desse autor, que

¹³ O trabalho que apresenta o quadro de categorias é de 2006, de Klingemann, citado por Tarouco e Madeira, 2013.

¹⁴ Ver Conclusões em TAROUCO e MADEIRA, 2013, p. 161.

defende que os termos continuam válidos, ativos e efetivos em tempos recentes, perpassa pela durabilidade com que eles circulam na sociedade, a estar presente por mais de dois séculos na linguagem e interação social (2011, p. 30-32; 79). Para esse autor, a longa duração demonstra que a dupla está sendo ativada e validada continuamente, sobretudo pela característica inerentemente conflitual da política, que pressupõe a disputa de ideias e posições distintas, que coloca em confronto projetos diferentes.

Bobbio considera que a direita e a esquerda não são conceitos absolutos, mas historicamente relativos (2011, p. 97), que fazem ou portam sentido sobre ou a partir de acontecimentos da realidade, a classifica-los, permeia-los ou valorá-los, à medida que os indivíduos acionam os seus significados e os redistribuem coletivamente. Para construir sua tese pela validade dos termos, ele se concentra nos três principais argumentos utilizados contra a díade. O primeiro insiste em um terceiro incluído – uma terceira posição, um centro moderado entre a esquerda e a direita –, que relativizaria a polarização. O segundo aponta um terceiro inclusivo – uma posição para além da esquerda e da direita –, como resultado da integração e superação de ambas, após a perda da força representativa e em função da chamada crise das ideologias. E o terceiro e último, prevê um terceiro transversal, que penetraria nos campos da direita e da esquerda, a rouba-lhes a relevância¹⁵.

Em relação ao primeiro argumento, Bobbio contesta que mesmo a existência de um centro forte não alteraria o contraste entre os dois polos, pois posições antagônicas ainda continuariam a existir, pela própria natureza conflitiva da política. Em segundo, considera que o centro apenas existe porque há uma polarização anterior que justifica sua existência e que lhe formata um lugar, um espaço. E, em terceiro, as questões indicadas como transversais, ou seja, que iriam além da díade polarizante, somente tendem a redividir a direita e a esquerda em novas versões das duas e não anulá-las (ibid., p. 49-66).

Vázquez, como Bobbio, também identifica três linhas de raciocínio contrárias à validade da díade no pós-globalização e se opõe a todas. De acordo com ele, o primeiro grupo de críticos defenderia que, em tempos atuais, tecnocráticos, não existiria mais espaço para as ideologias, tendo sido decretado o seu fim. Por ser fortemente ideológica, também a direita e a esquerda estariam condenadas à morte. O segundo alega a incapacidade que os termos teriam de responder às problemáticas atuais, em função dos problemas de hoje

¹⁵ Em um segundo momento, na Resposta aos Críticos de 1995 (contida no prefácio da 2ª edição), Bobbio constrói outros três conjuntos de argumentos que ele identifica como contrários à direita e à esquerda, mas agora a partir das críticas feitas ao livro. Essas alegações se subdividiriam: 1) os que continuam a sustentar que a direita e a esquerda perderam o sentido e a validade; 2) os que consideram a díade ainda válida, mas não aceitam os critérios sobre o qual ele se apoiou; e 3) os que aceitam a díade, aceitam o critério, mas o consideram insuficiente (p. 27, 3ª edição).

serem outros, bem diferentes da época em que a dicotomia surgiu, no século XVIII. Questões como a degradação ambiental intensa, o risco de esgotamento de recursos naturais, a avassaladora alienação e massificação dos seres humanos, os desrespeitos gravíssimos aos direitos humanos, entre outros, exigiriam soluções universais ou universalizáveis, que escapariam aos encaminhamentos da direita ou esquerda. O terceiro grupo aponta que a esquerda teria perdido o referencial histórico, depois da queda do ‘socialismo real’. Uma vez sem bandeira nem apoio, nua e vazia, a esquerda teria ficado sem sentido, o que afetaria a diferenciação daquilo a que se opor, no caso, a direita (2001, p. 177-178).

Contra os críticos, Vázquez afirma que as ideologias não acabaram. Ele não reconhece como verdadeira nem a premissa – de que haveria crise nas ideologias –, tampouco a conclusão – de que isso teria invalidado a existência da direita e da esquerda. Sobre o segundo argumento, ele não discorda totalmente, mas problematiza ao defender que as soluções, tanto a busca, os meios e a tomada de decisão, bem como o grau de aceitação em determinada sociedade e cultura, serão implementadas em uma comunidade real, não ideal, e, mais complexamente, mediadas pelos interesses particulares das classes ou grupos que formam essa comunidade. Sendo assim, mesmo diante de problemas universais, “as posições dos atores, quando se expressam politicamente, dadas as suas divergências ou antagonismos, se situam politicamente à direita ou à esquerda” (2001, p. 178). Sobre o terceiro ponto, ele acredita que o socialismo continua sendo um referencial válido para a esquerda, apesar de incerto e distante.

As posições contrárias à distinção levantadas por Bobbio – de primeiro incluído, segundo inclusivo e terceiro transversal – e por Vázquez – do fim das ideologias, da incapacidade de responder aos problemas do mundo atual e de perda de referencial após a dissolução da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) – aparecem, em grande medida, na argumentação de Giddens (1996; 2000), que sustenta estar cada vez mais difícil esclarecer a distinção entre os termos (2000, p. 49). Embora afirme que a direita e a esquerda se recusem a desaparecer (ibid., p. 47, 48, 51), muito por conta da oposição que envolve a política – e nesse aspecto ele concorda com Bobbio –, o sociólogo britânico defende possíveis perdas de relevância e sentido, sobretudo no final do século XX, quando também aponta um esvaziamento (em suas palavras, “perda de ressonância”) das ideologias políticas (ibid., p. 11).

Entre suas razões para questionar os termos, estão o fim do consenso em torno do *welfare state*, que durou entre os países industrializados até 1970; o “descrédito final do marxismo”, com o fim da URSS; a expansão do neoliberalismo, principalmente após a eleição

de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos; a inserção da pauta ambiental no cenário sociopolítico e o surgimento de movimentos/partidos verdes; e as profundas mudanças econômicas, tecnológicas, sociais e culturais trazidas pela globalização (GIDDENS, 2000, p. 7).

A posição de Anderson, em relação à relevância da direita e esquerda, se aproxima da de Giddens, no que diz respeito ao destaque dado à ambiguidade e à confluência entre os polos da distinção, ainda que ele deixe claro que os conceitos não devam ser abandonados (2012, p. 167). Para questionar a natureza ‘universal’ da díade e enfraquecê-la enquanto classificação representativa predominante, ele recorre aos exemplos dos Estados Unidos e do Japão, onde, a seu ver, a distinção esquerda e direita não tem efetividade nem importância social (ibid., p. 166).

Ele alega que nos Estados Unidos, a polarização se dá pelos partidos republicano e democrata, não tendo a esquerda e a direita significado real e direto no discurso público ou popular – apenas na literatura acadêmica. No Japão, de forma semelhante, a situação e a oposição derivam da mesma matriz, o Partido Liberal Democrata (PLD), que se dividiu. “Como Estados Unidos e Japão formam a parte maior e mais dinâmica do mundo capitalista avançado, há razões para acreditar que a Europa tenda a se aproximar do mesmo horizonte” (ibid.). No entanto, essa tentativa de generalização, a partir da realidade de dois países, é um tanto arriscada e superestimada.

Giddens também toma um rumo arriscado ao defender que os processos de convergência e inversão entre direita e esquerda em tempos recentes são tão acentuados, que a direita passou a assumir posturas comumente associadas à esquerda, como o radicalismo e o desejo de transformar a sociedade. “(...) a direita tornou-se radical, enquanto a esquerda busca principalmente preservar – tentando proteger, por exemplo, o que sobrou do *welfare state*” (2000, p. 55)¹⁶. Ele indica que foi o neoconservadorismo¹⁷, com a implantação de políticas neoliberais, quem assumiu o protagonismo das políticas radicais e a defesa das mudanças.

Porém, há algumas questões a se pensar em relação ao argumento de Giddens. A primeira é se o radicalismo *por se* seria suficiente para explicar processos de inversão entre direita e esquerda, até porque, historicamente, a direita já foi radical antes, como no

¹⁶ Argumento semelhante aparece também em GIDDENS, 1996, p. 10, 17 e 31.

¹⁷ Giddens sustenta a ideia de que há um “novo conservadorismo”, surgido em meados do século XX, que teria rompido com padrões do antigo, à medida que se tornou simpático ao capitalismo e à democracia liberal, ainda que compreendesse a ordem burguesa como destruidora dos símbolos e das práticas tradicionais (1996, p. 40). Apesar da mudança na perspectiva econômica, a crença nos papéis centrais da família e da religião foram mantidos, como pilares fundamentais para uma sociedade decente e produtiva.

fascismo, experiência que, no entanto, não suplantou a esquerda e nem as aproximou (VÁZQUÉZ, 2005). A ‘defesa da mudança radical’ está relacionada, de alguma forma, com a insatisfação diante da ordem social vigente e com os grupos que ocupam o poder, em determinado contexto histórico. Se a esquerda está no poder, é razoável que ela deseje preservar as medidas que implantou e que a direita queira desfazê-las, e vice-versa. Assim, a vontade de mudar aspectos da sociedade pode ocorrer tanto no campo da esquerda quanto no da direita, bem como em suas versões moderadas ou radicais.

Dessa forma, os desejos de mudança ou de preservação parecem fazer parte da própria disputa política, considerando que oposição e situação defendem, em sua maioria, projetos e modelos diferentes, inclusive se distanciam nos pontos que querem alterar ou preservar. Dito isso, parece ingênuo pensar que só a esquerda deseja mudanças – e que a única transformação possível no campo da esquerda seja o socialismo –, bem como que só a direita preze pela conservação – ignorando o fato de que o próprio capitalismo se transforma ao longo da história. Dessa forma, os elementos do ‘radicalismo’ e do ‘desejo de mudança’, sozinhos, parecem insuficientes para se pensar a validade, o sentido e a distinção entre direita e esquerda.

Seguindo adiante, Giddens acredita que a mudança dos perfis da esquerda e da direita se deve principalmente à modificação da relação do sujeito com o desenvolvimento social moderno, ou seja, com o crescimento da “reflexividade social”¹⁸ (1996, p. 15). Ele afirma que o avanço do conhecimento humano e o aumento da reflexão sobre a vida aumentaram a sensação de imprevisibilidade, perturbação e angústia trazida pela percepção de que o mundo não está sujeito ao rígido controle humano. Essa (re)interpretação, marcada por incertezas artificiais – ou seja, riscos criados pelo desenvolvimento da ordem industrial em longo prazo e pela intromissão consciente do homem na própria história e na natureza –, joga luz nos perigos a que os humanos estariam potencialmente expostos, sendo que as (tentativas de) soluções não estariam necessariamente no âmbito da esquerda e direita, uma vez que não passaria por elas o controle dos processos sócio-humanos (ibid., p. 94).

Então ele avança para a defesa de uma ‘terceira via’ (2000) e uma posição para além da esquerda e da direita (1996), que transcenda tanto a socialdemocracia¹⁹ quanto o

¹⁸ A expansão da reflexividade social, em Giddens, está relacionada a uma diversidade de mudanças que atingiu a sociedade contemporânea. Para ele, houve um significativo aumento do conhecimento do indivíduo sobre a realidade, o que alterou a relação de ambas as partes. Nesse processo, houve um deslocamento entre o conhecimento e o controle do mundo – ou seja, com o aumento da racionalidade, o indivíduo percebeu/compreendeu que, ao contrário do que esperava, ele não podia controlar totalmente o mundo –, o que trouxe incertezas e novas formas de posicionamento frente aos problemas da realidade. Ver mais sobre o argumento do autor em Giddens, 1996.

¹⁹ Para Giddens, a social-democracia clássica envolve, difusamente, o Estado na vida social e econômica do país, de forma a haver “domínio do Estado sobre a sociedade civil”; os papéis do mercado eram restritos; o *welfare*

neoliberalismo²⁰. O programa reforça a ideia de um ‘centro radical’, combinando elementos das ‘velhas’ direita e esquerda para recriar outros parâmetros políticos, que responderiam, no seu entendimento, mais adequadamente à realidade pós-1980, na qual a globalização, a destradicionalização, o risco de um colapso ambiental e a tecnologização do mundo se punham como desafios (2000, p. 74-78).

No entanto, a proposta da terceira via não convenceu alguns autores, que identificaram no modelo problemas como: a estereotipização e simplificação tanto da socialdemocracia quanto do neoliberalismo, a ponto de descaracterizá-los, no esforço tendencioso de Giddens em emplacar sua tese (NAVARRO, 1999, p. 179-181); e mais uma tentativa giddensiana de referendar sua concepção sistêmica de sociedade, baseada na ideia de que o futuro é o presente enriquecido pela reflexividade, ou seja, que o sucesso depende, enormemente, das capacidades emocionais e reativas dos indivíduos e dos grupos, posições presentes em suas obras desde 1970 (SAUL, 2003, p. 168-170).

Enquanto Giddens enfatiza que as mudanças trazidas pela globalização enfraqueceram a distinção direita e esquerda, Bobbio acredita que tal processo demarcou ainda mais a polarização, sobretudo no que diz respeito aos imigrantes, ao estado nacional e à economia, de maneira que o fenômeno globalizatório apenas remanejou ou reposicionou os atores nos polos da direita e esquerda. Assim, a globalização e a emigração de populações de países mais pobres para outros mais ricos impuseram novas questões à diáde, de forma que os mais iniquitários tenderam a uma política de exclusão, enquanto os mais igualitários tenderam a defender a inclusão dos imigrantes, reforçando as bases da direita e esquerda e não a destituindo-as (2011, p. 16)²¹. Em relação à convergência no sentido dos termos, Bobbio afirma que o que está na direita ou na esquerda pode mudar, mas dificilmente as questões estarão na esquerda e na direita ao mesmo tempo (ibid., p. 49).

Como forma de incrementar ainda mais o debate, é importante pontuar que o tema direita e esquerda está relacionado, direta ou indiretamente, a outras questões também muito complexas. Uma delas é a própria natureza dicotômica que as estruturam. A perspectiva dual, apesar de servir de sustentáculo heurístico para diversos campos de saber,

state, abrangente, tinha bases coletivista, baseada no *keynesianismo*, no “pleno emprego”, no “forte igualitarismo” e na “pouca consciência ecológica”. Ele definiu a social-democracia, apesar de reconhecer sua amplitude e ambiguidade, como partidos e outros grupos da esquerda reformista, inclusive o Partido Trabalhista britânico, que partilhavam, no pós-guerra, uma perspectiva basicamente similar. Essa seria a social-democracia clássica. Ele entende que a partir da década de 1980, com a ascensão do neoliberalismo, boa parte dos social-democratas começaram a romper com o ponto de vista clássico (2000, p. 16).

²⁰ Já o neoliberalismo centrava-se no ‘governo mínimo’, na sociedade civil autônoma, no fundamentalismo de mercado, no autoritarismo moral, no individualismo econômico, na aceitação da desigualdade, no nacionalismo, na baixa consciência ecológica, o *welfare state* funcionava como uma rede de segurança (2000, p. 17-18).

²¹ Trecho consta no prefácio da terceira edição (1999).

nos processos de descrever, diferenciar e classificar as coisas do mundo, é frequentemente questionada por se estruturar em modelos ideais e pela incapacidade desses modelos de abarcar e explicar, em sua totalidade, os fenômenos que descrevem.

Com isso, Bobbio afirma que nenhuma díade é perfeita e capaz de responder aos mais diferentes entes dos campos em oposição²² (2011, p. 12)²³. Apesar de largamente utilizados, ele reconhece que os pares opostos não conseguem atender ou conter em si a complexidade do(s) campo(s) a que fazem referência, ainda que a ideia de distinção que evidenciam seja sempre válida de forma abstrata (p. 19).

“Não há disciplina que não seja dominada por algum tipo de díade onicompreensiva: em sociologia, sociedade-comunidade; em economia, mercado-plano; em direito, privado-público; em estética, clássico-romântico; em filosofia, transcendência-imanência. Na esfera política, direita e esquerda não é a única, mas pode ser encontrada onde quer que se queira” (2011, p. 50).

Ele considera que, como a política é constituída eminentemente por relações de antagonismo entre partes contrapostas, o modo mais comum de representar as relações é por meio das dicotomias e cita alguns exemplos históricos, como patrícios x plebeus, guelfos x guibelinos, *Whigs* x *Tories* (ibid, p. 82). Marques reforça que o dualismo é fonte de problemas em diversos campos, porém na Ciência Política tem uma atuação extensa, com direita x esquerda, capitalismo x comunismo, público x privado, política x barbárie, entre outras. Para ele, é interessante questionar o binarismo, que, por si só, já é uma generalização, incapaz de dar conta da multiplicidade, diversidade e complexidade do mundo social (2007).

Entra-se nessa zona nebulosa apenas para registrar que uma parte dos questionamentos teóricos dirigidos à distinção direita e esquerda pode estar relacionada, de uma maneira mais ampla, às simplificações e idealizações que pares opostos podem produzir ao tentar explicar universos complexos, como a política, por exemplo. Além disso, os sistemas de classificação e crença que compõem o mundo não têm sentido fixo e/ou natural, mas histórico, contextual e atribuído, uma vez que os diferentes grupos sociais

²² Bobbio comenta sobre isso provocado pela colocação de alguns autores de que, especificamente no campo político, outras díades, além da esquerda e da direita, foram postas em circulação, a exemplo de liberalismo x conservadorismo; comunismo x capitalismo. No entanto, ele defende que esses outros pares são entendidos, de forma geral, como derivações da ideia de esquerda e direita, de modo tão somente a reforçá-las não a ameaçá-las ou suplantá-las.

²³ Esse conteúdo consta no prefácio de 1999 (p. 7-24), portanto livros de versões anteriores podem trazê-lo.

disputam, inclusive, o poder de atribuir sentido às coisas da realidade. Assim, depois de todo esse debate, parece pouco razoável pensar que as prováveis mudanças de sentido percebidas sobre a díade, no fim do século XX, sejam suficientes para proclamar seu fim ou sua morte.

1.4 A QUESTÃO DA IGUALDADE E DA LIBERDADE

A abordagem de Bobbio toma a igualdade e a liberdade como princípios essenciais para pensar a direita e esquerda.

“O critério mais frequentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados assumem diante do ideal da igualdade, que é, com o ideal da liberdade e o ideal da paz, um dos fins últimos que os homens se propõem a alcançar e pelos quais estão dispostos a lutar” (2011, p. 111).

Bobbio compreende a díade a partir diferença, de maneira que o indivíduo de esquerda tenderia a considerar a igualdade como um valor social, portanto algo a ser defendido como socialmente alcançável e realizável; enquanto o indivíduo de direita aceitaria e compreenderia a desigualdade como algo natural e inevitável, ou seja, como impossível ou dificilmente eliminável (ibid, p. 121).

O autor considera a igualdade, no que diz respeito a sua desejabilidade e chance de realizabilidade, relativa e não absoluta, necessariamente vinculada a três questões: 1) quem são os sujeitos da repartição dos bens ou do ônus?; 2) quais são os bens e os ônus a serem repartidos?; e 3) quais os critérios (ou qual o critério) utilizados para se fazer a repartição? Dessa forma, admite: “Igualdade sim, mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?” (ibid, p. 112).

Assim, ele parte do raciocínio de que os homens são tanto iguais quanto desiguais, sendo iguais em determinados aspectos – como na certeza de que se vai morrer – e desiguais em outros – no tipo de morte que se vai ter (são os dois exemplos que ele utiliza originalmente). Com isso, defende que, entre os indivíduos, tanto a igualdade quanto a desigualdade podem adquirir sentido de verdade, dependendo fundamentalmente da maneira como cada um percebe, atribui, julga e aplica tais questões, de forma que alguns

ênfatizam mais naquilo que é comum entre a humanidade, enquanto outros destacam mais as diferenças que a faz distinta (ibid, p. 120).

Partindo dos polos interpretativo e valorativo, o autor propõe duas categorias de visão de mundo: os igualitários, que apesar de saber que os homens/mulheres são tão iguais quanto desiguais, apreciam e consideram mais importante para a boa convivência aquilo que os une; e os chamados inigualitários, que, ao contrário, consideram que a sociedade é naturalmente desigual. No entanto, chama a atenção para o fato de que não pretende dizer, com isso, que para a esquerda os indivíduos são iguais em tudo, o que além de uma visão utópica, seria pouco razoável. “Afirmar que a esquerda é igualitária não quer dizer que ela também seja igualitarista” (ibid, p. 116).

Bobbio se esforça em relativizar que a vinculação da esquerda com a igualdade, bem como da direita com a desigualdade, não é plena nem incondicional, mas gradual e proporcional, diretamente relacionada às perguntas já citadas: “entre quem?”, “em quê?” e “com base em qual critério?”, de forma que na esquerda esteja uma maior tendência à igualdade, enquanto na direita seja mais comum as posições inigualitárias.

Outra diferenciação que Bobbio arrisca fazer se refere à desigualdade natural e a desigualdade social, de maneira que elas existem e se processam de formas distintas, sobretudo no âmbito da superação/correção. A própria visão sobre essas desigualdades, em como solucioná-las e/ou superá-las, já posicionariam as pessoas entre os polos direita e esquerda.

As desigualdades naturais existem e se algumas delas podem ser corrigidas, a maior parte não pode ser eliminada. As desigualdades sociais também existem e se algumas delas podem ser corrigidas e mesmo eliminadas, muitas – sobretudo aquelas pelas quais os próprios indivíduos são responsáveis – podem ser apenas desencorajadas. Embora reconhecendo a dificuldade de distinguir as ações pelas quais um indivíduo pode ser responsabilizado (...) é preciso no entanto admitir que o status de uma desigualdade natural ou de uma desigualdade social derivada do nascimento em uma família e não em outra, em uma região do mundo e não em outra, é diferente do status de uma desigualdade que depende de capacidade diversas, da diversidade dos fins a serem alcançados, da diferença de empenho empreendido para alcançá-los (BOBBIO, 2011, p. 118-119).

A liberdade é considerada por Bobbio como o principal valor a separar moderados de extremistas, tanto na direita – com a extrema direita – quanto na esquerda – com extrema

esquerda (ibid, p. 134). Assim, a postura frente à liberdade é o que distinguiria autoritários de libertários. Da mesma forma que a igualdade, a liberdade não existe em termos gerais e absolutos, mas em formas singulares: de opinião, de ir e vir, de imprensa, de iniciativa econômica, de associação, entre outras. Bobbio trabalha esses conceitos tanto em sua abstração, ao reconhecer que eles servem como ideais supremos, quanto em sua possibilidade material, ao considerar que produzem resultados sociais passíveis de comprovação (e cita como exemplos concretos dessas manifestações, o voto feminino, o casamento gay, a equiparação salarial entre os gêneros, entre outros).

Ao tratar da igualdade e da liberdade, o autor, inevitavelmente, enfrenta a encruzilhada posta, sobretudo pela doutrina liberal, de que quanto maior a igualdade menor a liberdade e vice versa, o que, porém, ele não endossa. A compreensão dele é de que nem sempre medidas em favor da igualdade resultam em restrições, pelo contrário, podem até ampliar o que já existe. É o que acontece, por exemplo, com o sufrágio feminino, que em nenhuma hipótese limitou a liberdade de voto dos homens, apenas estendeu à mulher a condição de sujeito votante; ou com a conquista de direitos pelos imigrantes, que não costuma afetar a liberdade dos demais cidadãos (ibid, p. 131).

Embora reconheça que a realidade é bem mais complexa do que pode abarcar os pares dicotômicos, acredita que a igualdade e a liberdade, combinadas, preservam a validade dos termos direita e esquerda e respondem a difícil questão do que podem constitui-las, mesmo na heterogeneidade de seus movimentos, partidos, políticos e ações. A partir disso, ele oferece quatro tipologias (ibid, p. 135):

1. Extrema esquerda: onde estariam os movimentos igualitários e autoritários;
2. Centro esquerda: com as doutrinas simultaneamente igualitárias e libertárias;
3. Centro direita: o lugar dos movimentos libertários e inigualitários;
4. Extrema direita: dos movimentos antiliberais e anti-igualitários.

Giddens, que também demonstra inquietação diante da problemática da (des)igualdade, sobretudo no que se refere à coesão social (2000, p. 52), concorda que a ideia de justiça social é básica para a perspectiva da esquerda, porém acredita que não adianta apenas associar a esquerda à igualdade nem a direita à desigualdade, é preciso inserir as duplas direita-esquerda e igualdade-desigualdade em contextos específicos, para que assim se possa avaliar e dimensionar entre quem, do quê e em que grau a tomada de posição promoveu ou esteve focada na (des)igualdade.

Desse modo, para ele, a diferença entre os termos se dá contextualmente (ibid, p. 50). Ele defende que a igualdade tem relevância pela vinculação direta com o bem-estar,

autoestima e criação de oportunidade de vida para as pessoas, de forma que uma sociedade extremamente marcada pela desigualdade pode gerar consequências danosas para todo o grupo, com o aumento da criminalidade, a sensação de descontentamento e conflitos generalizados, sobretudo nas atuais sociedades democráticas de massa (ibid, p. 52).

Giddens propõe o que ele chama de um “refinamento” à teoria de Bobbio, que seria uma ampliação da ideia de igualdade, de forma a não incluir tão somente o desejo e a busca por justiça social, mas a crença de que essa igualdade só seria obtida a partir da implementação de políticas emancipatórias. “Os da esquerda não somente buscam justiça social, mas também acreditam que o governo deve desempenhar um papel-chave na promoção dessa meta” (ibid, p. 51). Em outro livro²⁴, ele detalha o que entende por política emancipatória: “engajamentos radicais voltados para a liberação das desigualdades ou servidão” (1990, p. 155), mas ressalta que esse tipo de medida precisa estar vinculada ao que nomeou de ‘política da vida’ (ou de auto realização), que seria “engajamentos radicais que procuram incrementar as possibilidades de uma vida realizada e satisfatória para todos, e para a qual não existem ‘outros’” (ibid, p. 155-156). Seguindo o seu raciocínio, essas políticas, juntas, poderiam responder mais adequadamente à modernidade globalizada, à medida que a auto-realização é uma característica da política da vida, enquanto que as ideias “mais estabelecidas” de justiça e igualdade se relacionam mais à política emancipatória.

Vázquez considera a igualdade – mesmo que essa inclua diferentes níveis, como o jurídico, o econômico, o trabalhista e o social –, e a liberdade, importantes referenciais para distinguir a direita da esquerda, no entanto os consideram insuficientes, na forma como foram propostos por Bobbio, s (2001, p. 180). Para ele, a definição dos termos da distinção política precisa considerar referenciais como o Estado e a sociedade civil, as relações de propriedade, o papel do mercado, o conjunto de reivindicações das minorias sexuais, nacionais ou étnicas, as relações diversas entre as nações, o indivíduo e a natureza, a Igreja e o Estado; assim como as políticas concretas de bem-estar social, educativa, profissional, artística, científica, entre outras.

“O critério de diferenciação política há de ser, pois, aberto e plural, e sua amplitude, assim como a prioridade de uns referenciais sobre os outros, dependerá das condições sociais em momento e lugar determinados, condições que variam historicamente. É certo que o eixo em torno do qual giram esses critérios

²⁴ Ver Giddens, *As Consequências da Modernidade*, 1990.

particulares são a igualdade e a liberdade (...)" (VÁZQUÉZ, 2001, p. 180-181).

No entendimento de Vázquez, ainda que a igualdade e a liberdade não sejam capazes de, unicamente, explicar a existência da esquerda e da direita, ele reafirma a posição de Bobbio de que a esquerda está mais para a igualdade, enquanto a direita tende mais para a aceitação da desigualdade. Justifica seu apoio, considerando que, historicamente, a direita tem atuado para limitar as liberdades reais da maioria da população e frear os avanços em direção à igualdade social. De forma oposta, a esquerda, em maior ou menor medida, tenta superar esses limites e freios, a ampliar a esfera de liberdades reais e a igualdade social (ibid, p. 180-181.).

Já Anderson apresenta discordâncias profundas em relação à tese de Bobbio. O primeiro grande ponto de tensão refere-se ao bloco de atributos que, para ele, Bobbio coloca sobre cada um dos termos, de forma indissociável e pré-estabelecida (2012, p. 160). Ele defende que as duplas direita-esquerda, igualdade-desigualdade e alterável-inalterável não têm que, obrigatoriamente, produzir tão somente os resultados esquerda-igualdade-alterável ou direita-desigualdade-inalterável, como interpreta em Bobbio.

“Na caracterização de Bobbio, a esquerda vê a desigualdade natural entre os seres humanos como menor que sua igualdade, a maior parte das formas de desigualdade como sendo socialmente alterável, que poucas – se é que alguma – são positivamente funcionais e que demonstrarão cada vez mais sua própria efemeridade histórica. Por sua vez, a direita está comprometida com a visão de uma desigualdade natural entre seres humanos maior que sua igualdade, com a ideia de que poucas formas de desigualdades são alteráveis, que a maioria delas é socialmente funcional e que sua evolução não pode ser direcionada. Os dois conjuntos assim apresentados são, entretanto, dissociáveis (...). É absolutamente possível acreditar que seres humanos são mais iguais do que desiguais e que, apesar disso, a maioria das formas de desigualdade não é eliminável – e é não menos possível vê-los como mais desiguais que iguais e que, apesar disso, muitas desigualdades sociais podem e devem ser eliminadas” (ibid, p. 160).

A preocupação de Anderson é evitar posições demasiadamente fixas de termos que não estão, obrigatoriamente, vinculados, de modo que a esquerda não seja entendida sempre como aquela que nega a funcionalidade das desigualdades e só a direita a pratique.

Giddens também se posiciona nesse sentido, considerando pouco razoável defender que parta sempre da esquerda o desejo de enfrentar e diminuir as desigualdades sociais, bem como que parta sempre da direita o intuito de preservá-las (2000, p. 50).

Anderson cita que em muitos países da Europa, os índices reais de desigualdade econômica aumentaram nitidamente sob a administração da esquerda, tanto ou mais do que as da direita. Da mesma forma que em regiões como a América Latina, a África preponderantemente negra e o sul da Ásia, governos da esquerda implementaram processos de privatização e desregulamentação semelhantes aos praticados pela direita neoliberal, mesmo sendo essas regiões menos desenvolvidas e mais empobrecidas, onde, de acordo com a tese de Bobbio, deveria estar a tarefa mais importante da esquerda, com a relação à promoção da igualdade e liberdade (2012, p. 163).

Por fim, ele faz críticas contundentes ao que chama de “taxonomia ideal” (2012, p. 162) construída por Bobbio, ou seja, a construção de tipos ideais de direita e esquerda, que, em seu entendimento, estão desvinculados da materialidade da história. Ele considera que os argumentos usados pelo autor italiano para explicar a distinção se apoiam em uma “base muito frágil” (ibid), fundamentada em “julgamentos ontológicos do equilíbrio entre igualdade e desigualdade humanas”, como se as visões que os indivíduos têm da igualdade e da desigualdade fossem basicamente uma questão de escolha filosófica (ibid., p. 161), fragilizando a influência que a realidade – em seu conjunto de disputas, pressões e tensões – exerce sobre a consciência do sujeito social.

“Uma defesa meramente axiológica da ideia de esquerda, sem o apoio de uma teoria histórica do presente ou de um ataque institucional ao *status quo*, não está à altura dessa missão [de conceituá-la e diferenciá-la da direita]” (ibid., p. 164).

Anderson considera que os argumentos utilizados por Bobbio não acompanham ou não se baseiam, suficientemente, no que a história recente aponta, no que demonstram os acontecimentos atuais, de maneira que, em seu entender, Bobbio admitiu o cenário político de “maneira seletiva”, conforme os objetivos de sua argumentação (ibid.). Em carta publicada como resposta à crítica de Anderson²⁵, Bobbio afirma que, de fato, sua defesa da

²⁵ Intitulada “Ao começo da história”, publicada na sessão Apêndices da terceira edição do livro *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*, p. 174-187, 2011.

esquerda é “*purely axiological*”²⁶ (2011, p. 177). Para ele, o que tem distinguido a esquerda em todas as suas formas, tanto positiva quanto negativamente, nos últimos séculos, é aquilo que ele costuma definir como “*ethos*” – que também é “*pathos*” da igualdade (ibid). Ele contra-argumenta²⁷ que mesmo os historiadores (em referência direta a Anderson) precisam dos conceitos abstratos fornecidos pelos “cultores da análise”, que serviriam de base para os processos de compreender, descrever e ordenar a realidade. “(...) nunca considere os dois métodos [o conceitual e o de análise histórica] incompatíveis. Sempre pensei, ao contrário, que eles se integram reciprocamente” (ibid, p. 33).

Como resultado desse acalorado debate, percebe-se que Bobbio procura vincular os termos da distinção política aos valores da igualdade e da liberdade, como seus elementos constitutivos, enquanto Anderson cobra mais atenção aos fatos e aos contextos, e não somente à posição ideal construída a partir do homem racional e filosófico. Giddens parece parcialmente satisfeito, mas insere o Estado como agente fundamental para os processos da esquerda, uma vez que, no seu entender, seria essa ‘estrutura’ o grande árbitro e provedor. Ele também segue, em coerência com sua teoria da reflexividade social, inserindo seu conceito de ‘política da vida’, em contraposição à política emancipatória.

Vázquez também não discorda da importância dos referenciais da igualdade e da liberdade, mas identifica que outras estruturas – do contexto, da história e da realidade material – precisam ser consideradas, o que torna a sua reflexão mais interessante para este trabalho, à medida que aproxima a díade de definições mais relacionais, ao reconhecê-la como histórica, dinâmica e produto da disputa entre os diferentes grupos sociais de cada época/contexto.

²⁶ Bobbio reproduz o termo em inglês, conforme usado por Anderson. Aqui, optou-se em manter o termo original para manter o entendimento de que Bobbio dialogava diretamente com Anderson e que esse termo é o ponto central da crítica de Anderson. Traduzindo para o português, significa “meramente axiológica”.

²⁷ No prefácio intitulado “Em Resposta aos Críticos”, de 1995, contido na 2ª edição. Ver Bobbio, 2011.

CAPÍTULO 2

O RADICALISMO DE DIREITA NO PÓS-GLOBALIZAÇÃO

2.1 INTRODUÇÃO

No segundo capítulo, o objetivo foi se aproximar ainda mais do objeto pesquisado, a partir de discussões teóricas sobre os termos, características, conceitos e especificidades do fenômeno do radicalismo de direita, no pós-globalização. Alguns autores foram fundamentais nesse debate, em especial Cas Mudde (1996, 2000, 2007, 2010) e Michael Minkenberg (1998, 2000, 2011).

O contexto pós-globalização tem contribuído para a alteração do perfil, dos discursos e das formas de manifestação da direita radical (MINKEMBERG, 1998; MUDDE, 2000; BETZ, 1993), cuja ascensão não tem acontecido de forma isolada nem pontual, de maneira que as pesquisas têm identificado convergências, regularidades e similaridades entre as diversas ocorrências, mesmo em contextos e culturas diferentes (NORRIS, 2005; TOSTES, 2009; LANGENBACHER e SCHELLENBERG, 2011).

Grande parte da teoria tem indicado não apenas o aumento no número de partidos políticos, mas, principalmente, tem chamado a atenção para a efetividade e força com que esse espectro vem disputando espaço, adesão e poder, seja no cenário político-eleitoral seja na internet ou nas ruas. Assim, a presença e as propostas da direita radical têm se tornado, cada vez mais, normalizadas, tanto na percepção popular quanto na disposição dos demais partidos em compor com esse espectro, a aumentar as chances nas disputas locais e nacionais (SCHAIN et al, 2002, p. 5).

Pesquisas têm sugerido que o crescimento do radicalismo de direita não resulta, necessariamente, de anomalias ou crises sociais drásticas (NORRIS, 2005; TOSTES, 2009; MUDDE, 2010), conforme foi afirmado e difundido pelos autores, no pós-guerra; e nem significam meros votos de protestos (MINKENBERG, 2011). Pelo contrário, as adesões têm aspecto valorativo e resultam de compatibilidade ideológica de uma parcela da população (MINKENBERG, 2000, 2005), mesmo sendo difusa e fragmentada (NORRIS, 2005; RYDGREN, 2007).

Os exemplos do ressurgimento do radicalismo de direita na atualidade são inúmeros. Em 2016, o empresário Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos, uma das

democracias consideradas mais estáveis do planeta. Como plataforma de governo, propôs a construção de um muro na fronteira com o México, para, diretamente, barrar imigrantes ilegais. Defende que unidades escolares deixem de ser “zonas livres de armas” e que pessoas possam portar armamentos dentro e ao redor delas. Também se mostrou favorável à energia nuclear, enquanto recusa políticas de energia limpa²⁸.

Também em 2016, ainda nos Estados Unidos, a organização *Southern Poverty Law Center* *Southern Poverty Law Center* (SPLC), que combate atos violentos, racistas e discriminatórios, contabilizou a existência de 917 grupos de ódio nos países, contra 892 de 2015. Esses grupos estariam pulverizados em bandeiras que vão desde fanatismo religioso católico até movimentos de separatismo racial²⁹. O SPLC documentou ainda 867 incidentes relacionados ao ódio e ao preconceito em 2016, incluindo mais de 300 voltados a imigrantes ou muçulmanos³⁰, em uma média de 2,37 ocorrências por dia.

Em 2017, os eleitores da França levaram uma radical de direita, Marine Le Pen, ao segundo turno da eleição presidencial, a somar mais de 34% dos votos válidos, o que significa um número superior a 10,6 milhões de votos. O partido de Len Pen, a Frente Nacional (FN), tem realizado uma dura e sistemática campanha contra a imigração. Marine quer que a França deixe de receber imigrantes e pediu a cessação imediata de qualquer amparo a eles, além da dispersão dos que já estão no país para os municípios do interior, sob alegação de segurança antiterrorista³¹.

O pai dela, Jean-Marie Le Pen, foi condenado pela Justiça francesa, em 2016, por declarar que as câmaras de gás, nas quais milhões de judeus foram executados pela Alemanha nazista, foram um “detalhe” da História³². Por conta da declaração, foi expulso da FN, partido presidido pela filha e que ele mesmo fundou tempos atrás.

Na Holanda, a direita radical ficou em segundo lugar nas eleições de 2017. O candidato Geert Wilders, do Partido para a Liberdade (PVV), obteve 13% dos votos e elegeu 20 deputados, de um parlamento de 150. Sua campanha defendeu uma agenda xenofóbica, anti-islâmica, protecionista e contrária à União Europeia. Na eleição de 2012, o PVV elegeu

²⁸ Conheça as propostas de Donald Trump para os Estados Unidos. **G1**, Brasil, 20/01/17. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/conheca-as-propostas-de-donald-trump-para-os-estados-unidos.ghtml>

²⁹ Ver ideologias listadas pelo Southern Poverty Law Center. Acessar <https://www.splcenter.org/fighting-hate/extremist-files/ideology>.

³⁰ HATE groups increase for second consecutive year as Trump electrifies radical right. SPLC, Estados Unidos, 15/2/17. Em <https://www.splcenter.org/news/2017/02/15/hate-groups-increase-second-consecutive-year-trump-electrifies-radical-right>.

³¹ MARINE Le Pen pede que França deixe de receber imigrantes imediatamente. EFE, Lisboa, 16/11/15. Em <http://www.efe.com/efe/brasil/mundo/marine-le-pen-pede-que-fran-a-deixe-de-receber-imigrantes-imediatamente/50000243-2765403>.

³² PLATIAU, C. Le Pen é condenado por dizer que câmaras de gás no Holocausto foram “detalhe”. Agência Reuters, Brasil, 6/4/2016. Em <http://br.rfi.fr/franca/20160406-le-pen-e-condenado-por-dizer-que-camaras-de-gas-do-holocausto-foram-detalhe-0>.

15 deputados. Porém, o melhor resultado do partido aconteceu em 2010, quando 22 parlamentares foram eleitos³³.

Em 2015, a direita radical conseguiu formar o grupo Europa das Nações e das Liberdades, no Parlamento Europeu, que se intitula euróforo e anti-imigração³⁴. Em 2017, a bancada somou 40 deputados de nove nacionalidades diferentes (Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Itália, Países Baixos, Polônia, Reino Unido e Romênia). Na pauta do grupo, está o ataque à União Europeia e ao euro, por supostamente tirarem a autonomia e a soberania dos países-membros e seus respectivos governos.

Na Grécia, o partido ultranacionalista e declaradamente racista, o Aurora Dourada, conquistou 21 cadeiras no parlamento, ou seja, cerca de 7% dos votos nas eleições de 2012 (ALMEIDA, 2014, p. 91). O partido também elegeu, pela primeira vez em 2014, três deputados ao Parlamento Europeu.

Ali perto, na Itália, em 2015, o presidente regional da Lombardia, do partido *Lega Norte*³⁵, Roberto Maroni, ameaçou, com sanções econômicas e cortes de verba, prefeitos que acolhessem refugiados³⁶. Em 2013, a vereadora Dolores Valandro, do mesmo partido, postou em sua página do *facebook*: “Por que ninguém estupra essa mulher?”, referindo-se à então ministra da Integração da Itália, Cecile Kyenge, que é negra, nascida na República do Congo e imigrou para a Itália aos 18 anos³⁷. Em 1992, a neta de Benito Mussolini, Alessandra Mussolini, foi eleita pelo MSI³⁸ (*Movimento Sociale Italiano*), partido originariamente de tendência fascista, para o parlamento de Nápoles e, em 2004, chegou ao Parlamento Europeu, onde se mantém como eurodeputada.

Na Alemanha, grupos e partidos radicais se unem e ganham força, a exemplo dos Lobos Brancos e da Alternativa para Alemanha (AfD). O partido AfD obteve 13% dos votos nas eleições nacionais de 2017 (terceira colocação geral) e, pela primeira vez, estará representado no Parlamento do país (Bundestag). Quem ocupa a vaga é Alice Weidel,

³³ QUESADA, Juan. Holanda derrota nas urnas o populismo e a xenofobia. El País, Brasil, 16/03/17. Em http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/15/internacional/1489561367_230277.html.

³⁴ MARINE Le Pen apresenta grupo parlamentar europeu. Euronews, Lisboa, 16/06/15. Em <http://pt.euronews.com/2015/06/16/marine-le-pen-apresenta-grupo-parlamentar-europeu>.

³⁵ O partido é considerado pela mídia italiana como de extrema direita pelo discurso anti-imigração, porém há referências também que seja de direita.

³⁶ ORDAZ, Pablo. Na Itália, Liga Norte ameaça prefeitos que acolherem refugiados. El País, 07/06/15. Em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/07/internacional/1433687491_341636.html.

³⁷ ITÁLIA: vereadora da extrema-direita diz que ministra negra deveria ser estuproada. O Globo, Rio de Janeiro, 13/06/13. Disponível em <http://oglobo.globo.com/mundo/italia-vereadora-da-extrema-direita-diz-que-ministra-negra-deveria-ser-estuproada-8680493>.

³⁸ O MSI surgiu na Itália, logo após a Segunda Guerra Mundial. Anos mais tarde, foi integrado ao partido *Alleanza Nazionale*, que no final dos anos 1990 se integrou ao *Forza Italia*, do ex-presidente Silvio Berlusconi.

economista, lésbica, xenófoba e que vive parte do tempo na Suíça, onde os filhos moram³⁹. Outra liderança do partido, Frauke Petry, tem declarado, repetidamente, que a polícia de fronteira deveria ter o direito de atirar em refugiados que tentassem entrar no país, clandestinamente⁴⁰. Em 2003, foram registrados 16 mil incidentes de natureza racista, praticados por grupos anti-estrangeiros, sobretudo na Alemanha do Leste (CARNEIRO, 2004, p. 144).

Grupos radicais de direita também têm agido na América do Sul, região que se tornou refúgio de muitos nazistas perseguidos como criminosos de guerra, pós-1945 (CARNEIRO, 2004, p. 144). Estima-se que movimentos extremistas estejam presentes, ainda que sem grande organização ou expressão, na Argentina, Uruguai, Chile e Peru. No Uruguai, vale destacar a ação do *Partido Nuevo Orden Social Patriótico* (PNOSP), que publicou, junto com outras organizações menores, a Carta Orgânica, na qual propõe “drástico desmantelamento da rede homossexual”, “uma política que assegure a higiene biológica da nação” e a “criação de escolas especiais para crianças com coeficientes intelectuais superiores”. Segundo Carneiro, esses discursos demonstram a intenção de assegurar o desenvolvimento de futuras gerações neonazistas (ibid, p. 145).

Pesquisa realizada em países da Europa Ocidental⁴¹ mostra que a média geral de crescimento de votos de partidos considerados de direita radical passou de 1,36% no começo da década de 1980 para 7% em eleições de 2008⁴². A autora identificou ainda que a preferência pelo discurso abertamente radical de direita tem ganhado adeptos inclusive em países onde essa ideologia não tinha uma ressonância prévia (TOSTES, 2009, p. 343).

2.2 AS CORRENTES TEÓRICAS

Desde o pós-guerra, o estudo do radicalismo de direita vem sendo dominado pela ideia de que sua ascensão e fortalecimento estão diretamente associados a situações de crise ou a motivos de frustração/descontentamento por parte dos eleitores. A globalização, como sendo um dos momentos de grande mudança social, econômica e política, foi diretamente

³⁹ ALEMANHA decide: Alice Weidel e AfD: A extrema-direita no Parlamento alemão. **DW**, Berlim, 24/09/17. Em <http://www.dw.com/pt-002/alice-weidel-e-afd-a-extrema-direita-no-parlamento-alem%C3%A3o/a-40645165>

⁴⁰ FRAUKE Petry, a nova cara da extrema-direita na Alemanha. **Carta Capital**, São Paulo, 11/3/16. Em <http://www.cartacapital.com.br/revista/888/hitler-de-saias>. Acesso 18/08/2016.

⁴¹ Foram considerados, na pesquisa, os países: Portugal, Espanha, Irlanda, Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Reino Unido e Suécia.

⁴² Para a realização da pesquisa, ela reuniu dados de todos os países-membros ocidentais da União Europeia (UE15) nos últimos 28 anos, com um mínimo de cinco eleições parlamentares por país. Foram testadas variáveis econômicas, sociais e de representação.

associada ao ressurgimento do fenômeno. Por conta de seus efeitos destraditionalizadores, uma parcela da população teria percebido ou sentido que houve modificações nos signos 'família', 'nação' e 'tradição' (GIDDENS, 1996), a partir, sobretudo, da política de abertura de mercados e privatizações implantada pelo neoliberalismo, que resultou em grandes fluxos migratórios e na inserção da tecnologia na vida cotidiana (GIDDENS, 1996; 2000).

Argumentos dessa vertente teórica indicam que o acirramento da competição econômica – agora de porte transnacional – e a disputa pelos benefícios conferidos pelos Estados de Bem-Estar Social teriam elevado os riscos sociais e econômicos em países que receberam aportes migratórios, cuja mistura de culturas e hábitos teria implodindo a ideia de homogeneidade, unidade e equilíbrio atribuídos aos seus povos e nações. Esse contexto teria gerado uma insatisfação e ocasionado a divisão da sociedade entre 'perdedores' e 'ganhadores', ou seja, entre aqueles que se beneficiaram e os que foram prejudicados com a globalização, de maneira que os 'perdedores' seriam, necessariamente, os eleitores da direita radical. Nesse sentido, Betz chegou a argumentar que o sucesso dessa ideologia refletia, em grande parte, "a tensão psicológica associada às incertezas produzidas por grandes mudanças socioeconômicas e socioculturais" (BETZ apud MUDDE, 2010, p. 1171).

Os pesquisadores dessa corrente, chamados de estudiosos 'da demanda', sugerem que as tendências estruturais alteram as demandas populares na sociedade de massa, de modo que modificações no contexto socioeconômico mudam as atitudes políticas e as percepções do eleitorado, gerando oportunidades para a direita radical. Os argumentos dão conta que essa ideologia é mais forte em situações de novas ondas de imigração; quebra nas classes tradicionais e clivagens religiosas; contração cultural contra a ascensão dos valores pós-materiais; cortes no Estado de Bem-Estar social; e a geração de novas formas de risco social e desvantagem, a partir de níveis crescentes de insegurança no emprego e padrões crescentes de desemprego (NORRIS, 2005, p. 11).

Outra causa possível seria o grande descontentamento e desconfiança do eleitorado com os principais partidos e sistema político. O chamado 'vácuo de representatividade, gerado pela similitude entre as posições de direita e esquerda, no fim do século XX, teria favorecido à direita radical, que ocupou o espaço, com suas posições bem demarcadas. Nesse sentido, Brandalise (2005) acredita que o afrouxamento e a descaracterização dos princípios de oposição levaram as agremiações partidárias clássicas, sobretudo as maiores, para o centro do quadro político, com vistas, sobretudo, na governabilidade e no gerenciamento da excessiva fragmentação partidária.

O entendimento é de que a esquerda tradicional teria perdido vias de interlocução com o operariado, que acabou migrando para a esquerda ou direita radical, e a direita clássica acabou abrindo espaço para o crescimento das direitas periféricas.

Nessas circunstâncias, em um movimento perverso, coube de fato aos extremismos marcar a diferença nos momentos, tão frequentes, de dilaceração do corpo político-social. Assim, parece ser evidente que o sucesso eleitoral recente da extrema direita encontra respaldo em uma aparentemente durável crise dos sistemas políticos tradicionais (BRANDALISE, 2005, p. 52).

A tese dos perdedores versus ganhadores se sustentou com certa firmeza até meados dos anos 1990, quando investigações empíricas começaram a enfraquecê-la (NORRIS, 2005; RYDGREN, 2007; MUDDE, 2010). Uma das críticas centrais a essa perspectiva é o risco a que levam suas conclusões: primeiro, a de que o crescimento e a força político-ideológica da direita radical estariam direta e excessivamente atrelados a acontecimentos ou condições extremas; e, segundo, que os valores e discursos radicais não eram cotidianos, uma vez que se tornavam visíveis apenas e exclusivamente em momentos “fora do normal” (MUDDE, 2010, p. 1171).

Ainda que o modelo da demanda, em seu conjunto de explicações e aspectos levantados, seja muitíssimo útil e bastante acessado para a reflexão sobre o tema, ele tende, para os críticos, a generalizar que os apoiadores desse espectro são os grupos marginalizados (perdedores), ignorando as inúmeras variações e multiplicidades existentes entre os partidos, grupos e líderes, bem como as significativas diferenças entre e dentro dos sistemas políticos e dos países (MUDDE, 2010, p. 1168).

Norris explicita essas variações e complexidades, argumentando que a memória do fascismo, que foi comumente usada para explicar o avanço do radicalismo de direita na Itália e na Áustria, não pôde explicar o caso da Noruega, por exemplo, vanguarda da resistência aliada na Segunda Guerra Mundial; de que havia xenofobia mesmo em países com algumas das populações mais bem educadas e seguras do mundo, como Canadá e Finlândia. O desemprego, outro fator dado como certo para o crescimento do espectro, não foi capaz de explicar os casos da Suíça e da Áustria, onde a taxa de desempregados costuma ser baixíssima. Nem mesmo o protecionismo cultural e a forte agenda anti-imigração, que é uma das assinaturas da direita radical, puderam, sozinhas e diretamente, responder pelo fortalecimento desses partidos, não estando necessariamente vinculados ao percentual de imigrantes recebidos nem ao de asilos concedidos (ibid, p. 12-13).

(...) partidos radicais de direita contemporâneos têm falhado em entrar no Bundestag alemão, no Riksdag sueco ou na Câmara Comum Britânica, apesar de esses países terem absorvido algumas das proporções mais elevadas de requerentes de asilo nos países da Europa Ocidental. As estimativas da ONU sugerem que durante a década de 1990, havia quase um milhão de refugiados e requerentes de asilo na Alemanha, 200 mil no Reino Unido e 175 mil na Suécia (NORRIS, 2005, p. 12)⁴³.

Nesse mesmo sentido, Tostes identifica que a presença de imigrantes, o nível de violência urbana ou o grau de desenvolvimento econômico não são suficientes para explicar o aumento da preferência de eleitores europeus ocidentais por partidos radicais de direita. Seus achados concluíram que as sociedades que suportam esses tipos de agremiação partidária têm apresentado bom desempenho econômico e bom nível de distribuição de renda; com uma redução mais significativa dos índices de violência do que as que não suportam (2009, p. 337-338).

Os autores do lado da oferta – outra corrente teórica que tenta explicar a ascensão do fenômeno na atualidade – chamam a atenção para o protagonismo dos partidos, lideranças e movimentos políticos da direita radical, em suas capacidades racionais e ativas de criar enredos e fatos políticos, em interpretar realidades, em modalizar e massificar pautas e discursos, em disputar visibilidade midiática, em traçar estratégias para competir por votos, por alianças e por representatividade.

Essa abordagem se concentra em padrões de competição partidária, incluindo onde e como os partidos decidem se posicionar no espectro ideológico – se à direita, à esquerda ou ao centro –, bem como nas ações tomadas ou nos discursos/mensagens dos atores da direita radical. Em particular, as pesquisas enfatizam questões como: a política anti-imigrante; as medidas econômicas defendidas; a maneira como os atores se comunicam; as estratégias retóricas utilizadas junto ao eleitorado; as características e popularidade de suas lideranças; além dos aspectos financeiros, administrativos e organizacionais de cada partido (RYDGREN, 2007).

Mudde, sintonizado com essa corrente, defende que o crescimento do radicalismo de direita resulta dos próprios conflitos das complexas democracias ocidentais, a partir da

⁴³ (...) contemporary radical rightwing parties have failed to enter the German Bundestag, the Swedish Riksdag, and the British House of Commons, for example, despite the fact that these countries have absorbed some of the highest proportions of asylum-seekers in Western Europe. UN estimates suggest that during the 1990s there were almost one million refugees and asylum-seekers in Germany, 200,000 in the UK, and 175,000 in Sweden. Tradução própria.

disputa por saliência e posições referentes, em sua maioria, à tríade: corrupção, imigração e segurança (ibid, p. 1178-1179). Apoiado principalmente nesse argumento, ele propõe uma inversão paradigmática, a pensar a ascensão da direita radical como própria das disputas ideológicas e atitudes da sociedade, como uma “normalidade patológica”, e não uma “patologia normal”, conforme defendido por Scheuch e Klingemann⁴⁴, no final da década de 1960. Com isso, quer evitar o caráter ocasional, pontual e infrequente dado ao fenômeno, atribuindo-lhe condição cotidiana e comum.

Em reforço a sua ideia, Mudde alerta que os bons resultados eleitorais não podem ser compreendidos apenas no viés da demanda, ou seja, no que os cidadãos-eleitores querem, mas também no ângulo da oferta – o que os partidos políticos e lideranças têm feito para atrair o eleitor, que enredos criam, como interpretam fatos, como impõem agendas, como envolvem as massas (2010, p. 1172).

Mesmo que esse contraponto seja importante, para instituir um papel ativo aos partidos e atores políticos, alguns autores o consideram insuficiente para explicar, sozinho, as causalidades do crescimento do espectro e os motivos da adesão dos eleitores, considerando que as decisões de voto não estão baseadas apenas nos estímulos produzidos pelas entidades partidárias, mas pela complexa rede de relações que estruturam a sociedade, a contar outras instâncias também ativas e de influência, como a mídia, o Estado, os movimentos sociais, os outros partidos, os grupos de oposição, a legislação eleitoral, entre outros (NORRIS, 2005).

Outro grupo de pesquisadores tem tentado discutir o crescimento da direita radical, a partir de explicações sobre o sucesso eleitoral recente de partidos desse espectro. Os estudiosos enfatizam que as regras eleitorais formais e informais influenciariam na interação entre o que deseja a opinião pública – demanda eleitoral – e na forma como os partidos respondem a isso – oferta do partido (NORRIS, 2005). Essas normas teriam papel importante na escolha do candidato ao cargo, nas características da campanha, na formação de alianças e na competição partidária. Baseado nessa literatura, foi popularizada a ideia de ‘estrutura de oportunidade política’, discutida a partir de processos de (re)alinhamento, convergência entre partidos, sistemas eleitorais, presença ou ausência de aliados fortes/representativos, entre outros. Vários trabalhos utilizam esse conceito para enfatizar

⁴⁴ Scheuch e Klingemann desenvolveram, em 1967, a ‘tese da patologia normal’, que compreendia o sucesso da direita radical como resultado de acontecimentos sociais drásticos, como anomias extremas do processo de modernização social, a reforçar a ideia de que, sob condições de grande mudança societal, os “perdedores da modernização” votariam em partidos radicais populistas sem protestar (por raiva e frustração) ou sem apoiar (por rigidez intelectual) [apud MUDDE, 2010, p. 1172].

as oportunidades que a direita radical tem tido dentro das restrições estabelecidas pelas regras eleitorais e os padrões estabelecidos pela competição partidária existente (NORRIS, 2005).

Porém, os críticos indicam que a disputa eleitoral e os ganhos eleitorais são apenas parte da explicação sobre a ascensão e/ou o sucesso dos partidos radicais de direita. Também são limitados na explicação a respeito do ressurgimento e/ou fortalecimento do próprio fenômeno no pós-1980. As estruturas de oportunidades políticas, isoladas ou combinadas, são importantes, mas não suficientes como fatores explicativos. Para Rydgren, sua eficácia pode ser maior quando combinadas com explicações centradas na demanda (2007, p. 252).

Com isso, percebe-se que os motivos da ascensão da direita radical no pós-1980 são bastante complexos, havendo tendências teóricas, hipóteses e resultados bem distintos. Além disso, o contexto e cultura de cada país também podem interferir nessa causalidade e explicação. No caso deste trabalho, não faz parte dos objetivos discutir a origem/causa do fenômeno no Brasil, mas, tão somente, apresentar como a literatura específica tem pensado e tratado a questão, a partir das principais linhas teóricas existentes.

2.3 OS TERMOS

No Brasil, as expressões mais utilizadas em referência ao fenômeno são direita radical e extrema direita. Na literatura internacional é comum encontrar *Right-wing*, *Right-wing extremism*, *Far Right*, *Extreme Right*, *Radical Right*, *Right-wing Radical* e *Populist*⁴⁵. No entanto, a maioria dos autores costuma utilizar os vários termos como sinônimos, exceto em duas escolas, em especial, a alemã e a estadunidense, cujo uso diferenciado impactou no campo de pesquisa.

Após meados dos anos 1980, os alemães, por conta das especificidades de sua constituição, passaram a usar a expressão 'direita radical', porque entendiam que a extrema direita estava associada à inconstitucionalidade e à violência. Na Alemanha, em particular, os partidos extremistas são fortemente vigiados pelo Estado, enquanto os radicais, mesmo na condição de opositores a determinados princípios constitucionais, estão autorizados a existir.

⁴⁵ Traduzidas significam, respectivamente: ala-direita, ala-direita radical, extrema direita, extrema direita, direita radical, ala-direita radical e populista.

Michael Minkenberg, autor alemão, considera que a extrema direita é um subgrupo da direita radical, como também é o fascismo e a direita radical populista pós-1980. Ele define o extremista de direita como alguém que se posiciona contra a ordem e o consenso democráticos, a apelar mais para a violência do que para militância político-partidária (2011, p. 40). Já o radical não precisaria, necessariamente, ser anticonstitucional. “A direita radical pode ou não ser anticonstitucional ou violenta, mas a extrema direita, como uma variante da direita radical, o é por definição”⁴⁶ (2000, p. 175).

A tradição estadunidense tem usado o termo ‘direita radical’ desde o pós-guerra, por considera-lo mais abrangente e funcional na tarefa de investigar a grande variedade de grupos e partidos radicais de direita existentes no país. O esforço é incluir não apenas as organizações com características neonazistas e neofascistas, mas também os fundamentalistas religiosos, os radicais católicos, os militaristas, os nativistas, etc (MUDDE, 1996, p 230-231).

Embora essas duas escolas tenham impactado na denominação do fenômeno, há autores que continuam considerando a expressão ‘extrema direita’ como mais apropriada, seja por perceber uma possibilidade de classificação mais direta e funcional (IGNAZI, 2002), seja por achar que não há diferenças relevantes entre as diversas nomenclaturas (MUDDE, 1996, 2000)⁴⁷. Piero Ignazi, italiano, entende que a extrema direita está diretamente associada ao critério ‘antissistema’, ou seja, obrigatoriamente contrário ao sistema democrático, o que facilita o reconhecimento, percepção e análise de seus componentes e integrantes. Em seu entendimento, o termo “radicalismo de direita é confuso e vago” (2002, p. 21). Ele acredita que os problemas entre as expressões teriam surgido no estudo de Daniel Bell, intitulado *The Radical Right* e publicado em 1963, quando movimentos super conservadores foram classificados como de extrema direita, ainda que não fossem contrários ao sistema (ibid). Além disso, em seus argumentos, a direita radical passou a ser identificada por meio de traços de personalidade dos indivíduos (em grande parte por influência da pesquisa *The Authoritarian Personality*, coordenada por Theodor Adorno) e não através de um conjunto de valores (ibid, p. 21-22).

Em artigo de 1996, Mudde havia detectado a existência de um consenso em relação à utilização do termo ‘extrema direita’ na Europa (p. 228), porém hoje, mais de 20 anos depois, não se pode garantir que ainda haja uma predominância no uso dessa terminologia.

⁴⁶ Thus, the radical right may or may not be anti-constitutional or violent, but the extreme right, as a variant of the radical right, is so by definition. Tradução própria.

⁴⁷ A posição de Mudde sobre a distinção dos termos muda em artigo de 2010, quando adere à expressão ‘radicalismo de direita’ e aos argumentos da escola alemã de que a extrema direita tenderia à violência e à antidemocracia.

Até o próprio Mudde que era adepto da nomenclatura ‘extrema direita’, em seus primeiros trabalhos (1996 e 2000), reviu sua posição, tendo aderido, anos mais tarde, à expressão ‘radicalismo de direita’⁴⁸ (2011, p. 1168).

Um dos possíveis motivos de resistência ao termo ‘extrema direita’ se deve ao seu uso indiscriminado e banalizado. Tomado pelo senso comum e popularizado pela mídia em meados do século XX, na tentativa de separar a direita clássica dos movimentos e grupos pós-nazistas e fascistas surgidos com o fim da Segunda Guerra Mundial, essa terminologia é utilizada para classificar uma enormidade de organizações, partidos, grupos e ações, independentemente do contexto, do formato, das características, do método e da atuação, ou seja, sem qualquer rigor e critérios teórico-metodológicos.

O risco de banalização e/ou homogeneização que o termo traz foi abordado por Jefferson Barbosa.

No mesmo sentido abstrato e generalizante do conceito de totalitarismo, a expressão extrema direita não possibilita a compreensão sobre as particularidades dos objetos investigativos em análise, pois, o caráter gnosiológico e generalizador da expressão também obstrui a compreensão das manifestações políticas em seus aspectos de historicidade e particularidade (2015, p. 199).

Além disso, alguns autores acreditam que o termo ‘extrema direita’ ficou muito vinculado à experiência do fascismo histórico e a toda sua carga de memórias e sofrimentos (BERTONHA, 2012; CALDEIRA, 2015; BRANDALISE, 2005). Por conta dessa vinculação quase que direta, determinados partidos e agentes políticos têm recusado a classificação ou a autodenominação de extrema direita. A agremiação partidária Frente Nacional (FN), da França, é um deles, que não por acaso adotou o *slogan*: “direita nacional, social e popular” (BRANDALISE, 2005, p. 53). O deputado federal Jair Bolsonaro também se apresenta como de direita⁴⁹ e evita o rótulo ‘extrema direita’.

Ainda que o termo apareça bastante associado ao século XX, sobretudo ao nazifascismo, a ideologia do radicalismo de direita teria surgido na Revolução Francesa, junto com a esquerda e a direita clássicas (BOBBIO, 2001; BRANDALISE, 2005). Desde 1789, existiam os conservadores radicais, que desejavam um retorno quase que completo ao

⁴⁸ Ver MUDDE, Cas. The Populist Radical Right: A Pathological Normalcy. West European Politics, Vol. 33, n. 6, p. 1167-1186, nov 2010.

⁴⁹ Informação consta nos dados, nas entrevistas Brasil em Discussão, 2012; The New York, 2016

antigo regime (PIERUCCI, 1990, p. 10), de maneira que consideravam a revolução uma punição de deus, frente à falta de fé dos franceses (BRANDALISE, 2005, p. 54).

Esta dissertação adere ao termo direita radical, sobretudo pela possibilidade analítica mais ampliada e diversificada que ele oferece. Como Minkenberg (2000), acredita-se que o radicalismo de direita é um conjunto de direitas radicais, sendo fundamental compreendê-lo em seu leque de variáveis, contextos, discursos e vínculos. Além disso, as significações atribuídas ao termo ‘extrema direita’, primeiramente pelo nazifascismo e depois pela mídia, podem levar a cristalizações e desvirtuamentos, que não são interessantes para quem se arrisca a adentrar nesse campo, já tão complexo e movediço.

Apesar de ter preferência por um termo, este trabalho tem ciência de que o que está em jogo e em debate não são as nomenclaturas em si, mas o conjunto de crenças, discursos, valores e práticas a que elas se referem (MUDDE, 1996, p. 228). A variabilidade terminológica e a polêmica sobre sua condição sinonímica não são questões cruciais, o mais relevante, de fato, é identificar, analisar e compreender as bases discursivas e os pilares ideológicos que dão sustentação e capilaridade a essa ideologia nos diversos países e contextos.

2.4 AS CARACTERÍSTICAS FUNDADORAS

O conceito de direita radical passa pela discussão de suas características fundadoras, que variam conforme os autores e os contextos. Enquanto algumas definições são ampliadas demais, como a de Backes e Jesse, que entendem o radicalismo de direita como “um termo coletivo para disposições e tentativas antidemocráticas, tradicionalmente posicionadas na extrema direita do espectro direita – esquerda” (BACKES e JESSE *apud* MUDDE, 2000), outras são bem fechadas e específicas, a associar diretamente a direita radical a uma lista de critérios simultâneos. Pennings e Brants, por exemplo, apresentam um repertório mínimo de seis itens como essenciais ao fenômeno. Já Falter e Schumann, elencam como fundamentais nada menos do que uma dezena de características (*ibid.*).

Em 26 definições de radicalismo/extremismo de direita pesquisadas por Mudde⁵⁰, são mencionadas 58 características diferentes, sendo que apenas cinco se repetem em pelo menos metade dos autores: nacionalismo, racismo, xenofobia, estado forte e

⁵⁰ A pesquisa foi publicada pela primeira vez em 1995. Os dados se referem a período anterior a essa data.

antidemocracia⁵¹ (1996, p. 229). A partir disso, o autor conclui que muitos componentes listados como essenciais e/ou universais, a exemplo do antiamericanismo, anticomunismo, militarismo e liberalismo de mercado, são apenas circunstanciais ou particulares de determinado contexto ou país. Além disso, o excesso de critérios não significa, necessariamente, refinamento teórico, de modo que muitas características são meramente citadas, sem a conceituação e a fundamentação devida (MINKENBERG, 2000, p. 171).

Mudde (2000) testou as cinco características identificadas como as mais citadas na literatura em cinco partidos europeus, a verificar quais estavam presentes/ausentes. Como este trabalho também utilizou essas categorias para o teste em Bolsonaro, é fundamental apresentar e considerar os seus achados e conclusões. Assim, ele concluiu que três dos cinco aspectos apareciam em todos os partidos – o nacionalismo, a xenofobia e a defesa de um estado forte –, enquanto outras duas – racismo e antidemocracia – eram variantes.

O nacionalismo foi detectado tanto como ‘vontade de homogeneização social’ quanto como ‘engrandecimento e unificação da nação’ (MUDDE, 2000, p.171). A xenofobia está inter-relacionada ao nacionalismo, uma vez que tudo que é considerado “estranho” ou alheio ao grupo é retratado como negativo e ameaçador à nação e seus “verdadeiros” membros. Foram verificados discursos do tipo: “a imigração é uma ameaça”, “a sociedade multicultural é multirracial”, “as pessoas que vivem fora de suas comunidades étnicas se desarraigam e degeneram moralmente”, e “estrangeiros são preguiçosos, atrasados culturalmente e criminosos” (ibid, p. 172-173).

A crença na importância da lei e da ordem se manifestou tanto como um desejo por uma comunidade bem ordenada e repressiva quanto pela rejeição da permissividade, com apelo a um estado forte. A defesa da pena de morte; a associação dos imigrantes e da esquerda ao crime; a instituição de um exército nacional; a formação de uma força policial extensa em termos de pessoal, de equipamentos e de competência; bem como um sistema judiciário que produza sentenças mais severas, executadas ao máximo, em condições rigorosas e cobrindo uma maior variedade de crime, são alguns dos discursos recorrentes (ibid, p. 173-174).

Mudde identificou, além desses, o “chauvinismo de bem-estar” como uma característica presente nos cinco partidos estudados. Ele percebeu um forte sentimento/discurso de que a economia nacional deve privilegiar o “povo nativo”, tanto no que se refere ao dinheiro e aos empregos quanto à proteção de certos setores da economia frente à concorrência estrangeira (ibid, p. 174-175). É interessante destacar que tais

⁵¹ Essas são as categorias teórico-metodológicas adotadas pela pesquisa, para o teste e análise do caso de Jair Bolsonaro.

partidos defendem o sistema de bem-estar social, desde que para os “próprios integrantes da nação”.

Mudde não identificou o racismo como base ideológica de todos os partidos, ainda que a hierarquia racial apareça claramente em alguns. Também não reconheceu sinais de militarismo em determinados partidos, apesar de todos defenderem um exército nacional. A antidemocracia também não foi considerada presente, porque nenhum dos partidos rejeitou formalmente a democracia, apesar de critica-la duramente. Com isso, ele considerou o radicalismo de direita uma ideologia política constituída por uma combinação de características diferentes, que compartilham os núcleos ideológicos do nacionalismo, do chauvinismo de bem-estar, da xenofobia, além da lei e ordem (ibid, p. 181).

Evidentemente que cada pesquisador tem de explicitar ao máximo o que entende por cada um desses núcleos ideológicos, até porque o enquadramento/classificação dos objetos depende da conceituação prévia dessas ideias. Toca-se nisso, porque, no caso de Mudde, sua noção de antidemocracia acaba sendo passível de questionamento, uma vez que considera exageradamente às instituições e muito pouco os princípios e valores democráticos.

Ele chega a identificar, entre os partidos pesquisados, a existência de uma aversão à pluralidade e posições claras de intolerância social, porém não as considera como antidemocracia. Em seu entendimento, a classificação como antidemocrática depende, necessariamente, da rejeição ao sistema político formal e ao sufrágio universal. O autor pertenceria a uma corrente que separa e atribui importâncias diferentes a rejeição ao sistema político democrático e a rejeição aos valores universalistas e igualitários, de modo a supervalorizar o primeiro e minimizar o segundo.

Teóricos como Minkenberg (2000) e Rydren (2007) oferecem um conceito de antidemocracia menos formalista e mais ampliado. Eles reforçam o aspecto antidemocrático da direita radical, que mesmo aceitando a democracia processual, tem como sua sociedade ideal a etnocracia, que, por valorizar excessivamente seu grupo étnico ou sua nação, atacam ou ameaçam os valores pluralistas da democracia liberal. Minkenberg acredita que a direita radical não quer voltar a regimes pré-democráticos, tais como a monarquia ou feudalismo, mas jogar com os antagonismos da democracia para disputar poder e reforçar sua ideia de estado forte, autoritário, fechado e minimamente plural (2004, p. 3).

A discussão sobre a antidemocracia é, de fato, bastante rica. Tem autores que compreendem esse conceito como imprescindível para os processos de classificação e

definição da direita radical. Ignazi é um dos teóricos que associa o extremismo de direita⁵² necessariamente à antidemocracia, elegendo a característica antissistema como o principal critério para a identificação e enquadramento de partidos, movimentos, grupos e líderes. Além disso, ele acredita que o componente 'antissistema' está vinculado à ideologia fascista, encontrando nela forte inspiração, ainda que não se reduza nem se encerre nela (p. 2002, p. 27).

(...) a extrema direita é aquele espaço político-ideológico onde o fascismo é a referência-chave. No entanto, atribuir a tradição intelectual ou ideológica da extrema direita apenas ao fascismo (em seus vários fluxos) e à seita contrarrevolucionária é demasiado estreita para a extrema direita contemporânea, mesmo tendo sido o fascismo uma referência ideológica muito poderosa no âmbito político e, de longe, a mais poderosa das direitas (IGNAZI, 2002, p. 25)⁵³.

Dessa maneira, Ignazi oferece uma tipologia para a identificação dos partidos, observando primeiramente se há ausência ou presença de uma herança fascista e, depois, verificando se há aceitação ou recusa do sistema político democrático⁵⁴.

Para serem incluídos na família da extrema-direita, os partidos mais direitistas devem cumprir o critério (ideológico) fascista ou exibir um padrão deslegitimador em relação ao sistema político (...). Se um partido se enquadra tanto nos critérios ideológicos como no sistêmico, podemos considerá-lo como pertencendo ao tipo tradicional, neofascista. Se um partido não está ligado ao fascismo, mas tem um perfil antissistema, podemos considerá-lo como pertencente ao novo tipo, pós-industrial⁵⁵ (2002, p. 27).

⁵² Ignazi só utiliza e já declarou preferência pelo termo 'extrema direita'. Como, nesse trecho, trata-se de seus argumentos, a autora manteve a nomenclatura original usada pelo autor.

⁵³ "(...) *the extreme right is that political-ideological space where fascism is the key reference. However, attributing the intellectual or ideological tradition of the extreme right only to fascism (in its various streams) and to the counterrevolutionary sect is too narrow for the contemporary extreme right even if fascism is and has been a very powerful ideological reference in the political realm and by far the most powerful on the right-wing side*" (Tradução própria).

⁵⁴ Alguns autores consideram que o fascismo aparece tão incisiva e decisivamente nos argumentos de Ignazi pelo fato de ele ter sofrido a influência do contexto histórico-cultural da Itália, país onde a experiência fascista se realizou e triunfou. Essa proximidade espacial-cultural teria influenciado fortemente seu entendimento da direita radical, até porque os partidos e/ou movimentos radicais italianos podem trazer, mais do que em outros lugares do mundo, uma vinculação direta com o fascismo.

⁵⁵ "*In order to be included in the extreme right party family, the most rightwing parties should either fulfil the (ideological) fascist criterion, or exhibit a delegitimizing pattern with regard to the political system, through a series of issues, values, attitudes (rather than a structured and coherent ideology). If a party fits the ideological criteria as well as the systemic one, we can think of it as belonging to the old, traditional, neofascist type. If a party is not linked to fascism but has an anti-system profile, we can think of it as belonging to the new, postindustrial type*". (Tradução própria)

Assim, ele classifica os partidos de extrema direita como velhos (que em trabalho posterior foram renomeados para ‘tradicionais’) ou novos (depois renomeados para ‘pós-industriais’), a partir da referência diretamente fascista (nos velhos/tradicionais) e antissistema (nos novos/pós-industriais)⁵⁶. A classificação foi criticada pela imprecisão na definição do critério histórico-ideológico, ou seja, no que o autor entende como ‘referências ao fascismo’, considerado um quadro muito amplo e variado⁵⁷ (MUDDE, 2000, p. 15).

São bem compreensíveis os motivos pelos quais a experiência fascista ronda os estudos sobre o radicalismo de direita. O fascismo foi um acontecimento que marcou profundamente o século XX, que trouxe inovação política – face à polarização liberalismo x socialismo que marcava a época (PAXTON, 2007, p. 13) –, que mobilizou intensamente as massas (CALDEIRA, 2016, p. 24), sem, porém, permitir que elas interferissem nos objetivos da elite que governava (LINZ, 1979, p. 191), além de inserir novos elementos ao corpo da direita, ao apostar na revolução, em contraposição ao idealismo da direita tradicional europeia de retorno a um passado glorioso (BERTONHA, 2012, p. 136).

Como afirma Linz, a natureza e a definição do fascismo são motivos de intenso debate no campo acadêmico. Para ele, o movimento/ideologia tem como características o nacionalismo exacerbado orientado para o futuro, a descoberta de novas formas de ação política e de um novo estilo, refletido nos uniformes, camisas, cerimônias de massa (1979, p. 1937), de maneira que aquilo que rejeitou é também aquilo que o compôs: “posições antiliberal, antiparlamentar, antimarxista, anti ou pelo menos aclerical, e em certo sentido, antiburguês e anticapitalista” (ibid, p. 193).

O historiador Robert Paxton chama a atenção para o conjunto de razões e sentimentos modalizados pelo fascismo, que conceitua como

comportamento político marcado por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima, e por cultos compensatórios de unidade, de energia e de pureza, nas quais um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio da violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza (2007, p. 359)

⁵⁶ Classificação semelhante foi feita, antes, pelo alemão Richard Stoss. Ele dividiu os partidos alemães em ‘velho nacionalismo e ‘novo nacionalismo’. Se velho, tinha as bases nacionalistas do nazismo; se novo, buscava adaptar-se as mudanças nacionais e internacionais do pós-guerra. Ver Mudde (2000).

⁵⁷ Ver mais detalhes sobre a crítica de Mudde, em *The ideology of the extreme right*, 2000, p. 14-15.

Roger Griffin pensa o fascismo a partir da expressão binomial “ultranacionalismo-palingenético”, ou seja, como uma ideologia política centrada no mito do renascimento iminente (palingênese), a destacar a relação dinâmica inovadora e regeneracionista com sua frequente invocação de um passado mítico (1994, p. 4). Ele enfatiza que os fenômenos do mundo são essencialmente híbridos, provocados pela interação entre a modernização e as forças tradicionais (ibid, p. 7), de maneira que a modernidade não é, de modo algum, incompatível com o autoritarismo, o irracionalismo ou o fascismo, como quer fazer crer o modelo racionalista (ibid, p. 10).

Griffin dá um destaque teórico à categoria ultranacionalista do fascismo, que conceitua como sendo a rejeição das formas de nacionalismo compatíveis com o liberalismo ou com a tradição humanista iluminista que as originaram. O ‘ultranacionalismo populista’ seria o nacionalismo que se faz valer – na prática ou na ideologia – da noção do ‘poder do povo’ para legitimar suas ações sociopolíticas (*apud* ALMEIDA, 2014, p. 120-121). A nação está comumente vinculada à ideia de ordem, direito e pertencimentos naturais, de maneira que a miscigenação, a imigração e atuação antipatriótica sejam entendidas como indesejáveis e combatíveis.

Fascismo é melhor definido como uma forma revolucionária de nacionalismo, que se propõe a ser uma revolução política, social e ética, unindo o povo em uma comunidade nacional dinâmica sob novas elites imbuídas de valores heroicos. O mito central que inspira este projeto é o de que apenas um movimento de purificação trans-classes e populista, promovendo o renascimento nacional (palingenesia) pode deter a maré de decadência (GRIFFIN, 1991, *apud* ALMEIDA, 2014, p. 120)⁵⁸

De fato, a linha entre o ultranacionalismo percebido no fascismo e o nacionalismo exacerbado assumido pela direita radical na atualidade, sobretudo na Europa, é muito tênue. No entanto, os pesquisadores tendem a desassociar a direita radical pós-1980 do fascismo (BETZ, 1993; IGNAZI, 2002; MINKEMBERG, 2011; MUDDE 2000). Apesar das diferentes interpretações, eles entendem, de forma geral, que aconteceram mudanças e rupturas significativas entre ambas as ocorrências/momentos/contextos, de modo que novos elementos e aspectos reconfiguraram o radicalismo de direita no fim do século XX, a afastá-lo definitivamente do fascismo.

⁵⁸ Tradução de Almeida, 2014.

Minkenberg é um dos autores que defende que o radicalismo de direita se 'modernizou'. Essa renovação teria ocorrido nos anos 1970, a partir do conceito de "*ethnopluralism*", que se diferencia do antigo discurso nazifascista baseado na hierarquia da diferença racial. O etnopluralismo seria, portanto, uma estratégia defensiva atualizada contra a imigração e a incompatibilidade cultural (2011, p. 41), a partir da construção de uma filiação nacional, na qual critérios étnicos, culturais ou religiosos específicos, de inclusão ou exclusão, são acentuados e condensados em ideias de homogeneidade coletiva e normalmente ligados a modelos políticos autoritários (ibid, p. 38).

Ele acrescenta que o novo radicalismo de direita se adaptou às estruturas de oportunidades políticas, preservando a ideia de nação, e adotou uma performance política diferente dos demais agentes, com líderes performáticos, capazes de convencer e fazer destacar suas atuações no cenário político (ibid, p. 43). Ele entende que a ideologia constrói seus modelos nacionais a partir de entendimentos extremados, exclusivistas e restritos de nação, sociedade, justiça e cidadania, que são apresentados, de forma inflamada, na disputa democrática.

A excessiva preocupação e vontade de restrição da nação são, na visão de Mudde, o núcleo ideológico comum da direita radical, aquilo que formataria o modelo de Estado e sociedade desejados (2000, p. 177). Em sua pesquisa empírica, ele identificou que o nacionalismo se manifesta de duas formas principais: o étnico, que considera a comunidade étnica (definida principalmente por meio de laços sanguíneos) como a principal base para a organização humana e a solidariedade social, de maneira que as fronteiras do Estado seriam as mesmas da comunidade étnica; e o de estado, quando o Estado é considerado a principal base da organização humana e da solidariedade social, de maneira que a nação seria constituída pelas pessoas que nascem dentro das fronteiras do Estado (ibid., p. 171).

Assim, após a contribuição dos autores, compreende-se a direita radical como uma ideologia política fortemente autoritária, constituída por uma combinação de características diferentes (MUDDE, 2000), a partir de um entendimento radical de Estado e sociedade, baseado no lema '*primary we group*' (MINKENBERG, 2011, p. 38) ou na lógica 'nós versus eles' (MUDDE, 2000), que resultam em forte postura de ataque e vontade de exclusão de grupos.

2.5 O ASPECTO POPULISTA DA DIREITA RADICAL

Alguns autores começaram a identificar, no fenômeno do radicalismo de direita pós-1980, traços do chamado populismo, o que complexificou ainda mais o campo de pesquisa e gerou uma sequência de novos termos derivados: populismo de direita, direita radical populista, direita populista, novo populismo, populismo nacionalista, neopopulismo, entre outros. De definição difícil, o populismo, que obviamente não é uma exclusividade do radicalismo de direita, é apresentado no campo de forma variada: como um estilo e/ou uma postura política; como uma tendência à moderação com vistas na disputa eleitoral; e como uma característica própria dessa nova fase da direita radical, em diferenciação às formas do passado.

De maneira geral, as tentativas de conceituação se aproximam muito do que seria o radicalismo de direita, porém com percepções adicionais, normalmente relacionadas à presença de um líder ‘carismático’ que ocupa frequentemente a mídia; às performances ofensivas e discursos inflamados de exclusão contra os *outgroups*; ou como uma nova forma de classificar as partes mais moderadas da direita radical, que não querem ‘aparecer’ para o eleitorado como antidemocráticas, com receio de perder (ou deixar de ganhar) votos.

Betz, um dos precursores da discussão, considera que os partidos populistas de direita costumam rejeitar os sistemas sociocultural e sociopolítico estabelecidos, sendo, no entanto, favoráveis ao livre mercado e à drástica redução do papel do Estado, explorando discursos e ideias relacionados à xenofobia e ao racismo, que são comumente disseminados por uma liderança carismática, que instrumentaliza sentimentos de ansiedade e desencanto entre os cidadãos-eleitores (1993, p. 413-414).

Sem dúvida, o mal-estar geral em relação à política e aos partidos e uma crescente crise de representação política beneficiou os partidos populistas radicais de direita. Ao apelar a persistentes sentimentos de impotência, à alienação generalizada do processo político e ao crescente ressentimento contra o sistema político prevalecente, os partidos populistas radicais de direita se apresentam como os verdadeiros “partidos anti-partidários” (p. 419)⁵⁹.

⁵⁹ *Undoubtedly, the general malaise towards politics and political parties and a growing crisis of political representation has benefited radical right-wing populist parties. By appealing to lingering sentiments of powerlessness, to widespread alienation from the political process, and to growing resentment against the prevailing political system, radical populist right-wing parties present themselves as the true “antiparty parties”* [Tradução própria].

Ainda que as características levantadas por ele tenham servido de base para muitos autores subsequentes, sua argumentação recebe críticas, sobretudo pela vinculação generalizante que faz entre a agenda neoliberal e o radicalismo de direita (MINKENBERG, 2000) e pelo excesso de caracterizações utilizadas, que não significam, necessariamente, uma definição apurada (IGNAZI, 1995).

Rydgren (2007) e Mudde (2004) afirmam que os afiliados da direita radical populista tendem a ver a sociedade como dividida em grupos homogêneos e antagônicos: o povo “puro” versus os *outgroups* (minorias étnicas, imigrantes, criminosos), o povo “puro” versus a elite corrupta, de maneira a tentar construir, a partir de uma estratégia *antiestablishment*, uma imagem de si mesmo em oposição à classe política tradicional, sem, porém, parecer antidemocráticos. É como se os partidos da direita radical se apresentassem como os verdadeiros defensores da democracia, como aqueles que realmente levam em conta as preocupações e os interesses do homem comum ou ‘cidadão de bem’, enquanto os partidos estabelecidos estariam concentrados em questões obsoletas, distante dos conflitos reais, em conluio com os demais (RYDREN, 2007, p. 245).

A ideologia populista radical de direita, para Mudde (2007, 2010), está assentada no nativismo e no autoritarismo.

“A característica fundamental da ideologia populista de direita radical é o nativismo, isto é, uma ideologia que sustenta que os estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo (“a nação”) e que os elementos não-nativos (pessoas e ideias) são fundamentalmente ameaçadoras para o Estado-Nação, uma construção nacionalista que se tornou uma pedra angular da política europeia e global” (MUDDE, 2010, p. 1173)⁶⁰.

Essa separação entre “puros” e “impuros” também é notada por Thomas Greven, que identifica a presença de “narrativas permanentes e estilizadas de nós *versus* eles, ou seja, do ‘povo’ contra uma classe política, uma elite e um *establishment* corruptos”, que os apresentam como os únicos e capazes defensores do povo (2016, p. 1). A seu ver, “quanto mais etnocêntrica for a concepção de povo, quanto mais xenófobo for o posicionamento

⁶⁰ *The key feature of the populist radical right ideology is nativism, i.e. an ideology which holds that states should be inhabited exclusively by members of the native group ('the nation') and that non-native elements (persons and ideas) are fundamentally threatening to the homogenous nation-state.* Tradução própria.

contra 'o outro', e quanto mais claro for o desejo de derrubar o governo democrático, mais provável que um partido populista de direita seja também extremista”⁶¹ (*ibid.*, p. 2).

Greven defende como características da direita radical populista uma maior flexibilidade programática em relação aos demais partidos do espectro; desrespeito ao 'politicamente correto', às regras formais e informais; apelo emocional e ataque pessoal (insultos); construção discursiva de teorias de conspiração, entre outros (*ibid.*, p. 1). Na conceituação desse autor, percebe-se um destaque à postura e à performance, à medida que as atitudes, aparições e discursos dos atores políticos são tão radicais quanto as propostas publicizadas e defendidas.

Minkenberg considera que o conceito de populismo radical, embora de difícil definição, estaria relacionado a um tipo de autoritarismo focado no carisma do líder, que construiria seu repertório político a partir de discursos de exclusão de grupos específicos (2011, p. 45). No entanto, a discussão sobre o carisma é delicada e precisa se apoiar em teoria e empiria, o que nem sempre acontece, desse modo o conceito fica esvaziado de referências e leva a inúmeros questionamentos e críticas.

A banalização e a fragilidade do emprego do 'carisma' no campo foram percebidas por Takis Pappas (2016), que realizou um estudo empírico com 45 líderes. Com base na teoria weberiana, ele adota como conceito de carisma: “o carisma político descreve um tipo distinto de liderança extraordinária que é pessoal e visa a transformação radical de uma ordem institucional estabelecida”⁶². A partir de um método bidimensional para medir autoridade pessoal e radicalismo político, ele chegou a duas conclusões principais. A primeira é que a relação presumida entre populismo e liderança carismática é frágil. “Por conseguinte, o carisma do líder não deve mais ser considerado uma característica essencial do populismo, o que exige um tratamento mais cuidadoso nos casos empíricos” (*ibid.*, p. 9). A segunda é que, quando existe a liderança carismática, isso se torna um fator causal para o sucesso dos partidos ou movimentos. “Quanto mais forte o carisma de sua liderança, maior a probabilidade de os partidos populistas prosperarem política e eleitoralmente”⁶³ (*ibid.*). Como achado, Pappas considerou que dos 45 líderes avaliados, apenas cinco eram, de fato, carismáticos.

⁶¹ *The more ethno-centric the conception of the people, the more xenophobic the positioning against »the other,« and the clearer the desire to overthrow democratic governance, the more likely it is that a rightwing populist party is also extremist* [Tradução própria].

⁶² *Accordingly, the charisma of the leader should be no longer considered an essential feature of populism, which calls for a more careful treatment of the empirical cases.* Tradução própria.

⁶³ *The stronger the charisma of their leadership, the higher the likelihood of populist parties to prosper politically and electorally* [Tradução própria].

CAPÍTULO 3

A DIREITA RADICAL NO BRASIL

3.1 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Como há uma ampla, vasta e conhecida literatura sobre o espectro da direita no Brasil, esta dissertação procurou registrar as manifestações mais radicais, a fim de, ao final, oferecer um relato mínimo de suas ocorrências. Esse esforço pode ajudar a perceber que discursos e ações do radicalismo de direita existem de forma duradoura no Brasil, ainda que de maneira difusa, descontínua e variante.

O Brasil é conhecido por sua história política conturbada e autoritária, onde as oligarquias têm, ao longo dos séculos, governado autoritariamente, por meio de inúmeras estratégias de perpetuação do poder, desde o controle e manipulação de eleições por caciques/coronéis – com adoção e intensificação de relações clientelistas –, até a convocação do exército em nome da ordem e da suposta ‘segurança’ do país, em situações de maior tensão social (LINZ, 1979, p. 122).

O pensamento autoritário, à medida que se manifesta nos mais diversos aspectos da vida social, tende a naturalizar e reproduzir como aceitável a dominação entre classes e grupos, ao responder e/ou reagir de forma intolerante às contradições, justificando a violência e o preconceito (CHAUÍ, 2014, p. 260). Para Chauí, a trajetória autoritária brasileira estaria relacionada à forma como a sociedade conheceu a cidadania, através de uma “figura inédita”: a do senhor-cidadão, o que dividiu os indivíduos entre superiores e inferiores (p. 260-267).

De forma próxima, Florestan Fernandes defende que o autoritarismo brasileiro tem se configurado a partir de uma rede de relações de dominação, incorporadas às instituições, às estruturas, às ideologias e aos processos sociais. Sua força se dá, mais precisamente, em situações de alteração contextual ou de conjunturas adversas, quando as relações autoritárias tendem a exacerbar-se, como uma forma de autodefesa dos interesses socioeconômicos e políticos das classes possuidoras e dominantes (1979, p. 13).

Essas classes/grupos se organizam no interior da sociedade e modalizam certos discursos, que empoderam e legitimam seu domínio.

Contra o “perigo”, representado sempre pela manifestação explícita das classes populares, os dominantes partem em busca dos agentes “responsáveis pela subversão”, isto é, iniciam à caça às bruxas que ameaçam a “paz nacional” e a “união da família brasileira”. Finalmente, contra o “caos”, a classe dominante invoca a necessidade de “salvação nacional”. A “união da família brasileira” (isto é, um elemento do espaço público) e a “salvação nacional” conduzem, via de regra, à “pacificação nacional”, isto é, aos golpes de Estado e às ditaduras (velhas ou “novas”) [CHAUÍ, 2012, p. 267].

Assim, há uma característica do autoritarismo que o aproxima muito do fenômeno de interesse deste trabalho, no caso, o radicalismo de direita. Ambos estão associados à perspectiva e/ou desejo de exclusão de determinados segmentos sociais do processo político, ainda que haja grandes variações na forma como eles modalizam suas mensagens sociais excludentes. No caso do autoritarismo, os grupos que tendem a ser neutralizados ou isolados são as minorias, trabalhadores, lavradores e/ou camponeses (LINZ, 1979; CHAUI, 2014). Em relação ao radicalismo de direita, a tendência é excluir grupos que ameacem não apenas a ordem sociopolítica, mas principalmente a moral, os bons costumes e a tradição, valores bastante idealizados nesse espectro.

Desde o império, os historiadores identificaram traços do pensamento radical de direita no Brasil, manifestado em visões nacionalistas fortemente elitistas e segregadoras de ordenamento social. Assim, nesse período, enquanto os liberais estavam engajados na construção de um estado nacional independente, os monarquistas argumentavam que o fim do regime real destruiria a unidade moral da nação e a separação Igreja/Estado abalaria profundamente a harmonia que julgavam existir no país. Já nessa época, eram percebidos discursos e práticas de teor antissemita, ultra catolicista e de crítica ao capital, alinhados ao debate que acontecia na Europa (BERTONHA, 2012, p. 137).

Como pensadores desse espectro no Brasil do século XIX, destacam-se Brás Florentino, jurista pernambucano, conhecido pela posição anticapitalista e nostálgica em relação à Idade Média ou à época feudal (KAYSEL, 2015, p. 53) e Visconde de Uruguay, que se opunha aos liberais sobre a implantação do federalismo e do *self-government* no país. Em seu entender, esses modelos importados dos anglo-saxões eram incondizentes com a realidade brasileira e conduziria a sociedade à desordem (ibid).

Ainda que haja lacunas na genealogia do radicalismo de direita no Brasil, o que impossibilita de conhecer os pontos de ruptura e continuidade ao longo do tempo, historiadores e sociólogos sugerem que ideias alinhadas a essa ideologia tenham ganhado

mais visibilidade a partir de 1910, quando foram criadas uma série de associações e eventos nacionalistas, inclusive a Ação Social Nacionalista, que existiu até 1924, motivada pelo discurso de renovação e formação de uma nova elite nacional (BERTONHA, 2012, p. 138). A experiência dessas ligas, a inserção do país na modernidade capitalista dos anos 1920 e a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) contribuíram para que a direita se expandisse, tanto a de tendência conservadora quanto a radical, com o surgimento de diversos movimentos e grupos (ibid).

Na década de 1920, o jurista Oliveira Vianna reforçaria a defesa do regime autoritário contra a democracia, pregando a formação de um Estado forte e centralizado, por crer que no Brasil predominava o ‘insolidarismo’ e a falta de cooperação (1939, p. 62), fatores que fariam fracassar qualquer tentativa de implantar as instituições liberais das grandes nações, citadas a França – com o racionalismo enciclopedista; a Inglaterra – com o parlamentarismo clássico; e os Estados Unidos – com o federalismo descentralizador (p. 23-24).

Vianna entendia haver um descolamento entre o Brasil ‘real’, marcado pela falta de interesse nas questões comuns, e o Brasil ‘legal’, idealizado nas constituições, a partir da importação de instituições e modelos políticos. Assim, se percebe no pensamento desse autor a defesa de um Poder Executivo forte e centralizado, bem como um mal-estar frente ao sistema democrático, tanto em relação às câmaras legislativas, quanto aos partidos políticos, e principalmente ao sufrágio universal.

“No fundo esses idealistas, vivendo sempre em pleno sonho, desconheciam a verdadeira causa do mal. Esta não estava nos homens de um certo grupo – nos conservadores ou na ‘facção áulica’⁶⁴, como queriam, por exemplo, os liberais exaltados; mas no próprio povo, na sua estrutura e na sua mentalidade (...)” (1939, p. 60). “(...) o que havíamos assistido sob o regime das Constituições anteriores – a de 1891 e a de 1934 – era deplorável: era a dependência humilhante do Chefe da Nação, responsável pela ordem pública do país e pela defesa das instituições, em face da Câmara. O presidente da República era obrigado a parlamentar, a transacionar, a “negociar”, por intermédio dos chamados ‘líderes do governo’, com os grupos facciosos, que sob o falso nome de ‘partidos’, tinham representação na Câmara (...)” (ibid., p. 160)⁶⁵.

⁶⁴ Grupo político de caráter conservador, liderado por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, acusado de fazer reuniões na Casa Imperial para influenciar o jovem e ainda inexperiente imperador do Brasil, D. Pedro II.

⁶⁵ O livro de Vianna, que data de 1939, foi escrito no português da época. Por julgar que não havia nenhum prejuízo, a autora transcreveu as partes no português atual, conforme a grafia recente.

No início da década de 1930, surgiu uma avalanche de pequenos movimentos influenciados pelo fascismo na Itália, de Benito Mussolini. Essa efervescência contribuiu para o surgimento do Integralismo, que, liderado pelo jornalista Plínio Salgado, atraiu centenas de milhares de militantes. O pensamento integralista, do qual Salgado foi um grande propagador e expoente, defendia o autoritarismo como solução para os problemas do Brasil, apoiado na ideia de um estado nacional coeso e unificado, chamado 'mito da nação indivisa' (CHAUÍ, 2014, p. 126).

O movimento concentrava-se, ideologicamente, nos pilares: espírito, família e nação, sendo a família a fonte legítima do princípio de autoridade, como uma entidade biossocial inquestionável, uma realidade espiritual, origem da nação e o sustentáculo do Estado, a trazer em si, conjuntamente, "a presença de Deus, a dor do homem, o sentimento da pátria, o princípio da autoridade, a essência da bondade, a fonte ética e perene onde o Estado haure sua força e o seu esplendor" (SALGADO, apud CHAUÍ, 2014, p. 37).

Os integralistas apostavam no moralismo e criticavam a democracia liberal, que supostamente destruiria valores tradicionais e familiares. Assim como o fascismo italiano, exploravam a imagem do sofrimento e da angústia universais para justificar a ideia e necessidade de uma revolução também universal. Seus posicionamentos assumiam ainda uma forte tônica anticomunista, na medida em que "marxismo, socialismo, bolchevismo e comunismo, sendo 'materialistas', seriam ateus, internacionalistas e destruidores do núcleo familiar" (ibid, p.76).

Após 1945, o grupo fundou um partido político, o PRP (Partido da Representação Popular), e tentaram reorganizar a militância, ainda que a ocorrência da Segunda Guerra Mundial tenha, de muitas formas, colocado limites às manifestações de base fascista. Plínio Salgado se candidatou, em 1954, à presidência da República, obtendo cerca de 8% dos votos, um percentual considerado "não desprezível" e a "maior votação em termos percentuais e absolutos obtida por agremiação integralista em toda a história do movimento" (VICTOR, 2011, p. 252). Salgado foi duas vezes deputado federal, em 1958 e 1962.

Mais recentemente, simpatizantes das ideias integralistas tentaram reavivar o movimento, realizando, inclusive, congressos e encontros nacionais (BARBOSA, 2015, p. 217-219), o que demonstra que essa ideologia continua, ainda que tímida e difusa, a circular no Brasil e a mobilizar pessoas. Esses grupos criaram sites, além de diversos perfis e contas em redes sociais, onde se comunicam e se inter-relacionam.

A direita militar (composta de alas moderadas e radicais) ocupou o poder em 1964, com o apoio de diversos setores da sociedade civil, inclusive parte da Igreja Católica, do empresariado e da classe média, que deram legitimidade pública ao regime (LINZ, 1979, p. 175). A tomada do poder pelos militares está associada ao incômodo social gerado a partir das reformas de base propostas pelo governo João Goulart, que favoreciam sobretudo as classes trabalhadora e populares. Com receio do comunismo e em virtude da polarização da sociedade (com a direita respondendo a crescente mobilização da esquerda), certos setores sociais ligados à direita cederam seu poder político aos militares em troca da repressão do operariado e das forças esquerdistas (STEPAN, 1980, p. 126).

Os militares se autodenominavam de “nacionalismo responsável, pragmático e moderno”, mas, na prática, funcionava como um poder Executivo centralizado, sem a participação de movimentos sociais e políticos, tecnocrático, baseado no modelo econômico do endividamento externo e do tripé Estado-multinacionais-indústrias nacionais, controlado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e apoiado na ideologia da Doutrina de Segurança Nacional (CHAUÍ, 2014, p. 258). Ancorado em leis de exceção e na militarização da vida cotidiana, com violenta repressão, tortura e assassinato de adversários político-ideológicos, o regime enfrentou tensões em seu próprio seio, de maneira que membros da ‘linha dura’ da instituição militar pressionavam o próprio governo para que fosse ainda mais repressivo e ampliasse o controle sobre os grupos inimigos (STEPAN, 1980, p. 129).

Tensionados pelas correntes mais radicais, a ditadura apoiou, indiretamente, organismos extremistas, como a associação civil Tradição, Família e Propriedade (TFP)⁶⁶ e o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), além de ter dado algum espaço, porém não muito significativo, aos ex-integralistas (BERTONHA, 2012, p. 146). Apesar de ter havido vínculo, autores brasileiros não consideram que a ditadura militar foi fascista, o que não significa dizer que a direita radical fascista – ou herdeira do fascismo – não tenha influenciado na formatação e ascensão desse regime (ibid, p. 146-147).

Apesar dos inúmeros assassinatos, torturas, prisões e violações de direitos humanos, o regime militar tem simpatizantes até hoje. Isso ficou claro nas manifestações de rua ocorridas em 2013 e 2014, quando grupos protestaram pelo retorno da ditadura militar e exaltaram suas realizações. Também Jair Bolsonaro, objeto desta pesquisa, tem uma relação muito estreita com o regime, a qual será discutida nos capítulos seguintes.

⁶⁶ A TFP foi uma associação civil fundada em 1960, ideologicamente contrária ao socialismo e ao comunismo, que se fundamentava na filosofia de São Tomás de Aquino e nas encíclicas papais, na defesa da tradição, da família e da propriedade, como sugere o próprio nome da entidade.

Na década de 1970/80, continuaram a aparecer manifestações consideradas de direita radical, principalmente movimentos e grupos contrários a imigrantes, negros, homossexuais, comunistas e migrantes nortistas e nordestinos (SILVA, et al, 2014, p. 423), como os Carecas do Subúrbio, que se apresentavam como um exército para “salvar o Brasil dos políticos corruptos, dos banqueiros e das multinacionais que exploravam e roubavam as riquezas da pátria” (COSTA e ALMEIDA, 2004, p. 243)⁶⁷, e os Carecas do ABC, cujo discurso se baseava no anticomunismo, antissemitismo e anti-imigração (ibid, p. 258). Esses grupos reafirmavam valores conservadores de conduta social, familiar e sexual, repudiavam concepções políticas igualitárias e promoviam ações violentas contra *punks*, roqueiros, gays, marxistas e anarquistas (BARBOSA, 2015, p. 244/245).

No final dos anos 1980, o sociólogo Antônio Flávio Pierucci escreveu um artigo⁶⁸ sobre a existência de uma “nova direita” no Brasil, que pertenceria à “extrema direita”⁶⁹ (1987, p. 26). Ele identificou que suas bases incluíam a defesa de velhas causas anti-igualitárias radicais, baseadas em soluções autoritárias, mas também, e estranhamente, posições favoráveis ao direito de greve dos trabalhadores e à pauta da reforma agrária, mesmo com ressalvas e pavor à desordem. “Querem gastos públicos com a mesma veemência com que exigem penas mais severas para o crime”, a considerar urgente tanto “segurança policial quanto seguridade social” (ibid, p. 26).

Ele identificou, nos discursos, a defesa da família, dos grupos orgânicos e dos valores morais tradicionais; a ideia de que as diferenças entre as pessoas são substancialmente incontornáveis (ibid, p. 29); a presença de um sentimento constante de ameaça, agressividade e intolerância com os que não pertencem ao grupo (ibid, p. 27), sobretudo nordestinos, bandidos, detentos e miscigenados, que serviam como bodes expiatórios para o despejamento de ódio e ressentimento diante do que julgavam infligir “seus mundos” (ibid, p. 30); o desejo por mais autoridade (política e penal) e “menos permissividade” (ibid, p. 29); a associação dos direitos humanos à ideia de “mordomia para os presos” (ibid, p. 28); a mudança social vista como degradação (ibid, p. 33); entre outros.

O discurso de crise moral é construído pelas ideias de que está havendo decadência dos costumes e de que os valores estão se corrompendo, porque estão se afrouxando os estilos de vida – no embalo indulgente da mídia, dos ídolos em massa, do marketing, da

⁶⁷ COSTA, Márcia Regina e ALMEIDA, Alexandre de. Os Skinheads Brasileiros e os Movimentos Nacionalistas Contemporâneos. In PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B (orgs). Faces do Fanatismo. São Paulo: Contexto, 2004.

⁶⁸ O artigo explorou o contexto das eleições municipais de São Paulo e entrevistou pessoas que atuaram como ativistas, voluntários ou partidários das candidaturas de Jânio Quadros, em 1985, e Paulo Maluf, em 1986.

⁶⁹ Pierucci utiliza a expressão ‘extrema direita’, que foi preservada pela autora, em fidedignidade ao pensamento do autor.

publicidade, do voyeurismo, do exibicionismo, da droga. Baseados no preconceito social (ibid, p. 32), esses argumentos são usados contra os migrantes nordestinos, as mulheres ‘liberadas’, os homossexuais, os jovens, os ‘drogados’, os bandidos, etc.

Ele entende essa ideologia⁷⁰ como uma grande constelação, na qual os elementos não se encaixam em subconjuntos independentes e harmônicos, mas que, pelo contrário, se interpenetram, reagem uns com os outros, se misturam e se fagocitam (1987, p. 40). Ele a compreende como uma combinação de discursos e práticas de distinção, hierarquização, desprezo, humilhação, intolerância, agressão, profilaxia e segregação, que oferece soluções políticas e econômicas, mas também de restauração moral, “de racionalizações e afetos, princípios e estereótipos, fantasmas e preconceitos girando em torno ou nascendo em raio de uma obsessão identitária, isto é, de uma necessidade sempre autorreferida de preservação à *outrance* de um “eu” ou um “nós” ameaçado [...]” (1990, p. 10), que tem na demagogia moralista a única chance de se ancorar nas massas e legitimar de voto popular (ibid, p.43).

Mesmo com contornos diluídos e fronteiras indefinidas, ele afirma que é possível ir acompanhando suas formações e decifrando a que família pertence, através dos campos semânticos estruturados em torno de suas ideias-chaves, em relações de presença-ausência e pela frequência em que se aparecem.

“Para além de suas diferenças genealógicas, as bases populares da direita política radical costuram seu consenso ideológico sob a predominância folgada de dois campos semânticos, estruturados em torno de dois motivos antiliberais: a reação ‘antiliberalista’ em moral familiar e a demanda antiliberal de maior intervencionismo do Estado na economia. Sua imagem de marca, porém, é uma só: a primeira; que culturalmente se (retro)alimenta das preocupações e fobias generalizadas que produzem os discursos da insegurança, da intolerância e da decadência” (PIERUCCI, 1987, p. 43)

Em 1989, menos de dois anos após o estudo de Pierucci, o Brasil voltou a ter um partido de direita radical. O Prona (Partido da Renovação da Ordem Nacional), conhecido pela figura caricata do seu presidente, Enéas Carneiro, foi apontado pelo historiador Caldeira Neto, como “uma das principais e diminutas organizações políticas do radicalismo de direita no Brasil surgidas após o regime militar” (2016, p. 383). Para ele, as principais

⁷⁰ O autor utiliza o termo ‘extrema-direita’.

referências ideológicas da legenda eram o nacionalismo autoritário e o *larouchismo*⁷¹ internacional. “(...) o Prona não era uma galhofa política, mas um efetivo veículo de promoção e defesa das ideias de um nacionalismo autoritário, do nacional desenvolvimentismo, ou mesmo para a promoção de um novo desenho da economia globalizante ou das Relações Internacionais” (CALDEIRA, 2016, p. 384). O partido se aproximou, em determinados momentos, de expressões neofascistas e absorveu militantes ex-integralistas. Contudo, o autor considera indevida a classificação do Prona como um partido (neo)fascista (ibid).

Caldeira acredita que o campo da direita radical brasileira, nas décadas de 1990 e 2000, vivia uma condição fragmentada e marginal. Ele relata uma existente, porém limitada, aproximação política entre os deputados federais Enéas Carneiro (Prona-SP)⁷² e Jair Bolsonaro (na época PP-RJ), na Câmara Federal, sobretudo em pautas relacionadas à defesa das Forças Armadas, à soberania nacional, à crítica a Reforma da Previdência e ao Estatuto do Desarmamento (2016, p. 352). Os dois chegaram a apresentar, juntos, um projeto de lei⁷³ para homenagear um militar morto durante a ditadura de 1964 (p. 363).

3.2 JAIR BOLSONARO: BREVE PERFIL

Jair Messias Bolsonaro nasceu em Campinas (SP), em 21 de março de 1955, mas viveu boa parte da infância e da adolescência em Eldorado Paulista (SP). Neto de imigrantes italianos, que vieram para o Brasil em busca de trabalho, cresceu em uma família de classe média baixa, com mais quatro irmãos. O pai, Perci Geraldo Bolsonaro, atuava como dentista prático (sem formação superior), e a mãe, Olinda Bonturi, era dona de casa.

O primeiro contato de Bolsonaro com o Exército brasileiro teria acontecido em 1970, quando as Forças Armadas procuravam o ex-capitão Carlos Lamarca, que havia desertado do Exército e liderava um treinamento rural contra a ditadura civil-militar, no Vale do rio Ribeira, nas proximidades de onde Bolsonaro vivia. A passagem dos soldados pelo local teria

⁷¹ De acordo com Caldeira (2016), Enéas Carneiro era simpático às ideias do líder da extrema direita nos Estados Unidos, o economista Lyndon Larouche.

⁷² Enéas Carneiro foi, em 2002, o deputado federal mais bem votado da história do país, com 1 milhão 573 mil e 112 votos. Ele chegou a concorrer ao cargo de presidente da República em 1994, registrando mais de 4,67 milhões de votos, e em 1998, com cerca de 1,44 milhão de votos. Ele

⁷³ O PL 5508/2005 previa que o Livro dos Heróis da Pátria recebesse a inscrição do nome de Mario Kozel Filho, militar morto em ação praticada pela organização de esquerda armada, *Vanguarda Popular Revolucionária*, durante o regime militar.

despertado sua curiosidade e interesse⁷⁴. Ele conta que teria ajudado os militares, prestando, voluntariamente, informações geográficas sobre a região⁷⁵.

Jair Bolsonaro tem cinco filhos, de três casamentos. A primeira mulher, Rogéria Nantes Nunes Braga, foi vereadora pelo Rio de Janeiro, entre 1993 e 2001, inicialmente com seu apoio. Tempos depois, romperam a relação política e o casamento acabou. Segundo suas alegações, ela teria deixado de seguir “suas orientações” no exercício do mandato⁷⁶. Rogéria Nantes foi funcionária da Prefeitura do Rio de Janeiro por sete anos, lotada na Secretaria da Casa Civil, na gestão do ex-prefeito Eduardo Paes (PMDB-RJ). Ela foi demitida em 2016, quando o filho Flávio disputou as eleições para prefeito, contra Pedro Paulo, candidato do PMDB apoiado por Paes⁷⁷.

Os três filhos mais velhos de Bolsonaro seguem carreira política. Eduardo Bolsonaro é deputado federal, eleito em 2014, pelo estado de São Paulo; Flávio Bolsonaro é deputado estadual no Rio de Janeiro, eleito pela primeira vez em 2003; e Carlos Bolsonaro é vereador pelo município do Rio de Janeiro, eleito a primeira vez em 2001. Bolsonaro se declara católico, ainda que tenha protagonizado uma celebração de ‘batismo’ no rio Jordão, em Israel, em 2016, conduzida pelo pastor evangélico e político, Everaldo, presidente de sua legenda na época, o PSC (Partido Social Cristão).

Ele mantém estreita ligação política com o também deputado federal Marcos Feliciano (PSC) – pastor da igreja Assembleia de Deus Tempo de Avivamento – e com a ‘bancada evangélica’. Também é muito próximo da ‘bancada da bala’ (que reúne políticos alinhados com a defesa dos temas policiais e fábricas de arma) e, nos últimos anos, tem se aproximado dos ruralistas. Desde 2013, é casado com uma evangélica e seu casamento foi celebrado pelo pastor Silas Malafaia, da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo.

A maioria dos projetos apresentados no Parlamento está relacionada às questões de segurança pública e defesa da categoria militar. Ele é favorável, por exemplo, a propostas de liberação do porte de arma; penas mais rigorosas para criminosos reincidentes (traficantes e estupradores); fim do regime semiaberto; castração química voluntária para estupradores, em troca de redução de pena; complacência legal para quem comete excessos em situação de sua própria defesa ou de sua propriedade; manutenção da revista íntima; maior

⁷⁴ Conteúdo extraído da entrevista Brasil em Discussão, 2012.

⁷⁵ Conteúdo extraído da entrevista Brasil em Discussão, 2012.

⁷⁶ Conteúdo extraído da entrevista Revista Playboy, 2011.

⁷⁷ VIEGAS, Nonato. Paes demite ex-mulher de Bolsonaro da prefeitura do Rio. *Época*, 16/18/16. Em <http://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2016/08/paes-demite-ex-mulher-de-bolsonaro-da-prefeitura-do-rio.html>

punibilidade para quem comete atos de baderna e/ou vandalismo, roubo de carro, roubo de produtos agrícolas; entre outros.

Segundo contabilizou o jornal Estado de São Paulo, em reportagem de 23 de julho de 2017, Jair Bolsonaro teria apresentado, nessas quase três décadas na Câmara Federal, um total de 171 projetos (entre projetos de lei complementar, de decreto legislativo e de propostas de emenda à Constituição - PECs), sendo que mais da metade está relacionada às áreas da segurança pública e ao setor militar. Diz trecho da matéria: “As duas áreas representam 56,7% (97) das propostas legislativas de Bolsonaro – são 53 projetos para militares (32%) e 44 para segurança pública (25%). Nenhum, porém, foi aprovado”⁷⁸.

Somente dois projetos de lei de Bolsonaro foram aprovados na Câmara: uma proposta que estendia o benefício de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para bens de informática e outro que autorizava o uso da chamada “pílula do câncer” – a fosfoetanolamina sintética⁷⁹. Aprovou uma emenda à Constituição, em 2015, referente à impressão do voto, após uso da urna eletrônica. Ao longo da carreira política, foi alvo de pelo menos 30 pedidos de cassação do mandato⁸⁰, a imensa maioria por quebra de decoro parlamentar. Desses, apenas três chegaram a tramitar no Conselho de Ética, mas em seguida foram arquivados. Alguns casos que resultaram em processos de cassação foram:

- a) declaração que fez pelo fechamento do Congresso Nacional, em 1993;
- b) agressão verbal contra o ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, a quem chamou de “ladrão dos servidores”, em 1995;
- c) declaração pelo fuzilamento do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), em 1999;
- d) agressão verbal à senadora Marinor Brito (PSOL), a quem chamou de “heterofóbica” e disse, com conotação sexual, que ela não o interessava por ser “muito ruim”, em 2011;
- e) agressão verbal e apologia ao estupro à deputada Maria do Rosário (PT), ao repetir que ela não merecia ser estuprada porque era feia, em 2014 (Bolsonaro

⁷⁸ LINDNER, Julia. Bolsonaro aprova dois projetos em 26 anos de Congresso. Estado de São Paulo, 23/07/17. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-aprova-dois-projetos-em-26-anos-de-congresso,70001900653>.

⁷⁹ Essa informação consta na reportagem do Estado de São Paulo, referenciada abaixo, e também foi divulgada na entrevista de Bolsonaro com Mariana Godoy (MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2015). Ver LINDNER, Julia. Bolsonaro aprova dois projetos em 26 anos de Congresso. Estado de São Paulo, 23/07/17. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-aprova-dois-projetos-em-26-anos-de-congresso,70001900653>.

⁸⁰ BARAN, Katna. Na Câmara desde 1991, Bolsonaro foi alvo de mais de 30 pedidos de cassação. Gazeta do Povo, 26/04/16. Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/na-camara-desde-1991-bolsonaro-foi-alvo-de-mais-de-30-pedidos-de-cassacao-6ah7egkvrk4ntqv2ccpmlswjv>

proferiu essa frase pela primeira vez em 2003, em discussão no salão verde da Câmara);

- f) ofensa à presidenta Dilma Rousseff e à democracia, ao homenagear, na sessão de *impeachment* da presidente, em 2016, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsável por torturá-la (além de outras pessoas), durante a ditadura militar; entre outros.

Bolsonaro nega, com veemência, envolvimento em qualquer esquema de corrupção. Relacionado a esse tema, a imprensa divulgou que ele teria recebido R\$ 200 mil de ‘caixa 2’ da JBS – proprietária da marca Friboi –, repassados pelo diretório nacional do seu então partido, o PP, para a campanha eleitoral daquele ano⁸¹. Em suas contas no *facebook*, *twitter* e *youtube*, ele alegou ter devolvido o dinheiro, quando viu a procedência. A mídia, porém, o acusa de maquiagem contábil, para tentar disfarçar o recebimento do valor⁸².

Os meios de comunicação também publicaram matéria referente ao aumento do valor do patrimônio declarado do deputado, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O montante subiu de R\$ 433.934,00, em 2006, para R\$ 826.670,00, em 2010, um aumento de 90,5%⁸³. Quatro anos depois, em 2014, o patrimônio declarado pulou para R\$ 2.074.692,43, o que representa uma alta de 378,11% em relação a 2006 e 150,96% em relação a 2010. Referente a esse tema, a Procuradoria-Geral da República recebeu, em 2015, uma denúncia que questionava o valor declarado de duas de suas propriedades no Rio de Janeiro. Porém o procurador-geral à época, Rodrigo Janot pediu o arquivamento do caso, dizendo que os valores eram os mesmos informados no imposto de renda⁸⁴.

3.3 O INÍCIO DA CARREIRA POLÍTICA

Jair Bolsonaro concluiu o curso de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em 1977, e formou-se em Educação Física pela Escola de Educação Física do

⁸¹ JOVEM PAN, 23/05/2017. Ao explicar R\$ 200 mil da JBS, Bolsonaro admite que PP recebeu propina: “qual partido não recebe?” Disponível <http://jovempan.uol.com.br/programas/ao-explicar-r-200-mil-da-jbs-bolsonaro-admite-que-pp-recebeu-propina-qual-partido-nao-recebe.html>

⁸² BRITO, Fernando. Bolsonaro fez manobra contábil para não estar na lista da Friboi. Site Tijolaço, 19/03/17. Em <http://www.tijolaco.com.br/blog/bolsonaro-fez-manobra-contabil-para-nao-estar-na-lista-da-friboi/>

⁸³ NEVES, Ernesto. Em 4 anos, deputados do Rio engordam patrimônio em até 3000%. Veja, 05/12/16. Disponível em <https://vejario.abril.com.br/cidades/deputados-crescimento-patrimonio/#>.

⁸⁴ BRAGON, Ranier, MATTOSO Camila e NOGUEIRA, Italo. Patrimônio de Jair Bolsonaro e filhos se multiplica na política. FOLHA DE SÃO PAULO, 07/01/18. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/01/1948526-patrimonio-de-jair-bolsonaro-e-filhos-se-multiplica-na-politica.shtml>

Exército, em 1983. Chegou a patente de capitão e muito rapidamente, com apenas pouco mais de 10 anos de carreira, foi encaminhado à reserva ou “excluído do serviço ativo do Exército”, como consta em documento oficial de 1988, a que teve acesso o jornal Folha de São Paulo⁸⁵.

Começou a ter destaque midiático após cometer atos indisciplinados contra as Forças Armadas, quando ainda era capitão da ativa⁸⁶. Dois episódios foram marcantes. O primeiro foi a publicação de um artigo assinado na revista Veja, em 3 de setembro de 1986, com o título “O salário está baixo”. O texto, de maneira geral, afirmava que o desligamento de cadetes da AMAN estava relacionado aos baixos vencimentos e não a casos de homossexualidade, consumo de drogas, indisciplina ou falta de vocação, conforme divulgado na mídia.

Após a publicação do artigo, Bolsonaro foi preso por infração ao regulamento disciplinar do Exército. A detenção de 15 dias, no entanto, lhe garantiu visibilidade e rendeu apoios, inclusive do general Newton Cruz, que foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), no governo ditatorial de João Figueiredo. Bolsonaro teria recebido mais de 150 telegramas de solidariedade, vindos de diversas regiões do país, além do apoio de oficiais do Instituto Militar de Engenharia (IME). Mulheres de oficiais também realizaram uma manifestação no Rio de Janeiro, contra sua prisão (CPDOC-FGV).

O segundo episódio ocorreu um ano depois, quando Bolsonaro foi citado em reportagem da revista Veja, intitulada “Pôr bombas nos quartéis, um plano na Esao [Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais]”, de 27/10/1987, como personagem central do plano ‘Operação beco sem saída’, cujo objetivo era explodir bombas de baixa potência em banheiros da Vila Militar (na AMAN e em vários quartéis), para supostamente “assustar” o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, caso o reajuste concedido pelo governo federal às Forças Armadas fosse inferior a 60%. A matéria assinada pela repórter Cássia Maria saiu ilustrada com foto e declarações de Bolsonaro⁸⁷.

O ocorrido provocou reações do Exército. Bolsonaro e Fábio Passos da Silva (o outro capitão citado na denúncia) depuseram e negaram, inclusive por escrito, a autoria do plano. Foram inocentados em primeiro momento, mas indiciados depois, assim que o ministro do Exército soube da existência de provas documentais e de testemunhas que ligavam os capitães diretamente ao episódio. Uma dessas provas foi oferecida pela própria revista Veja,

⁸⁵ VALENTE, Rubens. Bolsonaro admitiu atos de indisciplina e deslealdade no Exército. FOLHA DE SÃO PAULO, 15/05/17. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884033-bolsonaro-admitiu-atos-de-indisciplina-e-deslealdade-no-exercito.shtml>

⁸⁶ Exercia, na época, a função de capitão de artilharia da 8ª Brigada de Artilharia do Rio de Janeiro.

⁸⁷ REVISTA VEJA, 28/11/87, p. 40-41. Pôr bombas nos quartéis, um plano na Esao, p. 40-41.

que publicou nova reportagem intitulada “De próprio punho”, em 4/11/1987, afirmando que “o ministro do Exército acreditou em Bolsonaro e Fábio, mas eles estavam mentindo”⁸⁸.

A matéria, além de narrar como a repórter ficou sabendo do plano, exibiu fotos do croqui da operação desenhado por Bolsonaro. Posteriormente, laudo da Polícia Federal, por meio de exames grafotécnicos, atestou que as anotações, de fato, pertenciam ao capitão. Com isso, o comando do Exército chegou a pedir a expulsão dos dois, mas o Superior Tribunal Militar (STM) não acatou o pedido, por 8 x 4 votos, sob alegação de que não havia provas suficientes. No ano seguinte, Bolsonaro ‘foi colocado’ na reserva.

Reportagem da Folha de São Paulo de 2017 rememorou o caso, a partir da interpretação dos documentos originais do inquérito de 1987, no STM. Segundo o jornal, ele respondeu a processos tanto pelo artigo assinado quanto pela reportagem ‘Beco sem saída’. Pelos episódios, foi acusado de infrações como: transgressão disciplinar, postura antiética, promoção de instabilidade na organização militar, indiscrição na abordagem de assuntos de caráter oficial, etc. Em relação ao planejamento do atentado, até hoje ele nega participação. Quando a reportagem tentou ouvir a sua versão, em 2017, um de seus assessores teria dito que a pauta era “uma merda” e a reportagem “idiota e imbecil”⁸⁹.

Após o cometimento de atos infracionais contra as Forças Armadas, Bolsonaro se candidata e vence a eleição de 1988 para vereador do Rio de Janeiro, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), com 11.062 votos. Exatamente naquele ano, foi promulgada a nova constituição federal, que, entre outras cláusulas, restabeleceu a inviolabilidade de direitos e liberdades básicas, promoveu avanços em relação à igualdade de gêneros, a criminalização do racismo, a proibição total da tortura, entre outros.

Especula-se que Bolsonaro tenha conquistado parte do eleitorado militar não apenas pelo conteúdo de seus posicionamentos em favor da categoria, sobretudo reajuste salarial e recomposição das perdas financeiras, mas principalmente pela forma como escolheu se posicionar frente a essas pautas, conferindo as insubordinações cometidas significados de coragem, audácia, aguerrimento, excentricidade e singularidade. Em entrevista ao portal da rede Bandeirantes, sobre os acontecimentos do início de sua vida política, ele afirmou: “Muita gente votou em mim achando que eu era louco, outros porque eu peitei o presidente José Sarney”. Ele também declarou que a aparição na mídia e a polêmica em torno da história das bombas, noticiada por Veja, ajudaram que ele se elegeisse, em 1988, como

⁸⁸ REVISTA VEJA, 4/11/1987. De próprio punho, p. 56-57.

⁸⁹ VALENTE, Rubens. Bolsonaro admitiu atos de indisciplina e deslealdade no Exército. FOLHA DE SÃO PAULO, 15/05/17. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884033-bolsonaro-admitiu-atos-de-indisciplina-e-deslealdade-no-exercito.shtml>.

vereador do município do Rio de Janeiro. “Eu nem pensava em entrar na política, mas isso me ajudou porque fiquei conhecido e então eu fui eleito no ano seguinte”⁹⁰.

3.4 O COMPORTAMENTO POLÍTICO NA CÂMARA FEDERAL

Nas eleições presidenciais de 1989, Bolsonaro declarou apoio a Fernando Collor de Melo⁹¹ (PRN-AL), apesar de o presidenciável ter afirmado que dispensava o apoio da “direita militar”⁹². Em 1990, elegeu-se deputado federal, ainda pelo PDC, e, dois anos depois, foi um dos 441 parlamentares que votaram pelo *impeachment* de Collor, acusado de corrupção. Ao declarar o voto, foi discreto e breve: “Representando e expressando também a vontade dos militares, que são povo, voto sim”⁹³.

Em 1993, filiou-se ao Partido Progressista Reformador (PPR). Recebeu uma advertência da Câmara por defender o fechamento do Congresso Nacional, alegando que a quantidade de leis dificultava o exercício do poder e que, “num regime de exceção, o chefe pega uma caneta e risca a lei que está atrapalhando” (CPDOC-FGV). Disse ao jornal Folha de São Paulo à época: “Sou a favor de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que esse congresso dê mais um passo em relação ao abismo. Os graves problemas nacionais jamais serão resolvidos em uma democracia irresponsável”⁹⁴. O pronunciamento causou uma série de protestos, a ponto de o corregedor do Congresso, deputado Vital do Rêgo (PMDB-PB), solicitar ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, o início de uma ação penal contra Bolsonaro por crime contra a segurança nacional, ofensa à Constituição e ao regimento interno da Câmara. Os militares também reagiram, por meio do general da reserva Luís Henrique Domingues, porta-voz do Grupo dos Guararapes, que condenou qualquer tentativa de punição ao deputado (CPDOC-FGV).

Ainda em 1993, causou polêmica ao acusar o governador de São Paulo, Luís Antônio Fleury Filho (PMDB), de tentar comprar deputados do PSD (Partido Social Democrático) para ampliar sua base de apoio na Assembleia Legislativa paulista e no Congresso.

⁹⁰ FORTE, Barbara. Bolsonaro: boato de bomba só ajudou a me eleger. PORTAL BAND, 12/04/12. Disponível <http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/100000675543/bolsonaro-boato-de-bomba-so-ajudou-a-me-eleger.html>

⁹¹ FOLHA DE SÃO PAULO, 08/02/89. Bolsonaro diz apoiar Collor à presidência.

⁹² NERI, Victor. Collor tem reunião reservada com militares no Rio. Folha de São Paulo, 03/06/89.

⁹³ JARDIM, Lauro. Em 1992, Bolsonaro era muito mais comportado. O GLOBO/Blog de Lauro Jardim, 24/04/16. Disponível em <http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/em-1992-bolsonaro-era-muito-mais-comportado.html>.

⁹⁴ FOLHA DE SÃO PAULO, 25/06/93.

Bolsonaro denunciou que o deputado Onaireves Moura⁹⁵ (PSD-PR) teria lhe oferecido 85 mil dólares para se filiar ao PSD. O pagamento seria feito por uma empreiteira ligada ao governo de São Paulo. Fleury negou a acusação e pediu a condenação de Bolsonaro por crime de difamação, injúria e calúnia (CPDOC-FGV). Nesse mesmo ano, votou favorável à redução da maioria penal para 16 anos (PEC 171-1993), que não foi aprovada.

Em 1994, se envolveu em mais uma discussão, dessa vez com o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, do Partido Popular (PP), a quem acusou de barganhar, junto ao governo federal, a liberação de verbas para a construção do metrô de Brasília, em troca de votos pela aprovação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). No mesmo ano, Bolsonaro esteve ausente da sessão que rejeitou o fim do voto obrigatório. Foi favorável à criação do IPMF e do Fundo Social de Emergência (FSE), concebidos como fontes de financiamento para o plano Real (CPDOC-FGV). Em outubro, foi reeleito com quase 135 mil votos – mais do que o dobro da eleição anterior⁹⁶. Fernando Henrique Cardoso foi escolhido o novo presidente da República.

Em 1995, tomou uma segunda advertência por destratar e desrespeitar, durante depoimento na Comissão de Trabalho da Câmara, o então ministro da Administração, Luís Carlos Bresser-Pereira, a quem chamou de “ladrão dos servidores públicos”, em virtude do adiamento da data de pagamento dos salários ao funcionalismo federal. Pelo ocorrido, o deputado Osvaldo Biolchi (PTB-RS) chegou a pedir sua cassação⁹⁷. Mudou mais uma vez de partido, para o PPB (Partido Progressista Brasileiro). Nas votações das emendas constitucionais propostas pelo governo, foi contra a abertura da navegação de cabotagem às embarcações estrangeiras, a abolição do monopólio estatal nas telecomunicações e a abolição do monopólio estatal na exploração do petróleo (CPDOC-FGV).

Em 1996, votou contra a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que incidia sobre grande parte das transações bancárias e tinha destinação exclusiva para a saúde. Nesse mesmo ano, projeto de sua autoria que propunha a revogação do Parque Indígena Yanomami foi rejeitado pela Câmara de Deputados⁹⁸. Em 1997, votou contra a reeleição para prefeitos, governadores e presidente da República. Foi um dos parlamentares que denunciou na imprensa a compra de votos para a aprovação da emenda

⁹⁵ Onaireves Moura, em virtude do episódio de compra de deputados para ampliar a base do PSD, foi cassado e perdeu o mandato. Moura teria tentado aumentar a bancada na Câmara para aumentar o tempo de televisão, no programa eleitoral gratuito da rádio e TV.

⁹⁶ A eleição, porém, foi anulada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro por suspeita de fraude. Outra eleição aconteceu em novembro e Bolsonaro confirmou a reeleição.

⁹⁷ SECCO, Alexandre. Osborne "não entende nada de Brasil", diz Bresser a deputados. FOLHA DE SÃO PAULO, 24/03/1995. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/24/brasil/7.html>.

⁹⁸ RAMOS, Alcida Rita. Por que não deixamos os yanomami em paz? SITE PRÓ-YANOMAMI. Disponível em <http://www.proyanomami.org.br/frame1/calha.htm>

da reeleição⁹⁹. Manifestou-se contrário a emenda à reforma administrativa do governo FHC, que instituía a possibilidade de demissão no funcionalismo público em caso de mau desempenho do servidor ou toda vez que os gastos com pessoal superassem 60% da arrecadação do Estado (CPDOC-FGV).

Em 1998, foi candidato a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Um grupo de 160 pessoas, incluindo o cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, assinou documento em reação à candidatura dele¹⁰⁰. Em retaliação, Bolsonaro chamou Evaristo Arns de “desocupado”, “vagabundo” e “megapicaretas”, em discurso no plenário da Câmara. Em razão da candidatura, o jornal Folha de São Paulo publicou matéria em 13/08/98, com o título ‘Comissão defende picaretas, diz deputado’, classificando Bolsonaro como defensor da pena de morte, prisão perpétua, regime de trabalhos forçados para condenados, redução da maioria para 16 anos e de um rígido controle da natalidade como maneira eficaz de combate à miséria e à violência¹⁰¹. Nesse mesmo ano, defendeu a pena de morte aos sequestradores do empresário Abílio Diniz. Em outubro, foi reeleito deputado federal pela terceira vez, com 102.893 votos.

Em 1999, foi acusado de nepotismo, por empregar em seu gabinete o sogro José Cândido Procópio e a cunhada Andréa de Assis. Sua companheira à época, Ana Cristina Vale, também era funcionária da Câmara, no gabinete do seu aliado e companheiro de partido, Odelmo Leão (PPB)¹⁰². Defendeu mais uma vez, em entrevista na televisão, o fechamento do Congresso Nacional e afirmou que, no período da ditadura, “deveriam ter sido fuzilados uns 30 mil corruptos, a começar pelo presidente Fernando Henrique Cardoso”¹⁰³. O deputado Arthur Virgílio (PSDB-PR), líder do governo à época, chegou a pedir sua cassação. Em nota, FHC declarou que as palavras de Bolsonaro mostram que “ele não se converteu à democracia”¹⁰⁴.

Em 2000, foi o único deputado a votar contra a criação do Fundo de Combate à Pobreza. Em 2001, por discordâncias em relação ao reajuste dos militares, chamou o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, durante audiência na Câmara, de “despreparado” e acusou-o de estar “servindo aos interesses dos Estados Unidos no país”. Em discurso no

⁹⁹ A denúncia de compra de votos para aprovação da emenda da reeleição rendeu manchete no jornal Folha de São Paulo, em 13/05/1997, de título “Deputado conta que votou pela reeleição por R\$ 200 mil”.

¹⁰⁰ FOLHA DE SÃO PAULO, 18/03/98, Painel do Leitor.

¹⁰¹ FOLHA DE SÃO PAULO, 13/03/98. Comissão defende picaretas, diz deputado. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc13039819.htm>

¹⁰² FOLHA DE SÃO PAULO, 15/08/99. Bolsonaro usa verba da Câmara em contratações irregulares.

¹⁰³ MADUERO, Denise. Câmara estuda punição a deputado que atacou FHC. FOLHA DE SÃO PAULO, 30/12/99. Disponível em <http://bolsonazi.tumblr.com/post/105971846447/bolsonaro-pede-o-fuzilamento-de-fhc-o>.

¹⁰⁴ ALBUQUERQUE, Liége. Câmara estuda processo contra Bolsonaro. SITE DO SENADO FEDERAL, Brasília, 25/05/99. Em <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn052526.htm>

plenário, alguns dias antes, havia chamado o ministro de “canalha”, “patife” e “imoral”¹⁰⁵. Votou favoravelmente ao fim de votações secretas nas casas legislativas.

Em 2002, votou contra a prorrogação da CPMF. Nas eleições de outubro, foi reeleito pela quarta vez, pelo PPB, com 88.945 votos. Pouco tempo depois, deixou o PPB e se filiou ao PTB. Declarou ter votado em Ciro Gomes (PPS) no primeiro turno da eleição presidencial e em Lula (PT), no segundo¹⁰⁶. Em 2003, protagonizou uma discussão na Câmara Federal, gravada por câmeras de televisão, com a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), a quem xinga, mais de uma vez, de “vagabunda” e afirma: “jamais eu estupraria você, porque você não merece”. Ele também afirmou, na ocasião, que revidaria, caso ela batesse nele: “vem que eu te dou outra (bofetada)” e chegou a levantar a mão e apontar o dedo para ela, enquanto discutia¹⁰⁷.

Em 2004, pressionou o governo Lula por reajuste para os militares, tendo organizado e participado de protesto com 700 familiares de militares, em Brasília. No início de 2005, deixou o PTB e se filiou ao Partido da Frente Liberal (PFL). Em abril, deixou o PFL e foi para o Partido Progressista (PP), nova denominação do PPB, sua antiga legenda. Votou favoravelmente à chamada lei de Biossegurança, que regulamenta o plantio e a comercialização de produtos transgênicos. Nesse mesmo ano, chamou o ministro da Casa Civil, José Dirceu, de “terrorista”. Também acusou o deputado federal José Genoíno (PT) de ter delatado militantes, após ter sido preso pelos militares. Para constrangê-lo, levou ao seu depoimento na CPI do Mensalão, o coronel Lício Augusto Ribeiro Maciel, responsável por prendê-lo e interrogá-lo em 1972, quando ocorreu a Guerrilha do Araguaia (CPDOC-FGV).

Foi crítico das campanhas do desarmamento e chegou a confeccionar cartazes com frases como “O exército do PT é o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)” e “Entregue suas armas: os vagabundos agradecem” (CPDOC-FGV). Por ocasião do referendo, em 2005, posicionou-se entre os defensores e organizadores da campanha do “não” à proibição da venda de armas. Foi contrário a PEC que proibia o nepotismo na administração pública, alegando que a proibição da contratação de parentes era uma hipocrisia¹⁰⁸.

Em 2006, votou contra a política de cotas propostas pelo governo Lula. Em virtude do fortalecimento das ações afirmativas, apresentou, de forma irônica, um projeto de lei

¹⁰⁵ FOLHA DE SÃO PAULO, 03/08/01. Bolsonaro diz que Quintão é 'patife e imoral'. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0308200117.htm>.

¹⁰⁶ ZANINI, Fábio. Bolsonaro dá apoio a comunista. Folha de São Paulo, 19/12/02.

¹⁰⁷ Esse vídeo integra o corpus da pesquisa. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=yRV98Im5zRs>

¹⁰⁸ Deputado diz que discussão sobre nepotismo é hipocrisia. Site CÂMARA FEDERAL, 13/04/05. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/64423.html>.

propondo cotas para deputados negros e pardos¹⁰⁹. Ele afirmou, na ocasião, que mesmo sendo autor da proposição, votaria contra, caso ela fosse levada a sério. Nesse mesmo ano, se posicionou contrário à volta da CPMF e foi reeleito para o quinto mandato consecutivo, com 99.700 votos.

Em 2008, combateu a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR) e trocou insultos com o então ministro da Justiça, Tarso Genro. O representante indígena presente na audiência pública chegou a atirar água no deputado. Pelo episódio, o PCdoB entrou com representação contra o Bolsonaro por quebra de decoro (CPDOC-FGV).

Cartazes feitos por Bolsonaro em 2005, contra a declaração do ministro José Dirceu, de que o governo procuraria os restos mortais de militantes da guerrilha do Araguaia, ganha a mídia em 2009. O material continha os dizeres: “Desaparecidos do Araguaia, quem procura osso é cachorro” e estavam colados nas paredes do seu gabinete¹¹⁰. O PCdoB, que organizou a guerrilha à época, ameaçou processá-lo, novamente, por quebra de decoro.

Em 2010, ele foi reeleito pela sexta vez, com cerca de 120 mil votos. Declarou apoio a José Serra (PSDB) no segundo turno da eleição presidencial, contrariando a decisão de seu partido, o PP, que apoiou Dilma Rousseff (PT). Ao justificar apoio a Serra, disse que “petista bom é petista sem mandato”. Votou contra a prorrogação do Fundo Nacional de Erradicação da Pobreza.

Em 2011, votou contra a privatização dos hospitais universitários. Foi processado por racismo e homofobia¹¹¹ pela artista Preta Gil, depois de dizer que “não discutiria promiscuidade”, ao ser questionado sobre como reagiria caso o filho namorasse uma mulher negra. O fato aconteceu durante uma entrevista no programa CQC, da TV Band¹¹². A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial considerou o caso como “racismo explícito”.

Ele propôs moção de louvor ao presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, pela ação militar que matou o líder da organização Al-Qaeda, Osama Bin Laden. Nesse mesmo ano, confeccionou, com verba pública¹¹³, panfletos “antigay” nas casas legislativas e envolveu-se em incidente com a senadora Marinor Brito (PSOL-PA), a quem chamou de ‘heterofóbica’. “Não pode ver um homossexual na frente dela que alopra! Já que está difícil

¹⁰⁹ TERRA, 01/07/06. Bolsonaro propõe vagas para deputados negros. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1058149-EI1194,00-Bolsonaro+propoe+vagas+para+deputados+negros.html>

¹¹⁰ O VERMELHO, 27/05/09. Em 2009, deputados do PCdoB fotografaram o cartaz no gabinete do deputado e entraram com representação no Conselho de ética. Disponível <http://www.vermelho.org.br/noticia/53413-1>.

¹¹¹ O processo foi arquivado em 2015, pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

¹¹² Essa entrevista integra o corpus da pesquisa.

¹¹³ Informação extraída dos dados, em entrevista a PLAYBOY, 2011.

ter macho por aí, eu estou me apresentando como macho e ela aloprou. Ela deu azar duas vezes: uma que sou casado e outra que ela não me interessa. É muito ruim, não me interessa”, afirmou¹¹⁴.

Em 2012, propôs moção de louvor ao presidente indonésio pela condenação à morte do brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, preso por tráfico internacional de drogas. Participou de evento em comemoração aos 48 anos do regime militar e custeou faixa que dizia: ‘Parabéns, Brasil! 31/03/1964’. Votou contra o projeto de distribuição dos *royalties* de petróleo do pré-sal entre todos os estados brasileiros (antes os *royalties* eram fracionados apenas entre os estados produtores). Votou a favor do novo Código Florestal, mais flexível e permissivo à exploração florestal, projeto de interesse da bancada ruralista. Foi autuado pelo Ibama por pesca proibida em área de proteção ambiental em Angra dos Reis (RJ). O caso foi à Justiça, como crime ambiental, mas Bolsonaro foi inocentado pelo STF.

Esteve ausente da sessão que aprovou a PEC do Trabalho Escravo, que previa o confisco da propriedade onde fosse verificada a prática de trabalho escravo ou análogo à escravidão. No entanto, em 2015, se declarou contrário à PEC, em entrevista que integra o corpus da pesquisa¹¹⁵. Manifestou discordância tanto em relação à pena quanto aos entendimentos legais sobre o que seria ‘trabalho análogo à escravidão’:

“A PEC do trabalho escravo, na verdade... a esquerda, os comunistas, nunca aceitaram a propriedade privada. E nessa PEC, Ratinho, ela se aplica ao proprietário rural e urbano que, porventura, pratique o trabalho escravo ou análogo à escravidão. Sabe qual é a pena? Expropriação do imóvel. (...) Eu te perguntaria: o que é trabalho análogo à escravidão? Empregada doméstica, porventura, se tiver no quarto com ventilação inadequada, você perde seu apartamento. Se um fazendeiro tiver, por exemplo, beliches cuja espessura do colchão seja menor do que oito centímetros, ele perde a sua fazenda. Essa é a PEC do trabalho escravo, que foi aprovada na Câmara por causa do título e está no Senado agora.” (PROGRAMA DO RATINHO, 2014)

Em 2013, foi acusado de agressão pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), durante evento da Comissão Nacional da Verdade, a qual Bolsonaro se colocou contra desde

¹¹⁴ VASCONCELOS, Adriana. Deputado Bolsonaro e senadora Marinor Brito quase saem no tapa. O GLOBO, 12/06/11. Em <https://oglobo.globo.com/politica/deputado-bolsonaro-senadora-marinor-brito-quase-saem-no-tapa-2770969>.

¹¹⁵ Na entrevista ao Programa do Ratinho, 2014.

a criação¹¹⁶. Absteve-se da votação da PEC das Domésticas, que equiparou os direitos da categoria aos demais trabalhadores (13º salário, adicional noturno e FGTS), no entanto criticou duramente a proposta, alegando que encareceria o custo desse tipo de trabalhador e desestimularia os empregadores¹¹⁷. Também votou contra a PEC 37, que reduzia os poderes do Ministério Público; e contra o fim do voto secreto nas sessões das casas do Legislativo.

Em 2014, recebeu 464.572 votos para cumprir o sétimo mandato, tendo sido o deputado federal mais bem votado pelo Estado do Rio de Janeiro. Votou contra a ‘Lei das Palmadas’, que proibia os pais de punirem e castigarem fisicamente os filhos (crianças e adolescentes), fazendo ampla movimentação contra o projeto, inclusive com a publicação de artigos na mídia, comentários em entrevistas e discursos na Câmara. Suas alegações eram de que a medida tirava a autoridade dos pais e que o Estado não tinha “moral” para arbitrar sobre relações familiares¹¹⁸. Votou contra o Marco Civil da Internet.

Repetiu, em 2014, o que havia dito anos atrás para a deputada Maria do Rosário, de que “não a estuprava, porque ela não merecia”. O ocorrido rendeu uma série de protestos, inclusive de parlamentares, que repudiaram a declaração de Bolsonaro. Pelo caso, a Vice Procuradoria Geral da República entrou com processo contra o deputado por incitação ao estupro, no STF. Ainda em 2014, xingou a jornalista Manuela Borges, da RedeTV!, de “idiota”, “ignorante” e “analfabeta”, ao ser perguntado, em uma entrevista na Câmara, sobre os abusos cometidos pela ditadura militar. A agressão foi filmada por diversas emissoras de televisão¹¹⁹.

Em 2015, aprovou sua primeira emenda constitucional, depois de 25 anos de mandato, referente à impressão do voto, após uso da urna eletrônica. Votou contra o fim do voto obrigatório e favorável ao projeto que previa o financiamento empresarial de campanha. Em entrevista à emissora filiada a TV Record em Blumenau (SC) – a RIC TV –, constrange a jornalista Danúbia de Souza. Quando perguntado se preferia ter um filho morto

¹¹⁶ MARTINS, Marco Antonio. Bolsonaro discute com integrantes da Comissão da Verdade para entrar no DOI-Codi. FOLHA DE SÃO PAULO, 23/09/13. Em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1346091-comissao-da-verdade-inicia-visita-no-antigo-doi-codi-no-rio.shtml>.

¹¹⁷ Site CÂMARA FEDERAL, 21/11/12. Câmara aprova PEC das Domésticas em primeiro turno. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/TRABALHO-E-PREVIDENCIA/430713-CAMARA-APROVA-PEC-DAS-DOMESTICAS-EM-PRIMEIRO-TURNO.html>

¹¹⁸ Comentários com esse teor foram feitos em artigo de opinião publicado no jornal O Dia (Jair Bolsonaro: Contra a lei que proíbe dar palmadas, 09/01/11) e nas entrevistas que integram o corpus da pesquisa: BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012; AGORA É TARDE, 2012; MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2015; THE NEW YORK TIMES, 2016.

¹¹⁹ SBT Brasília, 01/04/2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4WJhh33UQSY>.

a um filho gay, respondeu no ar: “Você é solteira? Vou te apresentar meu filho, ok? Família Bolsonaro, essa não nega fogo”¹²⁰.

Em 2016, a denúncia apresentada pela Vice-Procuradoria da República no caso Maria do Rosário é aceita pelo STF e Bolsonaro se torna réu por prática de apologia ao estupro e por injúria. Nesse ano, foi favorável ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. Na ocasião da votação, homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, militar acusado de praticar tortura durante a ditadura, inclusive em Dilma Rousseff, quando prisioneira no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna). Bolsonaro afirmou em sessão televisionada: “Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, o meu voto é sim”. Em virtude do pronunciamento, a OAB-RJ (Ordem dos Advogados do Brasil) chegou a pedir a cassação do deputado e a UBE (União Brasileira de Escritores) denunciou o deputado ao Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda, por crimes contra a humanidade.

Em votações subsequentes, já no governo de Michel Temer, se posicionou contrário a anistia ao ‘caixa 2’. Foi favorável tanto à abertura do pré-sal ao capital estrangeiro quanto à PEC 241, que estipulou teto para os gastos públicos por 20 anos. Em fevereiro de 2017, concorreu pela 3ª vez a presidente da Câmara dos Deputados, obtendo quatro votos. Ele havia disputado o cargo em 2005 e 2011, também sem êxito.

Ainda em fevereiro, defendeu o Estado cristão, em visita à Paraíba. Durante o ato com apoiadores em Campina Grande (PB), afirmou: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de estado laico não. O estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias”¹²¹. Em março, absteve-se na votação da lei da terceirização geral e foi chamado de covarde nas redes sociais. Em resposta, gravou vídeo afirmando que seria ‘massacrado’ qualquer que fosse seu voto. Na mesma gravação, insinua que o desemprego está relacionado com os direitos trabalhistas, a repetir o mantra liberal de que quanto mais direitos, menos empregos¹²².

Em abril, surge denúncia envolvendo seu irmão, Renato Antônio Bolsonaro, como “funcionário fantasma” na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), onde esteve lotado por três anos, recebendo vencimentos de cerca de R\$ 17 mil. Sobre a morte de Fidel Castro,

¹²⁰ O DIA, 26/06/15. Jair Bolsonaro assedia repórter durante entrevista e oferece filho. <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2015-06-26/jair-bolsonaro-assedia-reporter-durante-entrevista-e-oferece-filho.html>

¹²¹ BARBOSA, Josusmar. Bolsonaro defende porte de arma para todos e fuzil contra o MST. JORNAL DA PARAÍBA, 08/02/17. Disponível em http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/noticia/180921_bolsonaro-defende-porte-de-arma-para-todos-e-fuzil-contra-o-mst.

¹²² YOUTUBE, Central Bolsonaro, 23/03/17. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wug0ypjs9Vw>.

gravou vídeo, em tom festivo, para comemorar o acontecimento, dizendo, entre outras coisas, que não era necessário cremá-lo, porque ele já ardia nas profundezas do inferno e lá teria uma estadia eterna¹²³.

Ainda em abril, deputados protocolaram representação contra Bolsonaro, por prática de racismo, após ele afirmar, em palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, que tinha ido a um quilombo e que o “afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais”. Pela declaração, o parlamentar foi condenado, em 3 de outubro de 2017, a pagar R\$ 50 mil por danos morais coletivos a comunidades quilombolas e à população negra em geral. A decisão é da Justiça Federal do Rio de Janeiro, em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF)¹²⁴.

3.5 ASCENSÃO E POPULARIZAÇÃO NOS ANOS 2010

Acredita-se que Jair Bolsonaro, apesar da longa carreira política de mais de 30 anos, tenha alcançado mais destaque e popularidade a partir de 2012, quando se supõe que ele tenha conquistado adesões para além do nicho militar, substrato o qual sempre esteve vinculado, declara pertencer e representar politicamente¹²⁵. Um episódio que parece ter contribuído bastante para sua ascensão foi o chamado “kit gay”, forma como Bolsonaro apelidou, pejorativamente, os materiais educativos do programa ‘Brasil sem Homofobia’, do Ministério da Educação, que visava formar educadores para tratar das questões de gênero e da sexualidade em sala de aula. Desde 2011, ele vem atacando essa iniciativa, por supostamente ameaçar e afrontar a família brasileira, bem como pelo ‘perigo’ de converter crianças em LGBTs¹²⁶.

Outros casos também lhe renderam visibilidade midiática, como: o episódio de racismo, envolvendo a artista Preta Gil, no CQC, em 2011; a discussão com Maria do Rosário (PT), em 2014, depois configurado como apologia ao estupro; o voto que homenageou o

¹²³ Jair Bolsonaro publica vídeo comemorando morte de Fidel Castro: ‘Já está ardendo nas profundezas do inferno’. EXTRA, RJ, 26/11/16. Em <https://extra.globo.com/noticias/mundo/jair-bolsonaro-publica-video-comemorando-morte-de-fidel-castro-ja-esta-ardendo-nas-profundezas-do-inferno-20546661.html>

¹²⁴ COLLAÇO, Matheus. Jair Bolsonaro é condenado por discurso preconceituoso contra quilombolas. UOL, 03/10/17. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/10/03/jair-bolsonaro-e-condenado-por-discurso-preconceituoso-contra-quilombolas.htm>.

¹²⁵ Mesmo partindo do pressuposto de que Jair Bolsonaro ascendeu como liderança nacional sobretudo a partir de 2012, não faz parte dos objetivos deste trabalho explicar ou investigar as causalidades de sua ascensão. Essa questão por si só daria uma nova pesquisa, frente às inúmeras variáveis e complexidades que precisariam ser mobilizadas para a investigação da questão. Porém, ao mesmo tempo, essa observação não pode deixar de ser registrada, sobre o risco de comprometer a seriedade e a relevância da pesquisa.

¹²⁶ Descrição mais detalhada foi apresentada no capítulo seguinte.

coronel acusado de tortura, Carlos Alberto Brilhante Ustra, proferido na sessão do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2015; e o cuspe de Jean Wyllys em sua direção, também em 2015.

Jair Bolsonaro vem, desde 2014, anunciando o interesse em concorrer a outros cargos que não mais o de deputado federal. Já mencionou se candidatar ao Senado, mas fala predominantemente em candidatura à presidência da República, em 2018. Sua maior votação aconteceu em 2014, quando registrou 464,5 mil votos, 120 mil a mais do que a eleição de 2010. Além disso, conseguiu formar, em torno de si, o clã Bolsonaro, que em 2014 ganhou mais um membro, passando de dois para três filhos eleitos. Eduardo Bolsonaro, que é policial federal, foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo, com 82,2 mil votos. Outra mostra de ganho de capital político do grupo foi a candidatura de Flávio Bolsonaro para a prefeitura do Rio de Janeiro, em 2016, que obteve 424,3 mil votos, o que representa 13,94% do eleitorado do Município.

Flávio, deputado estadual, também registrou um aumento expressivo na quantidade de votos de uma eleição para outra, saltando de 52,3 mil em 2010 para 130 mil votos em 2014. Carlos, vereador na cidade do Rio de Janeiro, confirma a tendência de ascendência do clã Bolsonaro. Sua votação subiu para 106,6 mil votos na eleição de 2016, contra 23,6 mil no pleito de 2012. Os filhos, até o momento, sempre se filiam no mesmo partido que o pai. Foi assim com o PSC e com o PP, onde todos se vincularam e se desfilaram, simultaneamente.

Evidentemente que o contexto de desgaste da presidente Dilma Rousseff e do PT, que perdeu parte do apoio da classe média; a devassa da Operação Lava Jato, que abalou a imagem de dezenas de líderes políticos; e o crescimento das manifestações e grupos de direita contribuíram, de alguma maneira, para o fortalecimento das ideias e/ou da figura de Bolsonaro. É evidente que esse ator soube explorar os temas da violência urbana, corrupção e ataque ao PT (reforçando os sentimentos anti-PT e anti-Lula), para disputar apoios e referendar seu nome entre as lideranças do fragmentado e vasto campo da direita brasileira, de maneira que sua imagem pouco convencional foi capaz de atrair e interessar a uma parcela da população, identificada com uma ou várias de suas posições anti-LGBT, anti-direitos humanos, anti-menor infrator, anticomunismo, anticorrupção, pró-armas, pró-pena de morte e pró-autoridade da família tradicional, etc.

Bolsonaro apoia sua imagem pública na ideia de político 'diferente', autêntico, do tipo que fala o que pensa e que não se importa em comprar brigas em favor de suas opiniões¹²⁷. Ele se constrói como um político autônomo, que não deve favores e que não tem

¹²⁷ Conteúdo extraído dos dados, das entrevistas Câmera Aberta, 1997, e Programa do Ratinho, 2014.

relações escusas com o Executivo¹²⁸; se apresenta como destemido e aguerrido, que enfrenta ou que não teme a imprensa, o Judiciário, os presidentes da República¹²⁹. Moralmente, se afirma como decente, honesto, pai de cinco filhos, defensor da família e dos bons costumes. Politicamente, se mostra como aquele que não foi comprado pelo PT, que não está citado no Mensalão e nem no escândalo da Petrobras (Petrolão)¹³⁰.

Essa estratégia de se apresentar como um político diferente dos demais também tem sido recorrente na Europa, conforme indica a literatura. Os líderes radicais de direita têm buscado se fortalecer e/ou ascender anunciando suas qualidades morais e seu comportamento político divergente, bem como, simultaneamente, atacando fortemente as pautas que discorda e os adversários, muitas vezes apresentados como imorais, equivocados e/ou corruptos (RYDGREN, 2007).

Na Europa, as pautas giram em torno de três temas principais: corrupção, imigração e segurança (MUDDE, 2010, p. 1179). Mudde afirma que os atores da direita radical, diferentemente dos políticos tradicionais, não costumam se concentrar em questões socioeconômicas (inflação, desemprego, planos econômicos, acordos internacionais, etc), mas principalmente em temas socioculturais. Os atores mais bem sucedidos obtiveram êxito graças à combinação de três fatores: liderança, organização e propaganda (ibid).

Em consonância com a literatura, Bolsonaro também explora bastante os quesitos da liderança e da propaganda, tendo investido bastante em comunicação, nos últimos anos. É muito ativo nas mídias sociais, sobretudo no facebook, onde posta conteúdo com grande frequência. Estrategicamente, passou a emitir comentários e gravar vídeos sobre os mais diferentes assuntos do cenário sociopolítico, dando visibilidade para suas opiniões.

¹²⁸ Conteúdo extraído dos dados, das entrevistas Brasil em Discussão, 2012, e Programa do Ratinho, 2014.

¹²⁹ Conteúdo extraído dos dados, das entrevistas Programa do Ratinho, 2014, e Folha de São Paulo, 2017.

¹³⁰ Conteúdo extraído dos dados, das entrevistas Mariana Godoy, 2015, e Programa do Ratinho, 2014.

CAPÍTULO 4

OS DISCURSOS E AS RELAÇÕES COM A DIREITA RADICAL

Conforme foi dito anteriormente, na parte introdutória da dissertação, a análise dos elementos ideológicos contidos nos discursos de Jair Bolsonaro foi feita a partir de cinco ideias-chave, diretamente associadas à discussão teórica sobre a constituição do fenômeno do radicalismo de direita pós-1980: nacionalismo, xenofobia, racismo, estado forte e antidemocracia.

O objetivo era identificar como as opiniões do ator se relacionavam com categorias constituidoras da direita radical, testando o alinhamento do objeto com o espectro, bem como identificando similaridades e diferenças entre o caso brasileiro e os casos europeus, a partir da literatura específica. Dessa maneira, depois de ler, reler e mapear os discursos, analisou-se a relação dessas falas com esses conceitos, a testar aproximações ou distâncias, vínculos ou dissociações.

Para cada uma das variáveis testadas, o trabalho se preocupou em prestar orientações e esclarecimentos metodológicos, com a apresentação de seus conceitos e indicadores (ideias-força, discursos-chave, pautas defendidas, valores atribuídos, etc). Assim, foram elaborados quadros metodológicos para avaliar o possível grau de compatibilidade entre os discursos e os referenciais teóricos relacionados ao espectro, de maneira que os achados foram classificados de cinco formas principais: 1) não-representativo (quando não havia representatividade entre as partes); 2) pouco representativo (quando havia baixa ou pouca representatividade entre os indicadores e os conteúdos discursivos, com correspondência inferior a menos da metade); 3) parcialmente representativo (quando havia representatividade parcial entre as partes, com correspondência de metade ou próximo da metade com os indicadores; 4) representativo (quando havia representatividade acima da metade) e 5) muito representativo (quando havia correspondência com muito mais da metade dos indicadores listados).

Vale destacar que a classificação da representatividade (se nula, baixa, média, alta ou altíssima) está relacionada, direta e primeiramente, com a contundência que a ideia/pauta aparece no conjunto dos discursos e não necessariamente com a frequência do tema/aspecto ao longo dos conteúdos. Dessa maneira, o que o trabalho quer sinalizar é se as ideias-força da direita radical estão manifestadas claramente nos conteúdos discursivos

de Bolsonaro. Quando necessário, se expressivas, as frequências e ocorrências podem ser sinalizadas, complementando as informações.

4.1 NACIONALISMO

O nacionalismo é uma categoria bastante complexa e longeva, frequentemente evocada e modalizada por atores políticos dos mais variados espectros, tanto no campo da direita quanto no da esquerda, a partir de diversos e fragmentados interesses e argumentos. Ainda que não seja, de forma nenhuma, uma exclusividade da direita radical, é um aspecto muito importante para a problematização e compreensão desse espectro político.

A perspectiva nacionalista está intimamente relacionada ao surgimento do estado nacional, como resultado da fusão do estado – enquanto entidade jurídica e administrativa – com a nação – entidade social e cultural –, ou seja, da unificação dos indivíduos de mesma língua, cultura e tradições em um território (BOBBIO et al, 1998, p. 799). Assim, a exaltação à nação substituiu a antiga exaltação ao rei, com a modificação de que, na monarquia, independentemente da nacionalidade, todos eram súditos do monarca, enquanto que no estado nacional, os estrangeiros passaram a significar ameaça (MOSCA E BOUTHOU, 1987, p. 343-344).

A literatura europeia sobre o radicalismo de direita no pós-1980 oferece caminhos teóricos para se pensar o nacionalismo, sobretudo a partir das ideias:

- a) de “mito de uma nação homogênea” (MINKENBERG, 2000, p. 175), ou seja, de um ultranacionalismo romântico e populista, contrário ao pluralismo democrático e seus princípios de individualismo e universalismo, manifestados a partir da construção de inimigos e entendimentos extremados e restritos de nação; e
- b) de “nativismo autoritário” (MUDDE, 2000, p. 171), que se manifestaria de duas formas principais: o étnico, que considera a comunidade étnica, definida principalmente por meio de laços sanguíneos, como a principal base para a organização humana e a solidariedade social, sendo que as fronteiras do Estado deveriam ser as mesmas da comunidade étnica; e o de Estado, quando o Estado é considerado a principal base da organização humana e da solidariedade social, sendo que a nação seria constituída pelas pessoas que nascem dentro das fronteiras do Estado.

Este trabalho utilizou esses conceitos para construir um organograma que serve de base para a investigação empírica, acrescentando a ideia de que qualquer visão de mundo e qualquer modelo de Estado e nação tende a favorecer e/ou empoderar determinado(s) grupos(s) social, que, por meio de ações objetivadas e intencionais, disputa(m) poder. Assim, se mostra fundamental identificar quais grupos e modelos de nação são evidenciados no caso Bolsonaro.

Quadro 1: Temas/Indicadores Nacionalismo

Temas	Idealização da nação	Pertencimento nacional ou nativismo	Construção de inimigos à nação	Construção de heróis à nação
Indicadores	Supervalorização das riquezas, tradições e/ou do povo nacional	Nativismo por laço sanguíneo ou vínculo territorial	Crença de que certos grupos ameaçam a nação	Supervalorização de certos grupos ou elites nacionais
	Crença de que a nação é algo sagrado, mítico e puro	Ideia de que o Estado deve ser exclusivo dos nativos	Crença de que a nação precisa ser salva ou defendida	Crença de que somente alguns grupos podem proteger e/ou salvar a nação
		Apelo demasiado à homogeneidade nacional	Vontade de exclusão e/ou isolamento dos inimigos nacionais	Pátria como mote para empoderar certos grupos

Autoria própria

Para análise dessa categoria, foi adotado como *corpus* o Material Empírico Principal (composto por 19 entrevistas multitemáticas, que correspondem a 160 laudas de transcrições), mais três itens do Material Empírico Complementar: os artigos ‘O salário está baixo’ (Veja/1986), ‘Comissão da Inverdade’ (Folha de São Paulo/2011) e ‘Censura Escancarada’ (Folha de São Paulo/2014), totalizando 22 fontes de dados.

A partir da análise empírica, percebe-se que o nacionalismo em Bolsonaro é manifestado de maneira complexa, vinculado, sobretudo, aos indicadores: ‘Construção de inimigos à nação’ – muito representativo – e ‘Construção de heróis à nação’ – também

bastante representativo –, de maneira que a ‘Idealização da nação’ aparece muito timidamente, enquanto o ‘Pertencimento nacional/Nativismo’ não foi identificado.

Quadro 2: Achados Nacionalismo

Temas	Idealização da nação	Pertencimento nacional/Nativismo	Construção de inimigos à nação	Construção de heróis à nação
Achados	Pouco representativo	Não representativo	Muito representativo	Muito representativo

Fonte: Resultados da pesquisa / autoria própria

Nesse ator, o nacionalismo está muito relacionado ao militarismo. A perspectiva militarista fica evidente na vontade de superempoderamento das Forças Armadas, na exaltação de seu papel social, moral e político e na defesa da memória da ditadura de 1964. Em muitas falas, Bolsonaro defende o modelo de nação implantado pelos ditadores-militares e entende que o país era muito melhor quando governado pelas Forças Armadas, inclusive nos quesitos de ordem social (sob alegação de que não havia violência urbana) e conduta moral (sob alegação de que não havia corrupção no Estado e existia respeito entre as pessoas).

“(Sente saudade na ditadura) Do respeito às autoridades, aos professores, do pleno emprego, da segurança e da seriedade como se tratava a coisa pública. Não há notícia de um só oficial-general, coronel, capitão ou sargento que tenha enriquecido. Essa foi a principal causa do Brasil ter passado da 49ª para a 8ª economia mundial. Os militares não eram corruptos.” (ÉPOCA, 2011)

“Que época (ditadura militar) maravilhosa! Você podia ir para a rua com segurança, a tua família era respeitada, policial era policial, tá ok?! O Brasil passou da 49ª para 8ª economia do mundo. O Médici fez 15 hidrelétricas.” (PROGRAMA DO JÔ, 2005)

Assim, a partir da retórica de exaltação do passado, identifica-se um descontentamento com a situação atual da nação, de forma que a estratégia do regresso

criaria a ideia de que houve um tempo, uma época de ouro, quando o país funcionava a contento, tendo ordem, respeito, segurança, zelo à coisa pública, forte rigor moral e ético dos governantes e uma série de outros aspectos modalizados intencionalmente para destoar da realidade atual e fortalecer o 'lugar-cenário' da memória, que, imaginado e delirante, torna-se um mito e um modelo a ser almejado e reverenciado, embora não-retornável nem revivível.

A relação intrínseca que mantém com as Forças Armadas é perceptível desde suas primeiras manifestações na mídia até os dias atuais. Em seu primeiro artigo publicado, em 1986, na revista *Veja*, cobrou vencimentos salariais mais justos para os membros do Exército. Agora, em 2017, reafirmou que conta com a simpatia de grande parte das Forças Armadas e que muitos militares devem ser eleitos em 2018 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017). Dos anos 1980 à atualidade, os temas referentes ao militarismo variaram, principalmente, entre reivindicação salarial/direitos trabalhistas até defesas cada vez mais contundentes da ditadura e seus atos.

Assim, é possível dizer que, ao longo dessas décadas, esse ator segue reafirmando a estratégia de supervalorizar, empoderar e até inocentar a elite militar brasileira dos crimes e excessos cometidos de 1964 a 1985. Desse modo, Bolsonaro não só se apresenta como um representante político dos militares, mas como um defensor de sua memória e legado.

“Os militares só conseguem manter a hierarquia e a disciplina porque a verdade está para eles como a fé está para os cristãos. (...) Os militares sempre estiveram prontos para quaisquer chamamentos da nação, quando ameaçada (...)” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011)

“Se eu chegar lá um dia (na presidência da República), vou botar militares em metade dos ministérios, gente igual a mim.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017)

O medo do comunismo também aparece como argumento para exaltar a ditadura e empoderar os militares, no esforço de legitimar sua importância e ação sociopolíticas. A estratégia que Bolsonaro utiliza é construir uma adesão entre a população – que temia o comunismo – e as Forças Armadas – que protegeria o país de qualquer ameaça. Ele tenta, assim, justificar, minimizar ou respaldar a atuação dos militares na vontade popular.

“Por que todo mundo queria a saída do João Goulart? Porque nós estávamos em uma situação de sermos comunizados. Eram as mulheres nas ruas fazendo passeata. A igreja Católica... todo o Brasil pregando, orando e pedindo que Deus, para Deus, que os militares assumissem, toda a imprensa (...)” (MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2015)

“(...) em 1964, por exigência da imprensa, da Igreja Católica, de empresários, de agricultores e de mulheres nas ruas, (os militares) interviram para que nosso país não se transformasse, à época, em mais um satélite da União Soviética.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011)

A temática militar é tão importante na visão de mundo de Bolsonaro que aparece em 86,3% dos 22 materiais pesquisados. A defesa da memória/legado da ditadura é, de longe, o tema mais falado, ocupando 79,5% das entrevistas. O interessante é que os posicionamentos assumidos em relação ao regime militar são todos voltados para protegê-lo ou reconstruí-lo positivamente, nunca como uma crítica, um pedido de desculpa ou uma autorreflexão dos equívocos. Sempre a postura assumida é a de defesa dos militares/regime, seguida do ataque a seus adversários diretos. Mesmo quando reconhece algum abuso ou desvio, imediatamente apresenta contra-argumentos para justificá-lo ou escolhe alguém para culpar diretamente.

No salvaguardo do regime, ele adota linhas de argumento nem sempre retilíneas ou constantes, mas que variam entre posições de negação, havendo forte manifestação de negacionismo histórico, e posições de defesa explícita das ações e políticas adotadas. Com a tortura, por exemplo, acontece isso. Por vezes, ele assume que existiu, reafirmando sua necessidade frente ao contexto ‘de guerra’ e/ou ‘de ameaça comunista’, bem como pela demonização do guerrilheiro/esquerdista, que seria violento, propenso a executar qualquer um e responsável por matar civis e militares. Em outras, nega que a prática tenha ocorrido, alegando que a esquerda se vitimiza e considera qualquer coisa como tortura.

“Entrevistador: Deputado, deputado, o governo militar torturou ou não?

Bolsonaro: Sim, torturou. Sim. E daí?

Entrevistador: E aí, o senhor defende isso?

Bolsonaro: A tortura é uma arma de guerra. Como eles (os guerrilheiros/adversários do regime) nos torturaram.

Entrevistador: Então vocês são muito parecidos, é isso deputado?

Bolsonaro: Olha, eles (os guerrilheiros/adversários do regime) provocaram. Nós não fomos no (ao) Vale do Ribeira em primeiro lugar. Nós não fomos no (ao) Paraguai em primeiro lugar.

Entrevistador: É uma briga de adolescentes, é isso, um provoca e o outro devolve?

Bolsonaro: Você tem que entender uma coisa, você vê, por exemplo, militares do Exército americano urinando em cima de gente, fazendo certos, certos abusos, uma autoridade ali, naquele momento, se quer repreender, o cara que vai denunciar o soldado, ele pode até morrer. Então, guerra é guerra, guerra é guerra, tá certo?! E eles entraram na guerra e eles perderam. Graças a Deus, eles perderam em 64 (1964) e foram para a luta armada, financiados, repito, por países que nunca admitiram liberdade em seu solo. E graças a Deus, nós conseguimos ganhar essa guerra.” (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012)

“Entrevistador: Foi a época (durante a ditadura militar) em que mais se torturou no Brasil.

Bolsonaro: Se você for hoje à Papuda (complexo penitenciário no Distrito Federal), vai ver gente sendo torturada, o pessoal se vitimiza.

Entrevistador: Estamos falando de presos políticos.

Bolsonaro: *Que presos políticos? Eles estavam no foquismo. Eles queriam fazer o que Fidel Castro fez em 1959, na Sierra Maestra. Esses caras (os guerrilheiros) são doentes mentais.” (CORREIO BRAZILIENSE, 2015)*

Quadro 3: Ideias e argumentos em defesa da ditadura militar

Principais ideias defendidas	Argumentos relacionados
Não houve ditadura. Não houve golpe.	* Durante o regime militar, havia liberdade, imprensa livre, eleições, direito de ir e vir. Que ditadura é essa? *Foi o Congresso quem destituiu João Goulart. Não houve golpe.
A população pediu que os militares assumissem o poder.	*A população, as famílias, os religiosos, temiam a comunização. Eles foram às ruas e pediram intervenção militar. * Os militares sempre defendem o país de qualquer ameaça. O comunismo era um risco.
Não houve tortura. Houve tortura, mas foi necessário.	*Houve tortura, mas era uma situação de guerra. * Guerra é guerra. Abusos foram necessários. * Não houve tortura. A esquerda se vitimiza. *Ditadura matou pouca gente. *Os excessos cometidos compensaram a liberdade que se tem hoje.
Guerrilheiros queriam implantar o comunismo no Brasil. A esquerda nunca lutou por democracia.	* A esquerda bombardeou, torturou e matou. A política deles era a execução. *A esquerda queria comunizar o Brasil. *Os guerrilheiros são traidores da Pátria e deveriam ter sido exterminados.
Ditadura como ‘ótima época’: segura, moral e harmoniosa	*Havia pleno emprego. Passou-se da 49ª para 8ª economia. *Sinto saudade do regime militar. Havia respeito, autoridade, ordem e segurança. *Na época dos militares, não havia corrupção.

Autoria própria

Nos primeiros 15 anos de mandato, Bolsonaro se mostrou comprometido com certos interesses nacionais, sendo contrário, por exemplo, às medidas neoliberais dos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, sobretudo as privatizações, o sucateamento das estatais, a subserviência do país ao FMI (Fundo Monetário Internacional), a dívida externa crescente, bem como a entrada massiva do capital estrangeiro no país.

Barbaridade é privatizar, por exemplo, a Vale do Rio Doce como ele (presidente Fernando Henrique Cardoso) fez, é privatizar as telecomunicações, é entregar nossas reservas petrolíferas para o capital externo e a hora que você conseguir, por exemplo, a autossuficiência do petróleo aqui, essas empresas de fora vão continuar tirando petróleo a sete dólares e vendendo a 60. O lucro é deles, nada é nosso.” (PROGRAMA DO JÔ, 2005)

“Eu acho um absurdo o que estão fazendo. A Vale do Rio Doce... tinha que vender (ser vendida) para brasileiros. Quer vender? Vende para nós, brasileiros, e não para grupos internacionais” (CÂMERA ABERTA, 1997).

Em 2014, após denúncias de corrupção envolvendo a Petrobrás, quando perguntado sobre o que achava das privatizações, afirmou ser contra, mas se mostrou ainda mais contrário ao governo do PT, de maneira que preferia a privatização ao que chamou de ‘PTização’. Nesse mesmo ano, afirmou ser liberal na economia e favorável à diminuição do Estado. Apresenta-se como defensor da propriedade privada, da meritocracia e assume discursos pró-empresários e ruralistas, contra direitos dos trabalhadores (INFOMONEY, 2014) e a julgar justo que as mulheres, por engravidarem, ganhem menos (ZERO HORA, 2014). Por mais de uma vez, pediu a redução da carga tributária e disse que o foco da economia deve estar na produtividade e não no consumo, em crítica direta aos governos Lula e Dilma (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012).

“Sou contra privatizações. No entanto, pior que privatizar é “PTizar”. Dá para manter no controle do governo, mas sem destruir as empresas, como o governo do PT fez com a Eletrobrás, a Petrobrás e muitas outras. Tem coisas que não dá para não privatizar. O setor de telecomunicações, por exemplo, não tinha como não ter sido feito, mas a privatização da Vale eu fui contra... Petrobrás, eu sou contra. Mas, claro, se for para “PTizar”, prefiro que privatize. (INFOMONEY, 2014)

“A minha política é de diminuir impostos, cortar gastos públicos, diminuir o tamanho do estado. Tá ok?” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

Acho extremamente importante cortar essa carga tributária, sou totalmente a favor da meritocracia, do livre mercado... Mas claro que não é tudo, afinal, eu sou a favor de um governo autoritário. O governo não pode perder a mão e deixar tudo no [setor] privado, senão vira palhaçada. (INFOMONEY, 2014)

“Eu sou um liberal, se eu quero empregar você na minha empresa ganhando R\$ 2 mil por mês e a Dona Maria ganhando R\$ 1,5 mil, se a Dona Maria não quiser ganhar isso, que procure outro emprego! O patrão sou eu”. (ZERO HORA, 2014)

Para ele, seria importante ainda que o Brasil começasse a caminhar para ter uma bomba atômica, o que, ao seu ver, impõe respeito aos demais países (CQC, 2011) e adotar um sistema de inteligência e espionagem para monitorar o(s) inimigo(s) (THE NEW YORK TIMES, 2016). Ele demonstra muita admiração pelos Estados Unidos, sobretudo pelo

sistema legal/penal do país, e por Israel, de quem gostaria de ‘copiar’ algumas ideias e políticas. No entanto, tem repulsa a Cuba, por ser comunista. Nesse sentido, é totalmente contrário aos investimentos que o governo brasileiro fez em território cubano (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012; RATINHO, 2015).

Mostra preocupação com a ascensão político-econômica da China (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2002; VEJA, 2017) e assume a teoria conspiratória de que, com o crescente aumento populacional, vai faltar comida no mundo e que os chineses, por terem a maior população e pela proximidade econômica que mantêm com o Brasil atualmente, seriam uma ameaça direta ao país. Também defende que a soberania brasileira sobre a Amazônia está ameaçada e que os países estrangeiros intensificam as tentativas de domínio sobre essa região (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

“Em 2025, seremos oito bilhões. A China está se transformando em um país consumista. Vai faltar comida para nós aqui (...).” (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012)

“A China já tomou conta de Angola e está tomando conta do Brasil. É isso que queremos? Uma coisa que gostaria muito de dizer é que o Brasil não tem inteligência estratégica. A China acabou de suspender a lei do filho único, mesmo tendo mais de um bilhão de habitantes. O governo Dilma e, agora o governo Temer, abriram para o mundo a compra de terras agricultáveis no Brasil. Imagine a China vindo com todo o seu povo para cá. (...) A nossa segurança alimentar estará nas mãos dos chineses.” (VEJA, 2017)

“Ouso dizer que hoje em nós não temos mais soberania. Sou brasileiro, sou capitão do Exército, hoje em dia está muito relativizada a nossa soberania sobre a Amazônia.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017)

Assim, identifica-se que Jair Bolsonaro não costuma assumir discursos idealizados de nação nem do povo brasileiro, embora faça, algumas vezes, generalizações nesse sentido. Quando destaca as riquezas naturais e minerais do país, como a Amazônia, o minério de ferro, as minas de potássio e o petróleo, geralmente adota um tom crítico e negativo, porque, a seu ver, elas não são bem cuidadas, exploradas e/ou potencializadas pelo Estado brasileiro. Sua leitura da nação se dá muito mais pela crítica negativa e contundente do que, de fato, pela romantização ou mitificação nacional.

Também não é representativo em Bolsonaro o discurso nativista que apela para o laço sanguíneo ou para o pertencimento territorial. Inclusive, ele tem se mostrado contrário aos direitos de povos como índios e quilombolas, da mesma forma que vê os nordestinos como um grupo diferenciado e contribui para sua estigmatização, ao considera-los “refém dos políticos da seca” (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012) ou excessivamente dependentes de benefícios sociais (THE NEW YORK TIMES, 2016).

Já a estratégia de admitir inimigos é recorrente nesse ator e permeia sua compreensão de nação. Como se verá mais detalhadamente à frente, os inimigos vão variar, porém a prática de atacar grupos é efetiva e comumente agressiva nesse ator, de maneira que ele deixa claro para o cidadão-eleitor qual grupo/indivíduo é desejado e indesejado. Nesse processo, inúmeros recursos são modalizados, inclusive a criação de bodes expiatórios e teorias conspiratórias.

A prática de construir e perseguir inimigos aponta para uma vontade de exclusão/controle, que pode ser mais ou menos radical. Nesse sentido, a lógica sustentada é a de que somente controlando e ordenando os grupos malfeitores, a nação funcionaria da maneira desejada. Esse ‘controle’ pode incluir desde aversão direta à existência do grupo (como acontece com os bandidos, por exemplo) até a limitação de seus direitos e acessos (como ocorre com os negros, na questão das cotas), bem como vigilância ostensiva sobre seus comportamentos e práticas (como se verifica com os LGBTs).

Assim, Bolsonaro formata seu modelo de nação e sociedade, instituindo, de um lado, o ‘bem’ e, de outro, o ‘mal’, que moralmente distintos, coexistem em oposição e guerra. Segundo Colombo, a fabricação de adversários também contribui para forjar a unidade de grupo, reestruturando-lhe a força, a coerência interna e a rigidez das estruturas. “Antes de tudo, é preciso designar o inimigo interior, fabricá-lo, dar-lhe uma figura, uma consistência, para poder derivar sobre ele as tensões crescentes” (2016, p. 50).

O componente moral é tão modalizado na visão de mundo de Bolsonaro que aparece recorrentemente em seus discursos, a embasar os mais diferentes temas e a se misturar nos mais diversos apelos. Os valores são tidos como imprescindíveis, de maneira que a ameaça ao sistema moral significa diretamente a ameaça à nação.

“Uma nação se faz em cima de seus valores” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

“Vocês (a esquerda, os LGBTs) estão desgastando os valores familiares. Daqui a pouco vai virar uma anarquia esse Brasil aí.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017)

A crença no controle/vigilância moral, o apego excessivo à ordem tradicional e o uso recursivo da autoridade/força como formas de resolver conflitos e/ou diferenças são, nesse sentido, sustentáculos ideológicos de sua postura de atacar inimigos e, conseqüentemente, de sua retórica para ‘salvar’ a nação. No entanto, poucos homens poderiam cumprir essa tarefa nacional, somente aqueles excessivamente morais, coerentes e independentes politicamente, quesitos nos quais tenta fixar sua imagem pública.

"(...) o povo é esquecido nesse trabalho político que rola em Brasília. Tem muita coisa errada. Nós temos tudo para ser uma grande nação. Faltam homens que tenham o comprometimento com o país e não com grupos políticos." (VEJA, 2017)

"(...) eu tenho uma linha, desde quando eu cheguei na Câmara, em 1991, que eu mantenho essa linha até hoje. Então, eu não mudei de lado." (THE NEW YORK TIMES, 2016)

Em relação ao militarismo, a teoria indica que essa característica não é constitutiva, embora esteja presente em algumas experiências europeias (MUDDE, 2000). No caso de Bolsonaro, ela assume uma função estruturante, tanto no que diz respeito à defesa e fortalecimento de um exército nacional – para a proteção interna e externa do país –, quanto na formatação de um modelo político-social estritamente ligado às Forças Armadas, que tem, além de capacidade ofensiva/defensiva, valorosa atuação política e competência para gerir, com excelentes serviços prestados à nação.

Com tudo isso, a nação de Bolsonaro tem muitos problemas e inimigos, os quais ele ataca com contundência e propõe solucionar com ideias irrefletidas e métodos autoritários. Assim, o Brasil é retratado a partir de seus problemas de soberania, corrupção, maus governantes e políticas equivocadas. Os elementos verdadeiramente motivadores para a construção dessa nação não viriam de sua realidade material, que deixa a desejar, mas da defesa intransigente de certos valores morais, da autoridade da família, da autoridade do Executivo, do compromisso nacional das Forças Armadas e do alento da religião, que seriam as bases da sociedade desejada.

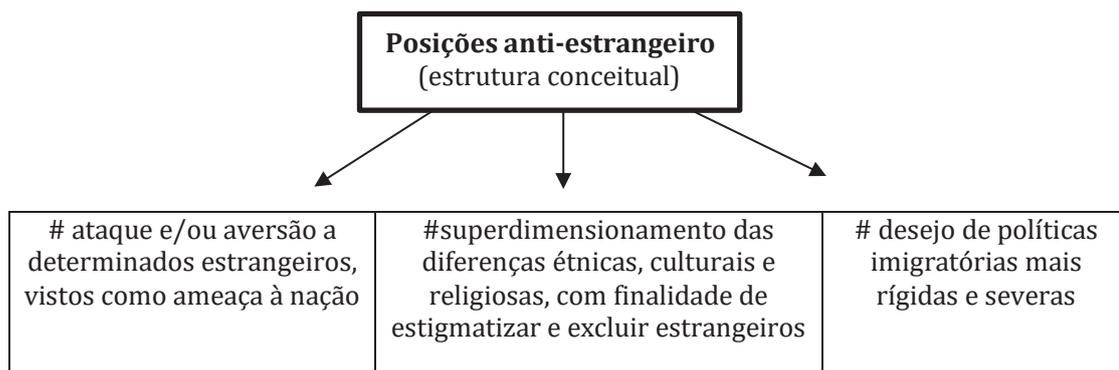
4.2 XENOFOBIA

A xenofobia é um tipo de pensamento/sentimento que considera os estrangeiros como ameaça e/ou risco à unidade, pureza e/ou estabilidade da nação. Os autores da direita radical compreendem que a postura xenófoba está muito vinculada ao nacionalismo, que seria seu principal sustentáculo (MINKENBERG, 1998; MUDDE, 2000).

Pela teoria, essa visão anti-estrangeiro se manifestaria por meio de discursos de radicalização das diferenças culturais, étnicas, religiosas e políticas entre os grupos nativos e não-nativos (MINKENBERG, 2011), de maneira que os não-nativos são construídos como indivíduos ‘despertcentes’, ‘impróprios’, ‘impuros’ e/ou degenerados morais. Essa visão

tem base exclusória, à medida que a presença e/ou estadia de certos estrangeiros é fortemente indesejada e mal vista. Como efeitos do sentimento/pensamento xenófobo estão os apelos a políticas imigratórias mais rígidas – na ocasião do ingresso no país – e mais desburocratizadas – em caso de deportação.

Diagrama 1: Estrutura conceitual Xenofobia



Autoria própria

No quadro abaixo, foram montados os temas de discurso que vão orientar a análise. Essa categoria foi analisada, a partir do Material Empírico Principal.

Quadro 4: Temas/Indicadores Xenofobia

Temas	Mito da nação homogênea	Desconstrução do estrangeiro	Vontade de restrições imigratórias
Indicadores	Crença de que a nação ideal deve ser homogênea e pura	Desconstrução ou estigmatização de certas etnias, povos e culturas	Desejo de leis anti-imigração
	Crença de que os estrangeiros ameaçam a nação pura e homogênea	Tendência de ver as diferenças étnico-culturais como negativas e ameaçadoras	Defesa de ações policiais mais rígidas contra imigrantes
		Estratégia de demarcar, entre as nações, mais as diferenças do que as semelhanças	Defesa de um Estado que apoie, sobretudo, os cidadãos nativos

Autoria própria

A análise mostra que a xenofobia não é frequente no conteúdo discursivo de Jair Bolsonaro, de maneira que só aparece em duas entrevistas, em 13 trechos. No entanto, as opiniões manifestadas são interessantes e merecem ser discutidas. Em seus discursos, os estrangeiros são vistos de forma claramente diferenciada, a depender da nacionalidade e/ou cultura. Enquanto os europeus são geralmente bem aceitos (ou no mínimo, não criticados), os mulçumanos e haitianos são estigmatizados e negativizados. Os primeiros, pelos aspectos cultural e religioso, bem como pela imagem associada aos talibãs; e os segundos, pela condição socioeconômica do país de origem.

Os mulçumanos são diretamente associados ao terrorismo e ao islamismo e considerados como essencialmente perigosos, por isso não seriam bem-vindos no Brasil. Já os haitianos são entendidos em associação direta com a miséria e o caos social de seu país. O Haiti é citado como sujo, miserável, com ‘mulheres se oferecendo para a prostituição’, com ‘lodo’ no lugar de rios, etc (THE NEW YORK TIMES, 2016). Bolsonaro descontrói o país, que afirma ter sido melhor quando esteve sob o comando dos colonizadores franceses.

“Então vou te falar, estive no Haiti há uns oito anos, nove anos. Fui numa operação lá dos militares, eu fui num coquetel lá, patrocinado pelo Exército. Não tinha camarão, não tinha nada lá. Whisky, não tinha nada lá. Era só guaraná, risole e coxinha, mais nada. (...) Quando uma menina começa a se aparecer na sala de aula, depois de uma certa idade, ela vai ser empregada doméstica no Canadá, que fala a língua dela. Isso é o Haiti. Hoje em dia, não tem nada lá. (...) Carvão lá, o galho de carvão lá, é da grossura do dedo mindinho. Lá por exemplo não tem rio, é lodo, tá ok? Eu vi mulher lá se oferecendo lá, o sexo, sem higiene nenhuma (...)” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

O aparecimento dos islâmicos e haitianos como os principais grupos criticados por Bolsonaro em 2016 mostram como as posições discursivas da direita radical podem variar com o passar das décadas, uma vez que, no final dos anos 1980, Pierucci identificou os coreanos como os estrangeiros que mais incomodavam os apoiadores desse espectro (1987, p. 26). Bolsonaro deixa claro que os imigrados do Haiti não são refugiados, porque lá não há guerra, e pontua que não há qualquer controle sanitário sobre eles. Além disso, associa o haitiano com a possibilidade de novas doenças.

“Agora ele (o haitiano) vem pra cá e não toma uma vacina... vai tudo pra São Paulo. Tem uns problemas de saúde aparecendo aqui (no Brasil), coisa nova. Não é discriminar o haitiano.” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

Na sequência das falas sobre o Haiti, Bolsonaro associa a imigração dessa população ao risco de o Brasil se transformar em um “país de miseráveis”. Em um tom emocional,

construído na primeira pessoa do plural, e com apelos nacionalistas, aproveita o mote da entrada dos haitianos no Brasil para criticar o PT (que é uma de suas estratégias recorrentes), marcando posição contra o governo federal e os valores da esquerda.

“Agora não podemos deixar nosso Brasil se transformar em um paraíso de miseráveis, que é o que a esquerda vem fazendo. Igualdade na miséria. Igualdade só existe em duas situações: na miséria e no cemitério, pode escolher. O PT já tá te dando aqui a miséria. O cemitério é questão de pouco tempo depois. Não queremos isso, o país mais rico do mundo. Podemos ser, campeões em turismo, áreas agricultáveis.” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

Em relação aos demais estrangeiros, Bolsonaro diz que eles vêm suprir mão de obra especializada, que no Brasil não tem (ÉPOCA, 2011). Em 2011, afirma defender o controle migratório, como tem feito a Europa (ibid), porém não explica de forma clara nem detalhada como isso poderia ser feito. Anos mais tarde, em 2016, mantém a posição de que é fundamental um rígido controle do Estado sobre os refugiados, porém afirma que não é contra a vinda deles para o Brasil, desde que se saiba quem são, uma vez que não podem ser terroristas, bandidos condenados nem indivíduos que queiram impor sua cultura (THE NEW YORK TIMES, 2016).

“Sírios, senegaleses, haitianos, desde que sejam refugiados e com rígido controle, inclusive sanitário, o que não é feito aqui, podemos aceitar, sem problema nenhum. Sírios, libaneses, até mesmo de Israel, do lado ali, palestinos... sem problemas. Agora gente do Hamas não dá, do Estado Islâmico não dá. Tá ok? Ou que tenha a vida pregressa de crimes em seu país. E outra, que venha pra cá pra querer impor a sua cultura, também não.” (THE NEW YORK TIMES, 2016).

Ele criticou a chanceler alemã Angela Merkel por ter aberto a Alemanha “indiscriminadamente aos refugiados” (THE NEW YORK TIMES, 2016). Atacou o PT por ter dado asilo político ao ex-militante de esquerda Césare Battisti, a quem se refere como ‘condenado por matar quatro inocentes na Itália’. “Não dá para aceitar isso” (ibid., 2016).

Assim, se percebe que o caso brasileiro não adota a xenofobia como um discurso e/ou sentimento recorrente e estruturante, como a literatura indica ocorrer nos casos europeus. No entanto, há em Jair Bolsonaro manifestação de:

- a) preocupação e crítica em relação à ausência ou ineficiência de controle migratório por parte do Estado brasileiro – nos quesitos sanitário e de saúde, por exemplo;

- b) alarmismo em relação ao empobrecimento do país – a partir da chegada de imigrantes de países ainda menos desenvolvidos, que poderiam ameaçar o Brasil em suas riquezas – como os haitianos, por exemplo;
- c) tendência de ver mais os aspectos dessemelhantes do que os semelhantes entre os países – sobretudo quando o país é economicamente mais subdesenvolvido do que o Brasil (tendência também de desqualificação desse país, como acontece com o Haiti, por exemplo);
- d) tendência de compreender determinadas diferenças culturais e religiosas como algo negativo e ameaçador, que devem ser evitadas – quando afirma que os imigrantes não podem ser terroristas nem impor seus costumes no Brasil.

Então, os tipos demarcados que não seriam bem-vindos no Brasil são: terroristas (integrantes do Estado Islâmico), mulçumanos radicais, bandidos condenados e imigrantes miseráveis, oriundos de países muito pobres.

Quadro 5: Achados Xenofobia

Temas	Mito da nação homogênea	Desconstrução do estrangeiro	Restrições imigratórias
Achados	Não representativo	Parcialmente representativo	Parcialmente representativo

Fonte: Resultados da pesquisa/autoria própria

Com isso, identifica-se que Bolsonaro não foca sua atuação política no combate e/ou ataque à imigração, embora tenha opiniões manifestadas sobre o tema. Também não assume discursos puristas nem nativistas sobre o Brasil, ainda que de vez em quando recorra a apelos nacionalistas e de exaltação das riquezas do país para reforçar suas opiniões e enfatizar as restrições e os interditos que integram seu modelo de nação.

É verdade que, no Brasil, a agenda imigratória não ocupa uma posição de destaque e visibilidade na opinião pública, como acontece em muitos países da Europa, Estados Unidos e Canadá, que a temática está no centro da pauta e do debate. Embora o estrangeiro não seja um inimigo nacional no Brasil, já se percebe em Bolsonaro alguma afinidade ou alinhamento com o discurso xenófobo europeu, mesmo que seja um mero apoio e não uma de suas bases políticas centrais.

4.3 RACISMO

Muitos autores europeus têm defendido que, atualmente, o discurso racista não se fundamentaria mais na hierarquização da raça (MINKENBERG, 2011), como ocorrera no nazismo, mas na inferiorização e/ou negativização de certas culturas: na língua, religião, tradições e costumes de determinados povos/grupos (WIEVIORKA, 2009). Assim, de acordo com essa perspectiva, o racismo típico do pós-globalização (neoracismo) se manifestaria como aversão e/ou medo do que a diferença cultural de certos grupos traria e/ou importaria para as identidades do grupo dominante e/ou à homogeneidade nacional (WIEWORKA, 1998, p. 43). Dito de outro modo, o racismo culturalista defenderia a ideia de que certo ‘estoque cultural’ causa e legitima desigualdade entre indivíduos e nações (SOUZA, 2015, p. 47).

Apesar de ser uma interpretação importante e de grande ressonância no fim do século XX, este trabalho não acredita que houve superação completa das práticas de hierarquização racial ou do preconceito diretamente relacionado à cor, ainda que reconheça ter havido, em muitos países, inclusive no Brasil, um aumento da pressão social contra o discurso abertamente racista. Por isso, manteve o racismo de cor como indicador na análise.

O trabalho também quis dialogar com Pierucci¹³¹, que propôs um refinamento ao conceito de racismo. Para esse autor, a prática racista não é tão somente a rejeição e/ou incapacidade de aceitar e conviver com o outro, com o diferente, com o não-semelhante ou com o não-idêntico, mas a “celebração da certeza das diferenças” para, a partir disso, prescrever a urgência de manter ou proclamar distâncias (1980, p. 12). A seu ver, o racista tem obsessão pela diferença, seja ela constatável ou suposta, imaginada ou atribuída, de maneira que oscila o tempo todo entre a celebração da diferença e a repulsa aos diferentes,

¹³¹ Pierucci é importante para a formação desse quadro teórico, porque realizou pelo menos dois importantes trabalhos acerca do conservadorismo radical no Brasil, no fim do século XX, coletando e analisando opiniões relacionadas a esse espectro.

entre a existência efetiva das diferenças e a recusa (que pode ser agressiva ou violenta) em conviver com elas (ibid, p. 13).

Assim, para contemplar os diferentes vieses apresentados aqui, foram adotados como pontos de análise tanto a questão racial quanto a questão cultural, tanto a questão da demarcação da diferença quanto da exclusão dos diferentes. Na investigação empírica, foram levados em conta os dados contidos no Material Empírico Principal.

Quadro 6: Temas/Indicadores Racismo

Temas	Racismo de cor	Racismo cultural
Indicadores	Crença de que existem raças superiores e raças inferiores	Crença de que a diferença cultural entre as raças representa riscos à nação
	Demarcação da diferença entre as raças, com vontade de repulsa ou exclusão	Demarcação da diferença entre culturas, com vontade de repulsa ou exclusão de seus povos ou costumes
	Contra o acesso de determinados grupos raciais a políticas e benefícios	Contra o acesso de determinados grupos culturais a políticas e benefícios

Autoria própria

No conjunto de discursos de Bolsonaro, a temática racial aparece 25 vezes em oito entrevistas (44% do total). As falas tratam de três questões principais:

- 1) Posição contrária às cotas para negros – que ocupa 44%¹³² dos conteúdos;
- 2) A versão de Bolsonaro sobre o incidente com a artista Preta Gil, em 2011, que o processou por racismo e homofobia, após ele declarar no programa CQC (TV Band) que os filhos não se casariam com uma negra, porque foram bem educados¹³³ – com 32%;
- 3) Contra a demarcação de terras para povos indígenas e benefícios para quilombolas, que correspondem a 16%.

¹³² Percentual calculado a partir do total de citações/aparições identificadas, ou seja, 25. De maneira que 44% correspondem a 11 aparições.

¹³³ Transcrito, o trecho que resultou no processo: Preta Gil pergunta: “Se o seu filho se apaixonasse por uma negra, o que você faria?”. Bolsonaro respondeu: “Ô Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados e não viveram em um ambiente como, lamentavelmente, é o seu.”

Quadro 7: Achados Racismo

Temas	Racismo de cor	Racismo cultural
Achados	Parcialmente representativo	Parcialmente representativo

Fonte: autoria própria

Bolsonaro se declara totalmente contrário à política de cotas raciais implantada nos anos 2000. Ele apoia sua justificativa no discurso de que ‘todos são iguais perante a lei’, de modo que os negros não merecem ‘tratamento’ ou políticas diferenciadas apenas por serem negros. Também não os reconhece como minorias que precisam ser protegidas e/ou fortalecidas por ações ou políticas específicas.

“Entrevistador: As minorias não devem ser protegidas pela Constituição? Você não acha que eles devem ser protegidos?

Bolsonaro: Não, negativo. A minoria que eu entendo ali é um deficiente físico, é o índio... está ali, tudo bem. Agora quando fala em cota racial, você fala em negro. O que é que o negro tem de inferior a mim?” (PROGRAMA DO RATINHO, 2014)

“(...) todos nós somos iguais perante a lei. Eu não entraria em um avião pilotado por um cotista nem aceitaria ser operado por um médico cotista” (CQC, 2011).

“(...) nós temos de partir do princípio de que todos nós somos iguais perante a lei. Não podemos criar privilégios, porque dois porteiros, por exemplo, um cearense e um negro... o filho do cearense tira oito e não entra na faculdade, o filho do negro tira meia dúzia e entra. Ambos não são sofridos também?” (RATINHO, 2014)

O significado pejorativo atribuído ao termo cotista, ao dizer que “não aceitaria ser operado por um médico cotista” (CQC, 2011), é a maneira pela qual o ator tenta desacreditar a política e desqualificar os beneficiários. A sustentação do argumento exclusivamente no aspecto legal – “iguais perante a lei” – é a estratégia utilizada para modalizar a cota como um privilégio ou injustiça, inclusive com os brancos pobres e nordestinos. A partir daí, ele constrói o discurso alarmista de que o sistema de cotas é divisionista e reflete a “política do ódio”, priorizando, injustamente, o ‘afrodescendente’ e prejudicando os demais.

“(…) entre um filho afrodescendente e um filho da Paraíba, porque um filho afrodescendente tira uma nota menor e vai pra faculdade e o do paraibano, que é sofrido também, que ele e o pai virou (viraram) laje pra fazer prédio aqui, não vai pra faculdade, e o do afrodescendente vai? É a política do ódio, da luta de classes. Lênin explica isso. Branco contra negro, homo contra hétero, homem contra mulher, é comum no Brasil.” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

O que chama a atenção é que seus discursos ignoram ou distorcem toda a discussão social, política e histórica que guiaram ou que justificaram a implementação do sistema de cotas raciais no Brasil, inclusive um de seus principais objetivos, que era aumentar o acesso de negros e negras no ensino superior público e no serviço público. Está evidente nas falas de Bolsonaro a ausência de qualquer problematização em relação à questão racial no país. Prova disso é que, quando perguntado sobre o que acha da mistura de raças no Brasil, responde:

“Sem problemas. Aqui é um paraíso. Por isso é que eu sou contra as cotas. Você tá me vendo aqui, branco dos olhos azuis, é justo a minha filha ser cotista? É justo? (...) Aqui tem conta pra afrodescendente, eu não sou afrodescendente, eu não sou. É justo minha filha ser cotista? (faz essa pergunta, relacionando a filha ao avô, o qual afirma ser negro).” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

Assim, fica perceptível em seus enunciados a repetição de uma ideia que vem estruturando o pensamento social brasileiro por séculos: a de que as diferentes raças convivem harmônica e pacificamente no país. Como lembra Almeida, boa parte do pensamento social sobre o Brasil ancora-se na ideia de cordialidade, mesmo com sua violência, ainda que não explícita (2017, p. 25).

Diferentemente dos achados de Pierucci, no final dos anos 1980, quando ele detectou que os conservadores radicais tendiam a demarcar diretamente que o ‘negro é diferente do branco’ (1990, p. 12), Bolsonaro segue a estratégia discursiva de igualá-los. Ao admitir o princípio de que negros e brancos são iguais, ele desarma a força e a celebração das diferenças que Pierucci tanto anuncia e considera estrutural no pensamento racista brasileiro do fim do século XX (ibid., p. 14). Isso leva a pensar que as retóricas em torno do racismo são variantes, admitindo contornos múltiplos e argumentos multifacetados.

Mesmo o discurso de Bolsonaro apresentando divergência com a tese de Pierucci, no que se refere à estratégia argumentativa, no fim, os significados parecem caminhar para os mesmos objetivos: construir distâncias entre as raças para evitar empoderamento político e conquista de direitos. Assim, o ator não assume o discurso da diferença, mas escolhe a ideia de privilégio para consumir e ancorar seu incômodo e repulsão com as cotas. Além disso, o

fato de alegar que negros e brancos são iguais não os fazem iguais. Como lembra Arendt, a igualdade não é natural e os indivíduos só se tornariam iguais a partir da força da decisão de se garantir direitos reciprocamente iguais (2012, p. 410).

Em relação à entrevista ao CQC, que rendeu a polêmica com Preta Gil, esse ator adota o argumento de que foi vítima de má fé por parte do programa, que teria mudado, na edição, a pergunta original de gay para negra, induzindo-o ao erro. Ao se defender, ataca o apresentador do CQC à época, Marcelo Tas, Preta Gil e jornalistas que repercutiram o fato e o teriam acusado de racista. Após o processo ter sido arquivado pelo STF, Bolsonaro tentou criar um fato político em torno de sua ‘inocência’, construindo-se como uma vítima de injustiça, porém a estratégia pareceu não interessar a mídia, que não endossou nem repercutiu tal imagem.

“Por que nenhum jornal deu uma linha quando foi arquivado meu processo no caso Preta Gil? (...) Eu fui massacrado pela mídia por alguns meses no episódio Preta Gil. Em especial, Luciano Huck, Ricardo Boechat, da BandNews, era todo dia paulada em mim: “racista e homofóbico”. Isso dói. pesa.” (MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2015)

Bolsonaro também é contrário à demarcação de terras para os povos indígenas. Em seus discursos, quer passar a ideia de que as demarcações inutilizam áreas enormes, que poderiam ser agricultáveis ou profissionalmente cultivadas, gerando riquezas para o país. Julga como absurdo o fato de a Amazônia, a área mais rica do mundo, estar sob o controle dos índios. Em suas falas, o elemento de disputa é a terra. Sua preocupação central ou motivo de interesse é com o valor material da terra e não, necessariamente, com a discussão social, política e histórica em torno dos grupos que a ocupam. Pela força que a terra representa na perspectiva capitalista, Bolsonaro vê as comunidades primitivas como aquelas que impedem o solo de gerar/virar riqueza e lucros. A demarcação é vista como uma política antinacional, antidesenvolvimentista e improdutiva.

Percebe-se, assim, a intenção em desconstruir negros e quilombolas, para, a partir disso, excluí-los de possíveis acessos e direitos, principalmente o direito à terra. Contra os índios, são mobilizados os significados de desproporcionalidade – ‘são poucos numericamente para muita terra’ – e improdutividade – ‘terras excelentes, valorizadas, que foram demarcadas e estão ociosas’.

Em relação aos quilombolas, o referente ‘improdutividade’ ganha força, à medida que a imagem dessa população é vinculada à preguiça e ao ócio absoluto. Assim, diferentemente da estratégia que utiliza na retórica das cotas, ao igualar negros e brancos, com índios e

quilombolas ele evidencia a diferença, não no plano da existência, mas na esfera comportamental, criticando seus hábitos e seus modos de ser/viver.

"Reservas indígenas, um crime o que acontece no nosso país, essa demarcação de terra indígena." (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012)

"(A Amazônia) É a área mais rica do mundo, não é à toa que está quase totalmente demarcada como terra indígena. Você vê uma criança com catapora, é a nossa Amazônia. Cada ponto ali é uma reserva indígena. (...) uma área do tamanho do Rio de Janeiro, enorme estado, multiplica por dois: reserva ianomâmi, nove mil índios." (THE NEW YORK TIMES, 2016)

Em sua teoria conspiratória, são os países ricos, sobretudo os Estados Unidos, quem estão por trás das demarcações de terras indígenas no Brasil.

"Que poder que o índio Yanomami tem para conseguir terra que esses canalhas do MST não têm? Esses bandidos e canalhas do MST não têm! Está na cara que é pressão externa! Quem começou isso aí? Collor de Mello viajando pelos Estados Unidos quando foi eleito. Quando voltou pra cá, trocou o ministro da Justiça e esse ministro da Justiça assinou a portaria para demarcar. Depois da viagem para os Estados Unidos... (...) E o brasileiro ainda bate palmas. O povo, que falta ter uma visão de política estratégica." (THE NEW YORK TIMES, 2016)

Bolsonaro afirma nas entrevistas que não é racista e que não tem nenhum problema com os negros. "Sou chamado de racista e tenho um sogro quase "negão". Isso me dói." (ÉPOCA, 2013). Afirma-se como vítima de uma injustiça, alegando que tem negros na família, baseando-se na ideia equivocada de que o não-racismo seria um comportamento automático, ou seja, só por ter negros na família, já não se seria racista.

Evidentemente que no Brasil é raríssimo alguém se declarar publicamente racista. O racismo normalmente aparece de forma velada e indireta, muitas vezes complexa, misturado a outros temas e valores. Assim, conclui-se que, no caso de Bolsonaro, o signo do privilégio tem um papel importantíssimo como o ponto central onde é materializada, apoiada e disfarçada sua intenção de construir distâncias entre brancos e não-brancos, a partir da ideia de que esses grupos não merecem as políticas que foram implantadas a favor deles. Assim, o signo do privilégio é sustentado pela perspectiva do não-merecimento e, mais a fundo, da meritocracia, ideia muito forte e recorrente nas ideologias da direita.

Uma vez modalizado como imoral, o privilégio se transfigura em injustiça, forças que moveriam o ator a combater as políticas voltadas para esses grupos. O esforço discursivo de Bolsonaro é, a partir desses signos, inverter a lógica das políticas compensatórias e emancipatórias. Faz isso com os negros cotistas, ao entender a cota como uma desvirtuação

da condição de igualdade entre os indivíduos. Faz isso com os quilombolas e como os índios, que são representados, pejorativamente, como preguiçosos e ociosos, que mesmo sobre valiosas e estratégicas quantidades de terra, não produzem e impedem que imensas áreas sejam revertidas em riquezas para a nação. Em ambos os casos, o Estado também é criticado por promover ou permitir esses ‘privilégios’.

4.4 ESTADO FORTE

De forma geral, a teoria do radicalismo de direita aponta que o ‘Estado Forte’ está diretamente relacionado à supervalorização da ordem e à instituição de rígidas práticas de controle/vigilância social e moral. É um modelo fortemente autoritário e repressivo, baseado em um sistema penal rigoroso e punitivo, que tende a superempoderar as forças policiais e repressoras, a partir do discurso de supervalorização da ordem e do controle social.

A partir dessas ideias fundamentais, foi montado o quadro teórico-metodológico que referencia a análise, centrada em quatro macrotemas e seus respectivos indicadores, indicados no quadro abaixo. A investigação empírica também foi feita com base no Material Empírico Principal.

Quadro 8: Temas/Indicadores Estado Forte

Temas	LEGAL/PENAL	ANTI-DIREITOS HUMANOS	PORTE DE ARMA	DEFESA POLICIAL
Indicadores	Crítica às leis e/ou sistema penal brasileiro	Demonização da política de direitos humanos	Crítica ao estatuto do desarmamento	Defesa de maior contingente de policiais
	Defesa da pena de morte e/ou prisão perpétua	Defesa da tortura	Defesa do porte de arma de fogo	Mais autonomia e poder às forças policiais
	Defesa da redução da maioria penal	Discursos de vingança contra bandidos	Crença de que o cidadão de bem precisa se defender	Minimização dos abusos e/ou crimes policiais
	Forte crítica à impunidade	Crença de que bandidos são irre recuperáveis	Porte de arma de fogo como um direito do cidadão	Crença no heroísmo policial

Fonte: A autoria própria

A partir da análise empírica, identificou-se que a categoria Estado forte assume posição de destaque no conteúdo discursivo de Jair Bolsonaro, figurando entre um de seus temas mais abordados e uma de suas bases ideológicas principais. A temática da violência urbana é tão frequente nesse autor que aparece em 84,2% das entrevistas.

Quadro 9: Achados Estado Forte

Temas	LEGAL/PENAL	ANTI-DIREITOS HUMANOS	PORTE DE ARMA	DEFESA POLICIAL
Achados	Muito representativo	Muito representativo	Muito representativo	Muito representativo

Fonte: autoria própria

O tema ‘Legal/Penal’, que corresponde ao apelo por um sistema de leis mais punitivo e restritivo, é o que tem maior frequência e recorrência. Aparece 55 vezes, em 68,4% das entrevistas. A defesa da redução da maioria penal é o indicador mais falado, presente em 49% das entrevistas e seguido de forte posição de demonização do menor infrator.

“Você pode ver, falam que um garoto com 16 anos de idade não tem ainda aquela maturidade suficiente. Você já viu alguém de 16, 17 anos, na sua comunidade, na sua favela, cometer um estupro, um roubo, um assassinato, um furto? Não, porque lá tem pena de morte para ele, lá ele sabe que o bicho vai pegar. Agora nós, otários, que moramos em asfalto, defendemos esses vagabundos que vêm dessas comunidades (...).” (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012).

“Quando se fala em menor vagabundo, você tem que ter uma política para aprisionar esses caras, buscar a redução da maioria penal e não defender esses marginais, como se fossem excluídos da sociedade. Não são excluídos, são vagabundos.” (PROGRAMA DO RATINHO, 2014)

“A minha proposta era passar para 14 (anos – a idade penal), mas eu não teria sucesso, então sou radicalmente favorável à redução pura, ou seja, para qualquer crime. O ser humano só respeita o que ele teme. Esses menorzões aí, como não temem nada, não respeitam ninguém. Estupram, sequestram, matam, tocam fogo, furam ciclistas lá, no Rio de Janeiro, barbarizaram. O lugar deles é na cadeia.” (MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2015)

Já a implantação e/ou defesa da pena de morte e da prisão perpétua, presente em mais de um terço das entrevistas (36,8%), é justificada por meio de discursos do tipo: ‘quem

morre não volta para matar mais ninguém’, ‘os bandidos são, na maioria dos casos, irrecuperáveis’ e ‘essas penas diminuiriam a população carcerária’.

“(Sou a favor da pena de morte) até para diminuir a população carcerária, em uma grande parte, esses marginais não têm recuperação. E quem é do contra, porque não pega um desses estupradores que sai da cadeia todo dia e leva para dirigir o carro da tua esposa. Porque não faz isso?” (PROGRAMA DO RATINHO, 2014)

O que se pressupõe, correlacionando esse achado específico com trabalhos anteriores, é que, ao longo do tempo, os apoios e adesões às penas capitais no Brasil foram crescendo, inclusive entre os apoiadores da direita radical, sendo maior e mais frequente nas metrópoles. A defesa dessas penas não aparecia tão fortemente nos discursos do final dos anos 1980 (PIERUCCI, 1987, p. 42). Pierucci atribui como causa dessa baixa aparição, na época, à força da religião e à tentativa de adesão a uma ética da fraternidade, uma vez que grande parte dos apoiadores dessa ideologia se dizia católica e temente a Deus (ibid).

A crítica às leis brasileiras e/ou propostas de legislações mais rigorosas são citadas em 32,7% das entrevistas. Entre as proposições legais mais sugeridas por Bolsonaro estão a castração química para estupradores como medida de redução penal, o agravamento da pena para estupradores e o trabalho forçado para presidiários. Vale destacar que o estupro figura entre os crimes que mais parece incomodar esse autor, seguido do tráfico de drogas e da invasão domiciliar. Com frequência, ele cita esses tipos de violência em seus exemplos e nos apelos por penas mais duras, reforçando os significados de ‘família destruída’, ‘lar invadido’, ‘violação da mulher e dos filhos’, etc.

Além disso, ele sugere, como solução à criminalidade, a implantação do modelo legal/penal estadunidense, no qual cada estado tem sua própria Constituição. A seu ver, se cada Estado fizesse suas próprias leis, isso criaria uma ‘competição saudável’ entre os espaços federativos, o que melhoraria e endureceria o sistema penal brasileiro (THE NEW YORK TIMES, 2016).

“A violência impera no nosso país, não há porque você matar alguém e ter medo. Ter medo por quê? Se não tem lei aqui. Vai você fazer isso nos Estados Unidos...” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

“Eu tenho projetos em Brasília para agravar pena para estupradores, inclusive já que existe a desgraça da progressão aqui no Brasil, eu defendo o que? Que o elemento só possa ter progressão caso se submeta voluntariamente a castração química, porque ele fica dois, três anos na cadeia, sai fora, vai estuprar de novo” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

“No Brasil, não vai haver pena de morte, prisão perpétua e, acredite, (nem) trabalho forçado. O vagabundo nem trabalha. Fica lá na prisão de papo para o ar, (tem) visita íntima nos fins de semana.” (JORNAL THE NEW YORK TIMES, 2016).

Essa ideia de conceder autonomia aos estados para definir seu próprio sistema legal/penal já circulava entre a direita radical brasileira, no final dos anos 1980, porém o objetivo principal, à época, era combater a presença, segregação e expulsão dos migrantes nordestinos, acusados de serem os responsáveis pelo aumento da criminalidade em São Paulo (PIERUCCI, 1987, p. 31).

A respeito do tema ‘Direitos Humanos’, é necessário frisar que existem pelo menos dois tipos de defesa da tortura no ator Jair Bolsonaro: aquela relacionada à violência urbana (aos chamados ‘crimes comuns’) e aquela relacionada à ditadura militar de 1964 (à repressão a militantes políticos). Como elas têm funções, argumentos, contextos e relações diferentes, o trabalho decidiu analisá-las em separado. Assim, nesse tópico, foram considerados apenas os dizeres relacionados à violência urbana.

Nos dados, identificou-se discursos ofensivos e/ou contrários aos direitos humanos em 57,8% das entrevistas. As principais linhas de argumento assumidas são: ‘os direitos humanos favorecem os bandidos e/ou bandidos não deveriam ter direitos humanos’; ‘é preciso “métodos enérgicos” [tortura] para lidar com os bandidos’; e ‘certas informações, o bandido têm que dizer’.

“Tem que mudar a política de direitos humanos. Os direitos humanos são para humanos direitos e não para vagabundo e marginais que vivem nas costas do governo.” (PROGRAMA DO RATINHO, 2014).

“Bolsonaro: (...) Então o quê que acontece, uma vez ele sendo detido (um traficante), eu acho que ele tem que falar, onde pegou e aonde ia levar (a droga).

Entrevistador: Doa...

Bolsonaro: Doa a quem doar...

Entrevistador: Doa onde doar?

Bolsonaro: A opção de um método ortodoxo para ele poder falar é dele, não é minha, é dele. Caso contrário, famílias continuam sendo destruídas, o combate ao narcotráfico, no meu entender, continua improdutivo.” (PROGRAMA DO JÔ, 2005)

Os direitos humanos são, na visão de Pierucci, aquilo que realmente enfurece e inflama os indivíduos de direita radical (1987, p. 27-28). O tema, que vem associado à ideia de mordomia para presos ou de favorecimento do banditismo, não é novo no Brasil e costuma vir acompanhado de um fortíssimo discurso de desprezo pelo bandido. Esse tipo de enunciado é construído a partir de uma comparação mal intencionada entre o ‘coitado’ do

cidadão de bem, que trabalha e cuida da família, e o ‘sanguinário’ do bandido, que é assassino, estuprador, violento, mau caráter, etc.

Esses discursos estão muito relacionados a um desejo de vingança ou revanche contra o criminoso, que se justificaria ou ganharia ênfase a partir da visão polarizada de sociedade, de que existe o lado bom e o lado mau, que, imisturáveis, produzem dois modelos de sujeitos distintos e inimigos: a vítima e o algoz. Assim, o sentimento revanchista ganha escopo e produz efeitos de hostilidade e intolerância social, que demarcaria ainda mais a divisão e a rivalidade entre os lados imaginados.

Em Bolsonaro, o desejo de vingança aparece de forma nítida, principalmente quando ele exalta e comemora a situação precária dos presídios brasileiros, defendendo o clichê radical de que ‘quanto menos direitos humanos, melhor’.

“(Complexo Penitenciário de) Pedrinhas é o melhor presídio do Brasil. Se quiser desligar o telefone, pode desligar. Você quando comete um crime tem que pagar por ele. Não é para ir a um spa, para ter um retiro com cinco refeições por dia, médico, dentista, com biblioteca... Não! Ele tem que ir para o presídio para pagar pelo seu crime.” (EL PAÍS, 2014)

Em relação à tortura, Bolsonaro chegou a fazer defesas explícitas, mas na maioria das vezes tenta evitar o termo, adotando expressões indiretas e camufladas como “tratamento enérgico” ou “métodos enérgicos”, embora não explique exatamente o que isso significa. Na entrevista ao The New York Times (2016), sugeriu que “método enérgico” era controlar a alimentação, bebida e cela do preso, a força-lo a falar. Assim, mesmo que ele tente disfarçar e recorrer a outros termos, aparentemente mais indiretos, o sentido atribuído e o objetivo esperado parecem ser os mesmos da tortura: usar determinado tipo de recurso autoritário, forçoso e violento (física ou simbolicamente) que obrigue o ‘bandido’ a dar a resposta/reação desejada. Os meios de submissão podem variar, entre agressão, fome, constrangimento ou humilhação, o importante é que o processo seja totalmente controlado pela polícia e que submeta o preso aos fins esperados.

Em suas falas, ele não faz referência ao sujeito torturador, que fica implícito, embora facilmente identificável. Assim, constrói as frases sem dizer que é o Estado, por meio das forças policiais, quem vai torturar, mas faz questão de explicitar as figuras que devem ser torturadas: sequestradores e traficantes de drogas, por exemplo. Essa ênfase no torturado reforça tanto sua vontade/intenção de demarcar grupos indesejados, quanto de justificar a tortura como uma necessidade, a partir da demonização desses sujeitos sociais, construindo

significações como: ‘eles merecem’, ‘ao aderir ao crime, eles fazem por onde ser torturados’ e ‘torturados estamos nós, como reféns de bandidos’.

“Mas eu sou favorável à tortura, pra não ter dúvida, eu sou favorável à tortura (...). Você pega um cara com 500 quilos de cocaína nas costas, como pegamos o irmão de Jades Rabelo (deputado federal à época), diz pra ele: você tem o direito de ficar calado, constituir advogado e etc. Enquanto isso, fica eu sendo torturado sem saber se alguém está tentando aliciar o meu filho para o consumo de drogas na escola. Ficamos nós sendo torturados, enquanto os marginais acobertados.” (CÂMERA ABERTA, 1999)

“Pegaram um irmão de um deputado federal em São Paulo, com 500 quilos de cocaína em um caminhão. (...) Esse cara tem que falar. ‘Amigo, fica aqui, chegou a hora do almoço, tá com fome? Eu quero saber de onde veio essa droga?’ Não tem almoço, isso é tortura? Quantas famílias esses caras levam à miséria? Que passam fome por causa das drogas? Crianças são executadas que servem como aviãozinho e depois não repassam o dinheiro e são executadas. Torturados estamos sendo nós, pessoas de bem. Deixa o cara sem almoço ali, não tem janta, dá só um biscoitinho pra ele. Não precisa torturar o cara, ele vai contar.” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

O justicamento com as próprias mãos merece ser pontuado não necessariamente pela frequência, mas, sobretudo, pela força com que aparece, ilustrando o pensamento revanchista e de vingança que o ator manifesta.

“(...) defendi a justiça com as próprias mãos. Eu faria a mesma coisa e tenho certeza que mais de 90% das pessoas também fariam. Tivemos um caso de um pediatra russo naturalizado brasileiro que jogou umas fitas-cassete no lixo e um funcionário da limpeza pública levou para casa. Nas fitas, ele aparecia abusando sexualmente de garotos de 11, 12 anos. Imagina se eu pago para o meu filho ir a um pediatra de renome e, de repente, vejo um cara introduzindo seu pênis no ânus do meu filho... Eu só descansaria quando esse cara morresse e com requintes de crueldade. (...) ia dar um jeito de sequestrar esse cara e passar uns três dias com ele. Aí, sim, arrancar as unhas, arrancar os dentes, transformar esse cara em um verme. Um ato como o que ele fez, um animal não faz com outro, porra!” (PLAYBOY, 2011)

“(Manifestantes) Foram fazer um escracho na minha casa e ameaçaram entrar. Eu falei: “Se entrarem, não sairão”. Agora o Ministério Público quer saber o que é “não sairão”. É atirar neles. Não, “não sairão” é dar cafezinho, água gelada. Tenho três armas e muito cartucho. Ia embalar e dar balinha para chupar. Entra na minha casa, estupra minha mulher, fode a minha filha e eu tenho que bater palmas para liberdade de expressão? Por isso que essa porra desse país está nessa merda aí.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

O tema do porte de arma de fogo gira em torno, principalmente, dos argumentos: ‘o bandido está armado, enquanto o governo desarmou o cidadão de bem’ (em referência ao Estatuto do Desarmamento, em vigor desde outubro de 2003, e o qual Bolsonaro é totalmente contrário) e ‘o cidadão de bem precisa se armar para se proteger dos bandidos’. O porte de arma é defendido não apenas como um direito do cidadão, mas como uma

necessidade, visto que ele precisa proteger a si e a sua família da violência que o Estado não consegue combater.

Com isso, assume uma defesa do ‘cidadão de bem’ – seu modelo de indivíduo moral e ideal –, e, ao mesmo tempo, faz uma crítica contundente ao governo federal, que, diretamente, aprovou o Estatuto do Desarmamento e, indiretamente, é incapaz de proteger a sociedade. A exploração do discurso de impotência frente à violência reforça o sentimento já compartilhado pelo senso comum de que o ‘cidadão vive em risco iminente’. Além disso, há a tentativa perigosa de insuflar o cidadão contra a lei, ao colocar a legislação como adversária à vida.

“Eu até disse na época da discussão sobre o desarmamento que, se o governo desarmasse a população, eu teria uma arma na minha casa, uma arma fria. Teria, sim, porque a minha vida vale mais do que uma letra em um papel. (...) Estou me lixando para a lei (do desarmamento). Se alguém chegar na minha casa e estuprar minha família, roubar, barbarizar, vou me defender com o quê? Com a frigideira? Vou esperar o bandido com a frigideira atrás da porta? Minha vida está acima da lei.” (PLAYBOY, 2011)

Sobre o tema ‘Defesa dos policiais’, esse ator concentra seus argumentos nas ideias de que há uma guerra nas ruas e que os policiais, pela situação de violência a que estão expostos, precisam ser fortalecidos pelo Estado e valorizados pela sociedade. Na visão de Bolsonaro, os policiais são os defensores dos ‘cidadãos de bem’ e integram o lado honrado e bom da sociedade, contra o mundo cruel e maléfico do crime e da marginalidade.

Ele explora a representação heroica de que os policiais arriscam suas vidas na luta contra os bandidos, de maneira que quaisquer excessos e inocentes mortos seriam resultado da guerra nas ruas. Com isso, Bolsonaro constrói representações generalizantes tanto sobre a força policial quanto sobre os criminosos, compreendendo a ambos como blocos unidos, a partir de quadros morais opostos. Esse tipo de leitura generalizante impede a compreensão dos grupos em suas variadas dimensões, assimetrias, formatos e contradições. Além disso, contribui para a formação de um imaginário social absurdamente desigual, que demoniza um grupo e superempodera o outro, a partir da exacerbação da violência de uns – dos criminosos – e da naturalização da violência de outros – dos policiais.

“Você não combate violência com amor. Combate com porrada, pô. Se bandido tem pistola, [policiais, forças armadas] têm que ter fuzil.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017)

“Eu fico chateado muitas vezes, quando vejo aí, ah, o policial militar... por exemplo, (pessoas) achando que o policial militar não pode ir armado para casa, que a arma dele tem que ser não letal. E o vagabundo está com um fuzil.” (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012)

Tabela 8: Frequência/Ocorrência Estado Forte

Temas	LEIS/PENAS MAIS RÍGIDAS	ANTI-DIREITOS HUMANOS	PORTE DE ARMAS	DEFESA POLICIAL
Frequência* (%)	68,4%	57,8%	36,8%	26,3%
Ocorrência** (vezes)	55	37	20	8

Fonte: Resultados da pesquisa

* Frequência: percentual de entrevistas em que tema aparece (total de 19 entrevistas).

** Ocorrência: Quantitativo de vezes/trechos que o tema aparece no conjunto de conteúdos (considerando que o tema pode aparecer várias vezes em uma mesma entrevista)

A figura do criminoso é modalizada como um sujeito desprovido de origem, classe social, história pessoal e contextos, recortado apenas no ato de seu crime e carimbado como um degenerado moral permanente, a quem chama, por vezes, de ‘vagabundos’, ‘marginais’ e ‘canalhas’. Há nesse jogo discursivo a demarcação de modelos opostos, que formam uma sociedade bipartida e adversária, a partir de um enredo alegórico de bem *versus* mal. Esse tipo de narrativa polarizante demonstra o não-reconhecimento ou a negação de um conflito real, social e político, o qual não se discute profundamente, mas se preenche de carga emotiva, a partir da escolha de um ‘objeto/figura’ para se projetar e lançar a carga negativa, de modo que ele passe a substituir o conflito não reconhecido. “(...) o objeto substitutivo, ou objeto vicariante, é deslocado para o exogrupo, sob as diferentes formas que pode assumir o mecanismo do bode expiatório” (COLOMBO et al, 2016, p. 54).

Dessa maneira, Bolsonaro explora discursivamente a violência urbana, ao mesmo tempo em que esvazia a discussão sobre suas causas e circunstâncias, de maneira a supervalorizar a sua consequência. É exatamente no efeito que está o foco de Bolsonaro. É ali que é lançada a força de seu argumento: que é reforçar a violência como aquilo que fere e mata ‘nossos’ filhos, que humilha e estupra ‘nossas’ esposas, que viola ‘nossa’ casa, que rouba ‘nossa’ dignidade. Ele alegoriza e simplifica um tema que é absolutamente complexo e de difícil solução, principalmente se colocando como defensor da “vítima” e demonizando o “algoz”.

“Vocês querem um vagabundo ameaçando entrar em sua casa? Se roubar bens materiais, isso é o de menos, é a tua vida e a tua dignidade, porque eles esculhambam” (PROGRAMA DO JÔ, 2005).

“Vagabundo hoje não se contenta em roubar, quer te esculachar, violentar sua esposa, seu filho, se bobear até você” (REVISTA PLAYBOY, 2011).

“Eu prefiro a cadeia cheia de vagabundo ao cemitério cheio de inocentes.” (JORNAL EL PAÍS, 2014)

Assim, esse ator explora a imagem da violência que já existe no senso comum do brasileiro – como algo insuportável e ‘que ninguém aguenta mais’ –, a partir do superdimensionamento da desordem, da crise, da falência dos papéis, da exaltação do estado policial, da inversão de valores e costumes, a tentar emplacar, ou pelo menos alimentar, seu modelo de ordem e controle sociais, baseados em medidas autoritárias, excessivamente repressivas, na destituição do direito e/ou humanidade de certos grupos e na possibilidade de formação de contínuos espaços de exceção dentro de um Estado de direito.

Os atores vinculados à direita radical tendem a recorrer à estratégia da chamada ‘defesa de si’, de maneira que suas opiniões e ações, mesmo alarmistas, excessivamente violentas e preconceituosas, parecessem justificáveis no desejo de proteger suas vidas, suas casas, seus bens, sua família, os valores cristãos (PIERUCCI, 1987, p. 26).

Bolsonaro parece seguir uma tendência política, percebida desde o final do século XX, que quer substituir o Estado social pelo Estado penal (GARNIER et al, 2016, p. 24), com menos benefícios sociais, menos seguridade para o trabalhador, menos políticas de reparação sócio-históricas, e, por outro lado, leis mais rígidas, prisões mais seguras, penas mais duras, formas de ordem e controle social mais abrangentes, com absoluta autonomia para as forças de segurança.

Esse ator se coloca contrário, por exemplo, a várias políticas sociais desenvolvidas e mantidas pelo Estado, como o Bolsa Família, Seguro Desemprego, projeto Brasil Carinhoso, leis de proteção ao trabalhador (discurso sempre orientado em favor do patrão/empregador), programa Mais Médicos, etc. Ele reafirma posição contrária ao Estado de seguridade social em 47,3% das entrevistas. Entre os principais argumentos estão: ‘os benefícios sociais têm de ser temporários, para evitar a acomodação’; ‘os benefícios sociais têm função eleitoreira’; ‘os benefícios sociais custam caro para o Estado’; ‘pessoas pobres têm mais filhos estimuladas pelos benefícios sociais’; ‘Seguro desemprego é um mar de corrupção’; ‘tem benefício para tudo no Brasil’ e ‘há muitos direitos trabalhistas no país’.

“O foco tem que ser na produtividade e não no consumo. É isso que está errado, falta meritocracia. Não podemos ficar pendurados nessas porcarias de programas assistencialistas.” (INFOMONEY, 2014)

“Mas eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? “Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade...” Bonito pra c..., pra c...! Quem que vai pagar a conta? O empregador.” (ZERO HORA, 2014)

A crítica inclui desde as políticas sociais até quem as criou e quem se beneficia delas. Dessa maneira, o ator aproveita para atacar os governos e a base governista do PT, os ‘pobres’, a quem vê como eleitores desse partido, e os ‘acomodados’, como aqueles que querem viver nas custas do Estado.

“O Bolsa Família é uma mentira. No Nordeste, você não consegue uma pessoa para trabalhar na tua casa, porque se for trabalhar a pessoa perde o Bolsa Família.” (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012)

“Tem Bolsa Família, tem Bolsa pra tudo aqui. Tem Bolsa Crack em São Paulo, Bolsa Prostituta, tem Bolsa pra tudo no Brasil. Um deputado do PT queria criar o Bolsa Satélite, ou seja, cada satélite lançado, 20% do lucro iria pra uma comunidade quilombola (...). Então, tu é quilombola, descansado, só contando: mais um satélite, vai buscar lá dois milhões de dólares. Esse país não pode ir pra frente.” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

Junto à defesa do Estado penal, contra o Estado social, tem ainda uma posição discursiva que Bolsonaro explora bastante: a necessidade do controle de natalidade, que é, inclusive, um de seus projetos na Câmara Federal. Ele argumenta que a população brasileira não pode crescer no ritmo que tem crescido. Para referendar a ideia, constrói o terror.

“ (...) eu tenho uma proposta lá em Brasília, que visa a paternidade, né, responsável, alguns chamam de controle de natalidade. Nós crescemos, três milhões de habitantes por ano (...) Nós não temos como dar vazão a esse tanto de gente em nosso país. Se você for levar em conta que cada um de nós produz 900 gramas de lixo por dia, são 180 milhões de quilos de lixo por dia. Falta aterro sanitário. São Paulo, água potável, circulação, poluição... vai chegar um ponto, tá, que nós vamos para o fundo do buraco. Vai virá aqui uma terra de ninguém, pô.” (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012)

Para conter o aumento populacional, quer a liberação de laqueaduras e vasectomias para mulheres e homens de qualquer idade. O objetivo de sua política de controle de natalidade parece responder a algum tipo de incômodo de classe, à medida que, em suas falas, são citadas apenas as famílias de baixa renda, como se as crianças a serem evitadas são aquelas oriundas de famílias pobres, ou seja, das classes economicamente inferiores, diretamente construídas como eleitoras do PT.

“Eu pretendo ecoar, falar para o povo brasileiro do mais importante: (...) de uma política de planejamento familiar, de reduzir o número de filhos dos mais pobres. Porque os mais pobres têm bolsas [benefícios] que os estimulam a terem mais filhos. Então, gente sem cultura acaba tendo mais filhos para ganhar 70 reais por mês. Todos esses aí vão ser eleitores do futuro para o PT.” (EL PAÍS, 2014)

“Não é melhor investir em planejamento familiar, não é controle de natalidade, é planejamento. A mulher ou o homem que quiser fazer a vasectomia e a laqueadura, que o faça. Agora, hoje em dia, o governo estimula, em especial, a mulher mais pobre e com menos cultura a ter mais filho. Tem o programa Brasil Carinhoso, cada criança a mais, é mais 70 reais por mês, ou seja, é o grande exército de pessoas pobres (...) Então esse grande exército de pessoas, daqui a pouco, vão (vai) estar com o cartão do Bolsa Família em uma mão e o título de eleitor na outra, votando em quem? No PT.” (MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2015)

Dessa maneira, seu discurso de controle da natalidade é pré-orientado às camadas mais pobres da população, que, a seu ver, significam um peso para o Estado e para o contribuinte (PROGRAMA DO RATINHO, 2014). Pouco favorável às políticas sociais, usa o discurso meritocrático para criticá-las, pedindo que sejam temporárias, porque acomodam ou estimulam más intenções. Ele se concentra apenas no lado negativo dessas políticas, ignorando seus resultados e efeitos socioeconômicos.

4.5 ANTIDEMOCRACIA

No esforço de compreender a antidemocracia, alguns autores no campo da direita radical têm tendido a uma interpretação mais formalista, adotando o critério da rejeição ao sufrágio universal como ponto decisivo para a identificação e enquadramento da variável; enquanto outros têm adotado um conceito mais ampliado, incluindo os princípios e valores da democracia liberal como referenciais de análise e parâmetros para a definição dessas fronteiras.

Para enfrentar a pesquisa empírica, este trabalho se estruturou tanto no aspecto formal/institucional quanto nos valores e ideias da democracia, de modo a tentar captar o máximo possível de relações e oferecer uma visão menos limitada dessa temática, que é tão rica. Assim, a estruturação teórico-metodológica adotada parte de duas linhas de interpretação principais:

1) a antidemocracia como resistência/oposição ao sistema democrático formal (posição contrária ao voto, instâncias da democracia, partidos políticos); e

2) a antidemocracia como resistência/oposição aos valores e princípios democráticos (a exemplo da tolerância, pluralidade, diversidade, diálogo e respeito aos direitos humanos).

Para discutir o tema, a análise se debruçou sobre o Material Empírico Principal.

Quadro 10: Indicadores Antidemocracia

ANTIDEMOCRACIA	
EM RELAÇÃO À DEMOCRACIA FORMAL	EM RELAÇÃO AOS VALORES DEMOCRÁTICOS
Contra o sufrágio universal	Contra o pluralismo democrático
Crítica contundente às instituições da democracia	Contra a diversidade de modos de ser/viver
Defesa de regimes autoritários	Crença excessiva na força, violência e autoridade, sob a negociação e o diálogo
Críticas contundentes ao sistema partidário	Crença de que a democracia promove injustiças e/ou corrupção
Contra o estado laico	

Fonte: Autoria própria

Os dados indicam que, nos conteúdos discursivos de Jair Bolsonaro, existem perspectivas antidemocráticas tanto no que se refere ao sistema democrático formal, quanto em relação aos valores e princípios fundamentais da democracia.

Sobre o sistema formal, embora não assuma opiniões contrárias ao sufrágio universal, é muito favorável a regimes autoritários, defendendo a memória e os feitos da ditadura militar, os quais avalia como “melhores” do que a democracia. Em determinado momento de sua carreira política, chegou a pedir o fechamento do Congresso Nacional e o fuzilamento do presidente da República à época. Tempos depois, explicou que essas afirmações representavam apenas o inconformismo do momento, de maneira que não eram declarações contrárias à democracia (CQC, 2011; FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

Em referência aos princípios e valores, é contundentemente contrário aos direitos humanos, que compreende como uma política de privilégios para bandidos; favorável à tortura como método de enfrentamento da violência urbana; demonstra intolerância ao pluralismo e aversão à diversidade, que são materializados a partir de posturas de ataques e desconstrução de determinados grupos, em sua maioria oprimidos sociais, com forte vontade de dominação social, moral e política sobre essas populações.

A investigação empírica revela que a palavra “democracia” aparece em 57,8% das entrevistas, no entanto, na imensa maioria das vezes, está diretamente relacionada com a crítica ao comunismo, à esquerda e ao PT, a partir da ideia central de que “a esquerda não lutava por democracia”. Entre os principais atores dessa esquerda estariam Fidel Castro e “esse pessoal que assumiu o poder no Brasil”, forma como se refere aos ex-guerrilheiros e/ou militantes de esquerda que integraram os governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff (inclusive os próprios presidentes). Em muitos casos, a finalidade desse tipo de enunciado é ampliada para além da desconstrução da esquerda, e passa, simultaneamente, a exaltar ou defender a ditadura militar, a partir de junções e confusões que colocam no mesmo argumento os pares opostos ‘democracia e ditadura’.

“Pergunta: Qual a opinião do senhor sobre a democracia?

Bolsonaro: *Vivemos um período de pleno emprego, segurança, liberdade e respeito entre 1964 e 1985. Se houver uma pesquisa entre pessoas com idade superior a 60 anos, tenho certeza de que a quase totalidade concordará com essa afirmação. Hoje, temos medo de ir à escola, pois corremos o risco de sermos assaltados ou assassinados, mesmo durante o dia. Nossa democracia é governada por líderes que idolatram democratas como Fidel Castro, Hugo Chávez, Ahmadinejad e Khadafi.” (ÉPOCA, 2011)*

“Cuba mandava grana para cá, inclusive através de Betinho, tá, para financiar a luta armada no Brasil. Eles queriam, aqui, impor a ditadura do proletariado ou alguém acredita que Fidel Castro queria impor uma democracia no Brasil? Uma piada. Só um débil mental para acreditar nisso.” (PROGRAMA DO RATINHO, 2014)

A visão de Bolsonaro da democracia é um tanto limitada e esvaziada, à medida que aparece desvinculada das contingências sociais e políticas, se firmando como um procedimento essencialmente eleitoral, onde cabe aos cidadãos-eleitores meramente escolher seus representantes via voto. Ele oculta o antagonismo social, não faz menção às acentuadas desigualdades do país, à concentração de renda e às condições de miserabilidade e pobreza que atinge grande parte da população, além disso não referenda ou estimula a participação política dos eleitores.

“Desvincular a democracia de seu substrato sociopolítico e das precárias condições de existência das maiorias populares é uma forma de ideologização. Negar sua articulação com uma ordem social específica e um projeto concreto de dominação política é uma forma de ideologia” (DANTAS, 2011, p. 241)

A insatisfação com a democracia aparece de forma variada nesse ator, podendo se manifestar tanto direta quanto indiretamente. Bolsonaro, por exemplo, não diz

expressamente que a corrupção é um problema da democracia, mas deixa subentendido que é, ao afirmar que não existiam governantes corruptos no regime militar. De forma próxima, acredita que os valores e a segurança pública pioraram com a democracia, que fragilizou a autoridade e liberalizou os costumes.

Bolsonaro aprecia, goza e reafirma seu direito à livre opinião, no entanto, e paradoxalmente, o utiliza, muitas vezes, para ferir outros princípios da própria democracia, como a tolerância e o respeito às diversidades e pluralidades. Sempre que é acusado de agredir, desrespeitar ou injuriar alguém, com seus discursos inflamados, prontamente recorre ao argumento de que tem imunidade parlamentar, que foi eleito democraticamente, e que goza de direito irrestrito à opinião, garantido pela constituição.

Eu tenho imunidade para quê? Sou civil e penalmente inimputável por qualquer palavra. Posso falar o que bem entender, isso é democracia. (FOLHA DE SAO PAULO, 2017)

Tenho imunidade para falar! Não vou perder minha liberdade ou dar resposta de político vaselina para você. Os crimes que o grupo da Dilma cometeu, sequestro de autoridades, assaltos a banco com mortes, latrocínio, merecem o quê? (PLAYBOY, 2011)

Em relação ao sistema partidário, Bolsonaro manifesta ter pouca confiança e/ou vinculação ideológica com os partidos políticos os quais foi filiado. Enunciados desse tipo estão presentes em 36,8% das entrevistas. Também assume posição contrária à fidelidade partidária, pela possibilidade de expulsão do filiado que não votar conforme a orientação do partido. Seus discursos indicam que ele mantém com as variadas agremiações nas quais passou, apenas uma relação de filiação por exigência do processo democrático, uma vez que para disputar a eleição é necessário estar inscrito em um partido. Dessa maneira, parece não haver entre ele e os partidos uma relação ideológica forte nem qualquer vínculo político duradouro. Ele costuma afirmar que não vota com o partido e que, mesmo que o partido seja da base governista, ele não apoia o governo, demonstrando uma visão utilitarista e entendendo as instituições partidárias como um sistema frágil.

Pergunta: *Quer dizer, qualquer partido serve? Não seria bom você ter um partido forte para ter uma democracia? O senhor está dizendo que o partido não significa nada.*

Resposta: *O que é partido forte? Você sabe como funciona a política no Brasil. São partidos ou grupos de pessoas, né, que em troca de alguma coisa dão seu apoio ao governo.” (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012)*

“Considero muito ruim para a imagem do partido, mas infelizmente existem os interesses, os benefícios que ele recebe. Só para constar, eu nunca votei com o meu partido. (INFOMONEY, 2014)

“Eu não participo do meu partido (na época, Partido Progressista). Se participasse, seria o 32º a responder pelo Petrolão no Supremo Tribunal Federal.” (CORREIO BRAZILIENSE, 2015)

É claro que o sistema partidário brasileiro corrobora certas desconfiâncias. Segundo Cansino, os partidos no Brasil costumam se subordinar ao poder Executivo, mantendo fortes relações clientelistas com os governos (apud DANTAS, 2011, p. 269). Além disso, manifestam outras características também comprometedoras: ausência de autonomia partidária, fraca institucionalização, debilidade organizacional, inconsistência ideológica, personalização política, etc (ibid).

Bolsonaro também é bastante crítico e descrente no que se refere aos poderes Legislativo e Executivo, embora pareça que sua crítica está muito mais ligada aos indivíduos que assumem o poder, do que, de fato, às instituições. No final da década de 1990, chegou a pedir o fechamento do Congresso Nacional, sugeriu transformar o Parlamento em uma delegacia “para expurgar os corruptos” e afirmou que o Congresso só existia para formalizar a democracia, “para mais nada” (CÂMERA ABERTA, 1997). Nessa mesma época, defendeu o fuzilamento do presidente Fernando Henrique Cardoso, por privatizar a Companhia Vale do Rio Doce. Já em 2011, declarou que a presidente Dilma Rousseff deveria ter sido executada pelos militares, quando foi presa, durante o regime militar.

“Acho que o fuzilamento é uma coisa até honrosa para certas pessoas. (...). Não é difícil matar o presidente. Só tem que ter coragem. O esquema de segurança dele (de Fernando Henrique Cardoso) é falho. Por exemplo, tenho uma casa no litoral em Mambucabinha, próxima do local onde ele passeia quando vai a Angra dos Reis. Sou primeiro lugar no curso de mergulho do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Bastava planejar. E as chances de sucesso de se cumprir a missão são grandes. Não é difícil eliminar uma autoridade no País. Isso até serve para alertar o presidente.” (ÉPOCA, 2011)

“Pergunta: Deveriam tê-la (a presidente Dilma Rousseff) matado?

Resposta: Sim, é a minha opinião. Todos esses traidores da pátria deveriam ter recebido pena de morte. Essa é a minha opinião. Espero que nenhum imbecil, ao ler esta entrevista, diga que sou antidemocrático.” (PLAYBOY, 2011)

Começando pelo Poder Legislativo, identifica-se que há, nesse ator, um conjunto de críticas à utilidade/papel do Parlamento brasileiro. Discursos com esse mote são identificados em entrevistas de 1997, 1999, 2005, 2012, 2015 e 2016.

“Eu acho que está na hora, sim, de nós pararmos o Congresso e transformar aquilo, sim, em uma delegacia, de fato, para que nós possamos expurgar os deputados mau caráter que existem naquela casa.” (CÂMERA ABERTA, 1997)

“Hoje em dia, com o Congresso que nós temos, o povo tem que torcer para que não haja quórum nunca. Toda vez que há quórum, vota-se alguma sacanagem e quem acaba pagando a conta, no final da história, é você, contribuinte. Olha aí, o Congresso cheio aprovou a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). O Congresso cheio está aprovando as reformas da Previdência e Administrativa.” (CÂMERA ABERTA, 1997)

“Hoje em dia, eu acho que o Poder Público, quase de maneira geral, está aí para acharcar, para assaltar, para roubar o povo. E digo mais, eu acho que o nosso Parlamento, em Brasília, só existe para dizer que existe democracia, mas absolutamente nada.” (CÂMERA ABERTA, 1997)

A partir dos anos 2000, evita falar diretamente em ‘fechamento do Congresso’, porém continua a representar o Legislativo como um espaço de poder ineficiente, improdutivo e prejudicial ao brasileiro e ao país, a partir das ideias de que ‘o Congresso é totalmente subserviente ao Executivo’ (com os parlamentares negociando e ‘vendendo’ seus votos) e de que ‘a Câmara Federal não tem autonomia nem vida própria’, uma vez que não consegue votar os próprios projetos internos.

“Um Congresso que vota sem consciência é um congresso fechado, é um congresso que não funciona.” (PROGRAMA DO JÔ, 2005)

“Eu estou no sexto mandato e costumo dizer que quando a casa tá (está) cheia, é porque o Executivo assim quis e é para votar algo que é salgado para sociedade. Como novos impostos, como foi aquela taxaçoão de inativos no passado (...)” (AGORA É TARDE, 2012)

“Qual a diferença entre um chimpanzé bem treinado votando e um deputado governista votando? A diferença é que o chimpanzé só vai levar uma banana após a votação, muito mais barato do que 200 mil dólares (valor que receberia cada deputado para votar com o governo).” (CÂMERA ABERTA, 1997)

Em 2017, já falando como pré-candidato à presidência da República, afirmou que não pregaria o fechamento do Congresso nunca, mas continua reafirmando a baixa qualidade do Legislativo.

“Pergunta: O senhor já disse ser favorável a fechar o Congresso. Mudou?

Resposta: Eu demonstrei uma indignação popular. Se você perguntar para o povo, ele diz que tem de fechar o Congresso e tocar fogo. Eu não vou pregar fechar o Congresso nunca. Mas vocês têm que ajudar a mudar isso aí [a qualidade do Legislativo].” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017)

Ele manifesta uma forte descrença nos indivíduos que integram o Executivo e o Legislativo, associando-os à corrupção, que partiria do Executivo – a quem atribui à imagem de corruptor – para o Legislativo – que seria o corrompido. A seu ver, o papel do corruptor é mais grave do que o do corrompido (CORREIO BRAZILIENSE, 2015).

“Não existe corrupto sem corruptor. Enquanto a Petrobras estava com as portas abertas, tudo o que interessava a Lula e a Dilma era aprovado aqui. Quem é mais criminoso, o mandante ou o corruptor? Todos têm que pagar, mas a pena para o corruptor tem de ser maior. A culpa é da Dilma Rousseff. A corrupção aqui era projeto de poder.” (CORREIO BRAZILIENSE, 2015)

“Voto comprado não é reflexo, sinônimo de democracia. Enquanto a Petrobrás estava sendo assaltada no governo Dilma Rousseff, tudo que ela queria era aprovado dentro da Câmara. Enquanto havia o mensalão, no governo Lula, tudo era aprovado dentro da Câmara.” (MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2015)

Evidentemente que parte das críticas que Bolsonaro faz ao Executivo, ao Legislativo e ao sistema partidário encontra escopo na baixa qualidade da democracia brasileira. Essas posições não podem, automaticamente, serem classificadas de antidemocráticas, uma vez que a crítica é, em si, um direito democrático.

No entanto, uma opinião que surge como mais preocupante é o seu ataque ao Estado laico, o que poderia, sim, ser considerado antidemocrático. Ele afirmou em uma das entrevistas que o Estado poderia até ser laico, mas seu povo não (ÉPOCA, 2011). Fala semelhante foi registrada em visita a Campina Grande (PB), em 2017, quando disse: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de laico, não. O estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias”¹³⁴.

“O Estado é laico, mas seu povo não. Somente católicos e evangélicos somam mais de 90% de brasileiros. A religião é fator de união dos povos e não pode ser desassociada da família, dos bons costumes e da moralidade.” (ÉPOCA, 2011)

Ao posicionar a religião sobre a laicidade, ele enfraquece uma das bases centrais e condição essencial para a efetivação da democracia, uma vez que o Estado não deve se identificar com nenhuma moral, religião, ideologia ou ética, garantindo, assim, o pluralismo e a multiplicidade nos mais diversos âmbitos da vida cotidiana, tanto no espaço público quanto na esfera privada (DANTAS, 2011, p. 258).

¹³⁴ Bolsonaro diz que vai dar fuzis para “homens de bem” contra “marginais do MST”. REVISTA FÓRUM, 10/02/17. Em <https://www.revistaforum.com.br/2017/02/10/bolsonaro-diz-que-vai-dar-fuzis-para-homens-de-bem-contra-marginais-do-mst/>. Reportagem não consta como corpus da pesquisa, porém serviu para elaboração do perfil do ator, tendo sido utilizada aqui para mostrar que o tipo de enunciado não era isolado, mas havia outros registros e ocorrências.

Quadro 10: Achados Antidemocracia - Processual

Em relação à democracia formal	Achados
posição contrária ao sufrágio universal	Não representativa
Críticas às instituições da democracia	Representativa
defesa de regime autoritários	Muito representativa
Críticas ao sistema partidário	Muito representativa
Contra o estado laico	Muito representativa (embora pouco falado)

Fonte: Resultados da pesquisa

Quadro 11: Achados Antidemocracia - Valores

Em relação aos valores democráticos	Achados
Contra o pluralismo	Muito representativa
Contra a diversidade	Muito representativa
Crença excessiva na força, violência e autoridade	Muito representativa
Crença de que a democracia favorece injustiças e/ou corrupção	Parcialmente representativa

Fonte: Resultados da pesquisa

CAPÍTULO 5

ANTIDEMOCRACIA NA DEMOCRACIA

5.1 TIPOS DE ANTIDEMOCRACIA EM BOLSONARO

A partir da análise dos dados e de uma reflexão geral sobre os achados da pesquisa, definiu-se como necessário discutir um pouco mais sobre a antidemocracia no ator Jair Bolsonaro, considerando que essa nova direita radical tem disputado poder, espaço e visibilidade em regimes democráticos. Dessa maneira, o trabalho identificou três tipos de antidemocracia no caso Bolsonaro, os quais coloca para a discussão.

Evidentemente que a relação paradoxal e bastante interessante identificada a partir do final do século XX – de que atores/ programas/conteúdos antidemocráticos estão disputando, vigorosamente, democracias –, não será devidamente aprofundado e esgotado aqui. O objetivo principal deste capítulo é apresentar e/ou sistematizar alguns achados da pesquisa e discutir com a literatura interpretações e caminhos teóricos possíveis.

Tipos de antidemocracia propostos:

A) Exaltação e defesa de regimes ditatoriais, de base militar

Vincula sua imagem à defesa do autoritarismo, com discursos de exaltação da ditadura militar e, ao mesmo tempo, de fragilização da democracia

Como já foi dito no capítulo anterior, é bastante frequente no conteúdo discursivo de Jair Bolsonaro a defesa da ditadura civil-militar de 1964-1985. Em uma quantidade expressiva de falas, ele relaciona o regime autoritário ao governo democrático, de maneira que o regime ditatorial é sempre exaltado, enquanto a democracia é frequentemente inferiorizada e/ou negativizada.

O discurso de que a ditadura militar foi ou é melhor do que a democracia, embora os motivos variem, aparecem em seis entrevistas, entre os anos de 1999 e 2015. Entre os argumentos estão: ‘na época da ditadura, havia menos violência do que existe hoje’; ‘não havia corrupção’; ‘havia crescimento econômico’; ‘havia segurança pública, autoridade e respeito à família’.

“Você hoje em dia não acha um sargento, um capitão, um coronel ou um general rico, enriquecido via corrupção durante o regime militar. Você não acha isso daí, completamente diferente do que assistimos hoje em dia.” (PROGRAMA DO JÔ, 2005)

“Hoje (na democracia), muito mais pessoas, em números absolutos, são torturadas do que naquela época (na ditadura militar).” (CORREIO BRAZILIENSE, 2015)

“Ditadura vivemos, sim, hoje em dia, em que o governo impede a criação de qualquer CPI e fecha o Congresso com medidas provisórias.” (ÉPOCA, 2011)

“(...) eu não confio na democracia brasileira. Isso que está aqui não é democracia, isso que está aqui é uma bagunça. Tanto é que a população diz abertamente que se vivia melhor no regime militar do que hoje. Tinha-se mais consideração com o povo, tinha-se mais patriotismo do que hoje (...)” (CÂMERA ABERTA, 1999)

Além de transferir a insatisfação/problema da sociedade brasileira para o sistema democrático, Bolsonaro também utiliza o recurso do negacionismo histórico para tentar (re)construir positivamente a imagem da ditadura. Ele chega a afirmar que havia eleições (MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2016), imprensa livre (PROGRAMA DO JÔ, 2005) e direito de ir e vir (THE NEW YORK TIMES, 2016) durante o regime ditatorial.

“Pergunta: Existia liberdade na ditadura militar?

Resposta: Liberdade completa. Falam que a imprensa publicava receita de bolo. Mas em ditadura não tem imprensa. Qual é a imprensa livre que há em Cuba? Qual é a imprensa livre do Hugo Chávez?” (PLAYBOY, 2011)

“Nós temos os militares eleitos periodicamente. Todos os cinco (presidentes militares) foram eleitos pelo Congresso Nacional. Isso é ditadura? Se for ditadura, Tancredo Neves também seria um ditador, porque foi eleito pelo mesmo Congresso.” (MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2015)

“Ditadura, no Brasil? Ó meu Deus do Céu! Quem quisesse ir para os Estados Unidos, Miami, ia, naquela época. Algum cubano pode vir para cá? Que ditadura? Você ia e vinha. Andava a vontade tinha educação, tinha segurança. (...)”

Ditadura é quando você dá um golpe. Dá uma porrada em você ou dá um tiro ou manda você para fora e assume o poder. Como é que foi a tomada de poder no Brasil? Quem cassou João Goulart no Brasil? Foi o Congresso Nacional, no dia 2 de abril de 64. Quem é que elegeu Marechal Castelo Branco? Congresso Nacional, no dia 9 de abril de 64.” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

Bolsonaro tem uma longa carreira política, que foi exclusivamente construída no regime democrático, embora, de forma paradoxal, suas principais referências de gestão pública e bons governantes provenham da ditadura militar¹³⁵. O general-presidente Emílio

¹³⁵ Na entrevista da Playboy (2011), o jornalista faz referência ao fato de Bolsonaro ter, na parede do seu gabinete na Câmara dos Deputados, fotos dos ex-presidentes Médici (que governou de 1969 a 1974) e João

Garrastazu Médici, por exemplo, é citado, orgulhosamente, como exemplo de governante e o presidente que fez 15 hidrelétricas (MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2015). Também afirmou que tem saudade de “pessoas sérias, como o Médici, o Geisel e o Figueiredo.” (CQC, 2011). Além disso, exalta os atos do regime, mesmo em situações de forte repressão e violência.

“Se o regime militar tivesse matado uns 30 mil naquela oportunidade, o Brasil hoje em dia não estava governado por (José) Serra, Fernando Henrique Cardoso... (Sérgio) Motta teria ido embora há muito tempo, estaria muito melhor, Pedro Parente, estaria muito melhor.” (CÂMERA ABERTA, 1999)

Ele manifestou, mais de uma vez, que se fosse presidente do Brasil, governaria de forma muito semelhante aos militares, demonstrando afinidades com o regime e planejando sua proposta de gestão democrática, a partir de valores e rotinas de um regime ditatorial.

“Se fosse o caso (de ser eleito presidente da República), conduziria o país de forma semelhante ao período entre 1964 a 1985, quando o professor era valorizado, o policial sentia orgulho de sua profissão, o Congresso tinha moral e o Judiciário era respeitado.” (ÉPOCA, 2011)

“(...) qualquer pai ou mãe gostaria que seu filho estudasse em um colégio militar, então meu ministro da Educação vai ser um general do Exército.” (INFOMONEY, 2014)

Embora o ator não negue sua ligação e admiração profundas com a ditadura civil-militar de 1964, isso não é suficiente para afirmar que ele defende a implantação de um regime ditatorial no Brasil. Acredita-se que ele, até pelo contexto pouco propício, não está focado na supressão da democracia, mas principalmente jogar com os antagonismos desse tipo de sistema político para disputar poder e reforçar seu modelo de Estado autoritário, repressivo e pouco plural. Comportamento semelhante é identificado nos líderes radicais de direita da Europa e sinalizados pela literatura (MINKENBERG, 2004, p. 3).

B) Posição anti-direitos humanos e defesa de um Estado policial

Forte posicionamento anti-direitos humanos e vontade de um Estado policial e repressor

Figueiredo (de 1979 a 1985). O primeiro com frase “Eu era feliz e sabia” e o segundo ainda com a faixa presidencial.

O tripé ordem, autoridade e violência culmina, em Bolsonaro, em uma clara posição anti-direitos humanos, a partir do argumento central de que essa política beneficiaria exclusivamente bandidos, tanto presidiários – que deveriam cumprir a pena sem quaisquer regalias e até sob condições de trabalho forçado – quanto menores infratores – que precisam ser presos o quanto antes, sendo urgente a redução da maioria penal.

Como o grupo dos bandidos figura no ‘lado mal’ de seu mundo polarizado, ele reafirma os direitos humanos como algo também maléfico, como um privilégio para criminosos e um peso para os ‘cidadãos de bem’. Dessa maneira, sua opinião anti-direitos humanos está diretamente vinculada à sua posição anti-bandido.

“Se você pega o Osama Bin Laden vivo e dá dois tapas na cara dele, cai o mundo. Direitos humanos! Tortura! E esquecem os milhares que ele matou nas Torres Gêmeas.” (PLAYBOY, 2011)

“Direitos Humanos, que é um lixo, a Secretaria de Direitos Humanos, um lixo, só defende bandidagem (...)” (MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2015)

Por outro lado, o incômodo com os direitos humanos também parece estar relacionado com o fato de que essa política é, em boa medida, incompatível, em valores e filosofia, com os métodos e procedimentos que ele defende e entende como necessários para o controle e ordenamento sociais, bem como para resolver o problema da violência no Brasil. A defesa da tortura, a vontade de justiça com as próprias mãos e o endurecimento das leis e penas são, por exemplo, alguns desses métodos. Em seus discursos, aparece nitidamente a vontade de vingança e revanche contra criminosos.

“Pergunta: A polícia agiu corretamente no Carandiru?”

Resposta: Continuo achando que perdeu-se (se perdeu) a oportunidade de matar mil lá dentro.” (ISTOÉ GENTE, 2000)

“A única coisa boa do Maranhão é o presídio de Pedrinhas. É só você não estuprar, não sequestrar, não praticar latrocínio, que tu não vai parar lá, porra. Acabou. Acabou. Tem que dar vida boa para aqueles canalhas? Desculpa aqui, eles fodem com nós (conosco) a vida toda e daí que nós, trabalhadores, vamos manter esses caras presos com vida boa?! Eles têm que se foder e acabou”. (VT GRAVADO, EXIBIDO DURANTE A ENTREVISTA NO PROGRAMA DO RATINHO, 2014)

Embora sua posição sobre a tortura tenha sido, com o tempo e em parte, mascarada, talvez pelas pressões sociais, inclusive da mídia, Bolsonaro, em determinada época de sua carreira política, já se declarou expressamente favorável à prática. Seus argumentos tentam

dar plausibilidade e/ou normalizar métodos ou técnicas violentos, através da ideia de que a violência urbana é uma guerra, sendo necessário combater os criminosos e salvar o ‘cidadão de bem’.

Assim, propõe um tipo de ‘condição de exceção permanente’, que infringiria, filosófica e politicamente, o Estado de direito (AGAMBEN, 2004), a partir de duas linhas discursivas principais: de que há necessidade (existe uma guerra que a polícia – como representante do lado do bem – precisa vencer) e o medo (qualquer brasileiro pode ser vítima da violência, sendo fundamental apoiar a guerra contra o crime).

O medo como discurso político é antigo na história da humanidade. No estado de natureza de Hobbes, os indivíduos, em guerra contínua, viviam em situação de medo constante. Nos Estados civis, o medo continua exercendo seu papel, porém é colocado ao lado da ordem, da segurança, da dominação necessária, como uma espécie de “cimento da ordem hierárquica” (COLOMBO et al, 2016, p. 41).

Assim, Bolsonaro referenda a ordem e a autoridade – e no ápice das duas, a violência – como elementos fundamentais para controlar a sociedade e resolver os problemas, sendo os direitos humanos um inimigo desse Estado autoritário, repressor e punitivo.

C) Postura de ataque e vontade de exclusão de grupos

Intolerância, antipluralismo e restrição de direitos/existência a certos grupos

É bastante recorrente e contundente no discurso de Bolsonaro a estratégia de atacar certos grupos, que são construídos como inimigos e funcionam como ‘bodes expiatórios’ para os problemas nacionais, de maneira que devem ser controlados, evitados e/ou isolados, uma vez que suas presenças/existências ameaçam a ordem e o funcionamento tradicional da nação. Entre os inimigos que aparecem com mais frequência estão os esquerdistas – sobretudo petistas e comunistas –; os LGBTs; e os bandidos – de menores infratores a presidiários.

Evidentemente que outros grupos também são desconstruídos nos discursos de Bolsonaro, a exemplo das mulheres – que devem ganhar menos porque engravidam (ZERO HORA, 2014) e os graves ataques tanto a deputada Maria do Rosário, a quem disse por duas vezes que “não estupraria porque não merecia” quanto a presidente Dilma Rousseff, a quem chama de capeta (PLAYBOY,2011), Fidel Castro de saia (RATINHO, 2014) e cafetina

(MARIANA GODOY, 2015) –; dos beneficiários de programas sociais, cujas imagens variam de acomodados (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012) a ignorantes eleitores do PT (MARIANA GODOY, 2015); dos cotistas, sendo totalmente contrário às cotas e não confiando na capacidade desses profissionais (CQC, 2011); entre outros.

Este trabalho deu ênfase aos três tipos mais encontrados nos conteúdos discursivos, se atendo a eles. Ainda assim, tem ciência de que esse breve relato-descrição não substitui, de maneira alguma, um estudo específico e aprofundado sobre a relação de Bolsonaro com cada uma dessas identidades sociais. É óbvio que esses grupos são desconstruídos de maneiras, intensidades, com interesses e estratégias diferentes, exigindo investigações detalhadas e teoria específica.

Como pano de fundo para os discursos de ataque e estigmatização de grupos, identifica-se a manifestação de um forte desejo de dominação social-moral-política. A intenção é, sobretudo, afastá-los do poder, das políticas, das leis, dos direitos. A manutenção do sistema de privilégios e a aceitação das desigualdades entre as classes/grupos, que irriga historicamente as ideologias da direita, é, sim, reafirmada na visão de mundo de Bolsonaro. Essa vontade de ordenar e controlar tem forte base moral, mas também política. O medo da quebra da ordem tradicional se vincula à disputa de poder e manutenção de privilégios para certas classes/grupos. A vontade de controle social se junta à luta pelo controle do Estado, de maneira que se torna fundamental deixar os *'outgroups'* em espaços limitados, com vozes mudas e existências controladas.

5.2 PRINCIPAIS GRUPOS DESCONSTRUÍDOS

A) Esquerdistas/petistas/comunistas

Os esquerdistas são, sem dúvida, um dos grupos que Bolsonaro mais ataca. Recorrente no conteúdo discursivo, a demonização desse grupo aparece de maneira generalizada, relacionada aos mais variados temas e assuntos, desde questões econômicas até sociais e políticas. Ele entende o esquerdismo como um mal, como um conjunto de pessoas sem valores morais, sem vínculos religiosos, demagógicos, enganadores, que se fazem de vítimas e que amam o comunismo. Bolsonaro deixa claro o desejo de se opor à esquerda e mostra orgulho de ser malquisto por ela.

“Pergunta: Deputado, nós estamos chegando ao final. Só define para mim o que é ser de direita.

Resposta: Não sei, é ser oposição a essa esquerda que está aí, que usa demagogia, o populismo, a enganção. É não investir onde devem investir, é pousar de ‘gestas’ da democracia, que não são. Eles nunca foram democráticos.” (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012)

“Pergunta: A esquerda, a esquerda inteira é contra você?

Resposta: Ah, a esquerda toda, toda, toda. Até porque eles têm medo da verdade. Eles têm medo da verdade. A verdade tortura a esquerda no Brasil e já passou da hora, estamos conseguindo um ponto de inflexão nessa avalanche de mentiras contra o que foi, em especial, o período militar.” (PROGRAMA DO RATINHO, 2014)

“Eu bato no Lula, nessa esquerda que nem era PT, desde 1970, nas matas do Vale do Ribeira, quando tinha 15 anos e participei com o Exército da caça ao [Carlos] Lamarca. Bato nesse pessoal há muito tempo, sei quais são os seus propósitos. Eles querem nos transformar em uma grande pátria bolivariana.” (VEJA, 2017)

Entre os tipos mais criticados estão:

- a) **os petistas:** ocuparam o Poder Executivo no Brasil de 2003 a 2016. Bolsonaro dá ênfase às divergências políticas, ideológicas e morais que tem com esse subgrupo. Destaque para Dilma Rousseff, fortemente atacada pelo ator analisado.
- b) **os comunistas:** Bolsonaro manifesta pavor e/ou aversão ao comunismo. Ataca sistematicamente Cuba e Fidel Castro.
- c) **os guerrilheiros da luta armada:** Como Bolsonaro defende fielmente e tenta reconstruir positivamente a memória da ditadura militar, ataca os guerrilheiros por terem sido os inimigos diretos dos militares à época e pela vinculação que teriam com o comunismo. Os principais criticados são Dilma Rousseff, Carlos Lamarca e José Genoíno.

A forte crítica aos petistas normalmente aparece vinculada aos governos dos presidentes Lula e Dilma e/ou à atuação da bancada petista no Congresso Nacional. A corrupção (mensalão, petrolão), o ‘kit gay’, a Comissão da Verdade, os investimentos realizados em Cuba pelo governo federal, as pautas relacionadas aos direitos humanos e os benefícios sociais criados e/ou ampliados são alguns dos temas explorados no processo de desconstrução desse subgrupo.

Bolsonaro também ataca os petistas moralmente, à medida que eles estariam, sobretudo por conta do kit gay, transformando o Brasil em um país imoral, sem valores, um “vale tudo” (THE NEW YORK TIMES, 2016), uma anarquia (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

“Nós estamos cansando dessa esquerda burra. A esquerda que quer basicamente eliminar os valores familiares, numa política onde vale tudo, até incesto, pedofilia, homo, hétero.” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

A Comissão da Verdade também é um tema que fomenta muitas críticas à esquerda, sobretudo a presidenta Dilma, e que Bolsonaro dá muita importância, à medida que reflete diretamente na imagem e nas pessoas de seu grupo de interesse: os militares.

“O que se pretende (com a Comissão da Verdade) é elaborar relatórios mentirosos, endeusando os petistas e demais adeptos da esquerda e satanizando os militares para que conste em livros didáticos uma nova história escrita de forma unilateral e mentirosa. Assim, fica claro que é um ato revanchista.” (ÉPOCA, 2011)

Os comunistas são construídos como aqueles que nunca quiseram liberdade em seu solo. O ponto central de ataque é Cuba, por representar um Estado comunista, e Fidel Castro, por ser um dos mais conhecidos líderes comunistas da atualidade. Ele aparece nos discursos como financiador/apoiador da luta armada no Brasil, aquele idolatrado por Lula e Dilma e como aquele que não aceita a democracia.

“Eu detesto Cuba e por mim, logicamente, não existiria o regime que temos em Cuba atualmente.” (CQC, 2011)

“É uma grande mentira atribuir o adjetivo de ditadura ao regime implantado no Brasil, no período de 1964 a 1985. Ditadura, à época, existia em Cuba e perdura até os dias atuais, onde os integrantes da cúpula do nosso governo vão passar férias e idolatram Fidel Castro. O que os militares fizeram naquele momento foi evitar a implantação da ditadura do proletariado que, certamente, estaria perdurando até os dias atuais, a exemplo de Cuba.” (ÉPOCA, 2011)

“Cuba mandava grana para cá, inclusive através de Betinho, tá, para financiar a luta armada no Brasil. eles queriam aqui impor a ditadura do proletariado ou alguém acredita que Fidel Castro queria impor uma democracia no Brasil? Uma piada. Só um débil mental para acreditar nisso.” (PROGRAMA DO RATINHO, 2014)

Dentro de sua perspectiva anticomunista, Bolsonaro vê o marxismo como um veneno e acredita que as escolas e universidades brasileiras doutrina estudantes para a formação de esquerda.

“No ensino fundamental, 30 milhões de garotos são envenenados diariamente com a doutrina marxista, visto que eles pregam que o capitalismo é o inferno e o socialismo é o paraíso. Ou seja, para onde estamos indo?” (INFOMONEY, 2014)

“Já não basta as universidades formarem militantes de esquerda.” (THE NEW YORK TIMES, 2016)

Esse ator tem, ao longo de sua carreira política, reafirmado os guerrilheiros brasileiros como os principais inimigos do regime militar. Como defensor da memória da ditadura, também nesse tema criou polarizações para que sua linha argumentativa ficasse mais nítida e o grupo atacado pudesse ser mais facilmente demonizado e/ou desacreditado. Os guerrilheiros são acusados de começarem a ‘guerra’ com os militares, de matarem friamente soldados e civis, de explodirem bombas, de assaltarem bancos, entre outros. Dessa maneira, ele enfatiza os atos criminosos dos guerrilheiros, enquanto neutraliza o dos militares, afirmando-os que as Forças Armadas apenas reagiram para salvar o Brasil dos comunistas.

“Que presos políticos? Eles estavam no foquismo. Eles queriam fazer o que Fidel Castro fez em 1959, na Serra Maestra. Esses caras são doentes mentais.” (CORREIO BRAZILIENSE, 2015)

“Que é ética na guerra? Não tem ética na guerra. Você fala em ética em guerrilheiro, em comunista, que matou milhões fora do Brasil?!” (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012)

Ele também defende a tortura e métodos violentos como instrumentos justos no trato com guerrilheiros.

“Agora, a partir do momento que, naquela época, se pegava gente que estava participando de grupos guerrilheiros, que não tinha amor à própria vida, numa situação dessas, que você precisa obter uma informação, é diferente. Porque eles faziam isso com a gente quando nos prendiam também, né? Você chega para um pessoa dessas e diz que tem uma informação sobre uma bomba suja que ele vai colocar na Cinelândia. Não sei quanto milhares de pessoas vão virar geleia e você pergunta: “Então, cadê a bomba suja?” E ele tem direito a advogado? O advogado que eu vou trazer é um cassetete desse tamanho!” (PLAYBOY, 2011)

Dessa maneira, em todo o conteúdo discursivo analisado, é possível encontrar críticas e ataques à esquerda, diluídos e generalizados em diversos temas. É muito frequente Bolsonaro comentar um assunto e aproveitar para criticar os esquerdistas. Usa muito desse jogo em suas respostas, marcando posição e fazendo oposição de forma sistemática. Em estudos recentes, sobre as manifestações ocorridas entre 2014 e 2017, ele aparece como ator importante no processo de reafirmação/fortalecimento da direita, na disseminação do sentimento anti-PT e como formador de opinião favorável ao *impeachment*, bem como contrário ao bolivarianismo e ao comunismo (MESSENERG, 2017, p. 636).

B) LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais)

Bolsonaro se refere à temática LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) em 73,6% das entrevistas. Na análise, atentou-se para o uso dos termos em relação a esse grupo, que variam bastante, embora os sentidos sejam basicamente os mesmos. Constatou-se que o termo mais utilizado por Bolsonaro é “homossexual/homossexualismo”; seguida da palavra “gay”¹³⁶. As expressões “Transexual/transexuais” não apareceram no conteúdo discursivo.

Nos conteúdos discursivos, as principais linhas argumentativas identificadas foram:

- a) desconstrução sócio-moral das identidades LGBTs, representadas como anormais, oriundas de ambientes socialmente instáveis, fruto de mau comportamento e parte do submundo da prostituição, violência e drogas;
- b) oposição e crítica sistemática ao que ele chama de ‘kit gay’ (material escolar contra a homofobia que seria distribuído em escolas da rede pública);
- c) forte oposição e crítica recorrente a políticas, benefícios, leis e direitos dessa população.

Discursos de que ‘não quer na família’, ‘não aceita filho gay’, ‘gays desgastam valores familiares’, ‘gays se vitimizam’, ‘ser gay não é normal’, entre outras críticas/opiniões que expressam uma aversão pessoal mais direta, estão presentes em quase metade das entrevistas (47,3%).

“Isso nem passa em minha cabeça (de ter um filho gay), porque eles tiveram uma boa educação. Eu fui um pai presente, então não corro esse risco.” (CQC, 2011)

“Pergunta: Um casal homossexual como vizinho desvaloriza sua casa?

Resposta: Sim, desvaloriza! Se eles andarem de mãos dadas, derem beijinho, vai desvalorizar. Porque, se uma pessoa quiser comprar minha casa e estiver adotando uma criança, vai ver aquilo e sair fora. Ninguém fala porque tem medo de ser tachado de homofóbico, mas é uma realidade. Não sou obrigado a gostar de ninguém. Tenho que respeitar, mas gostar, eu não gosto.” (PLAYBOY, 2011)

“O risco de ser contaminado com o sangue de homossexual é 17 vezes maior do que com o de heterossexual. Duvido que alguém aceite sangue doado por homossexual sabendo desse risco. Cuidar da minha saúde é diferente de ser preconceituoso.” (ÉPOCA, 2011)

Enunciados que se referem ou atacam o ‘kit gay’ aparecem em 42,1% das entrevistas. Os argumentos defendidos são os de que ‘o kit gay estimula o homossexualismo e a pedofilia’, ‘o kit gay destrói/afronta a família’ e ‘escola não é lugar de erotizar criancinhas’. O

¹³⁶ A análise excluiu da contagem o termo gay quando aparecia na expressão ‘kit-gay’, considerada um signo específico, de sentido diferente.

principal inimigo construído relacionado ao kit gay é a presidente Dilma Rousseff, como aquela que tem um 'caso de amor à causa gay' e/ou aquela que quer afrontar a família brasileira (BRASIL EM DISCUSSÃO, 2012; MARIANA GODOY, 2015). O ministro da Educação da época, Fernando Haddad, também é associado à temática e chamado de 'pai' do kit gay (AGORA É TARDE, 2012).

"Pra defender as crianças, eu entro com as quatro patas no peito desse canalha que quer defender filme pornográfico, homo e hétero, dentro da escola (...)" (THE NEW YORK TIMES, 2016)

A ideia de que 'homossexualismo é resultado de um meio promíscuo e/ou instável' e que pessoas bem criadas/educadas não seriam gays está manifestada em 42,1% das entrevistas. Bolsonaro relaciona essa população diretamente a prostíbulo, violência, pedofilia, doenças, como a Aids, e ao consumo de drogas.

"A maioria dos homossexuais é assassinada por seus respectivos cafetões, em áreas de prostituição e de consumo de drogas, inclusive em horários em que o cidadão de bem já está dormindo." (ÉPOCA, 2011)

Pergunta: Associar homossexualismo a drogas, pedofilia e Aids não é ignorância da sua parte?

Resposta: Faço essa associação, sim. Se você pegar o pessoal da Cracolândia... ali ele fuma crack, maconha, cheira cocaína, fuma óxi... e o cara pode ter uma relação, seja com quem for, se porventura ele entrar em ereção...

Pergunta: Mas pedofilia, deputado, é praticar sexo com crianças.

Resposta: Uma parte dos homossexuais se associa a isso. Não vou generalizar, dizer que todo homossexual está atrás de criancinha. Mas acho que, entrando numa determinada fase e degradação, a pedofilia acontece. Uma coisa puxa a outra." (PLAYBOY, 2011)

Em sua visão de mundo, a homossexualidade é considerada uma degeneração moral e social, uma prática contra a natureza humana, uma vez que os indivíduos estariam destinados, pelos mandamentos de Deus, às relações heterossexuais e monogâmicas, bem como contrárias à ordem social, trazendo caos, prostituição, violência e vulgaridade ao mundo.

"A relação heterossexual e monogâmica, resultado de contingências históricas e culturais, converte-se em algo natural, evidente e permanente. O homossexualismo, por sua vez, é retratado como prática antinatural, contrária à natureza humana e aos preceitos divinos." (DANTAS, 2011, p. 213)

Como a homossexualidade é associada diretamente à desvalorização da família tradicional e à deterioração moral e sexual da sociedade, a união afetiva entre pessoas do mesmo sexo não pode, nesse tipo de visão de mundo, constituir nem ser considerada como família (ALMEIDA, 2017, p. 24).

Opiniões contrárias a direitos LGBTs, incluindo a lei de criminalização da homofobia, a adoção de crianças e/ou sistema de cotas, estão manifestadas em 42,1% das entrevistas. Ele associa à adoção por casais homossexuais à prática da pedofilia e/ou defende que o possível filho adotado também seria homossexual, como os pais, por imitação. O ator também nega a existência da homofobia no Brasil e ataca o projeto de lei apresentado na Câmara Federal.

“Mas vocês querem o quê? Levar o PLC 122 (projeto que criminaliza a homofobia) ao Código Penal? Só porque alguém gosta de dar o rabo dele passa a ser um semideus e não pode levar porrada...?” (EL PAÍS, 2014)

“Para mim todo mundo é igual. Não é porque o elemento tem prazer anal que você vai querer dá bolsa de estudo, como está proposto agora para o pessoal LGBT.” (AGORA É TARDE, 2012)

“Pergunta: O senhor acha que a homofobia tem que ser crime?”

Resposta: Por que não “porcofobia”, por que não “flamengofobia”? Se você quer defender que homossexualismo é uma questão natural, que a pessoa nasce assim, vamos respeitar os pedófilos, que também nasceram assim. No meu tempo, não existiam tantos gays. Hoje, é muito influenciado pela mídia. Quando você vê uma novela, geralmente o casal homossexual é mais inteligente, vive melhor, não tem traição. No subconsciente, vai influenciando e, em geral, as crianças.” (CORREIO BRAZILIENSE, 2005)

Sobre os direitos LGBTs, Bolsonaro critica a esquerda, como patrocinadora desses grupos e valores, que tanto ameaçam a família e a sociedade. Nesse sentido, critica duramente os deputados federais Jean Wyllys (PSOL-RJ), Erica Kokay (PT-SP) e Maria do Rosário (PT-RS), a ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, a presidenta Dilma Rousseff, etc.

Em algumas falas, o ator afirma que os gays são privilegiados politicamente. Ele chega a afirmar que eles querem ser melhores que os demais indivíduos (THE NEW YORK TIMES, 2016) e que o governo quer dar super poderes a eles (PLAYBOY, 2011). No entanto, se sabe que isso não acontece, tendo em vista a dificuldade e tensão na construção e aprovação de direitos para essa população.

Muitas vezes, Bolsonaro tem se valido do recurso de dizer que não é preconceituoso nem homofóbico e que tampouco é contrário aos homossexuais, talvez na tentativa de tornar sua crítica/oposição menos pessoal e generalizada (a soar menos preconceituosa) e

mais política (sugerindo que é contra determinados projetos e ideias específicos). No entanto, essa tentativa de desfaçatez pouco se sustenta, porque na sequência da(s) fala(s) ou da entrevista é comum haver elementos que marcam o lugar da repulsa, do incômodo e/ou da vontade de exclusão, mesmo com ele reafirmando que não tem problema pessoal-moral com os gays.

“Pergunta: O senhor não é homofóbico?”

Resposta: Pô, eu nunca tive problema com, com, com... O meu problema com gay apareceu em novembro de 2010, quando eu descobri o material escolar que seria distribuído para criancinhas a partir de 5, 6 anos de idade. Um filme de meninas se beijando! (...) Entrei com tudo. Dei uma de Júnior Baiano do Flamengo, dos bons tempos, entrei rachando. E daí, como não tem argumentos contra mim, acusam-me de homofóbico.” (MARIANA GODOY ENTREVISTA, 2015)

“Pergunta: Você tem ódio dos gays?”

Resposta: Não, não. Minha briga sempre foi contra o material escolar.

Pergunta: O chamado kit gay?

Resposta: O tal kit gay. Nós não podemos admitir que crianças de, a partir de seis, sete anos de idade recebam filmetes, cartazes e livros dizendo que ser gay é legal e normal. Não podemos admitir isso aí.” (PROGRAMA DO RATINHO, 2014)

“Até muitos homossexuais que falam comigo, que eu não discrimino, tá certo?! Eu sou contra aquele cara que quer aparecer, achando que é melhor que os outros só porque tem prazer com outro órgão, entendeu? Não, aí não. Cota pra ele não.” (AGORA É TARDE, 2012)

C) BANDIDOS

Os bandidos compõem outro grupo bastante atacado discursivamente e negativamente explorado por Jair Bolsonaro. Nessa categoria, estão incluídos ‘traficantes’, ‘sequestradores’, ‘estupradores’, ‘menores infratores’, ‘presidiários’ e ‘terroristas’. Os discursos de ataque reforçam dois aspectos de sua visão de mundo: o modelo de Estado autoritário, violento e de base fortemente moral que ele defende e, ao mesmo tempo, o empoderamento das forças policiais, militares e repressivas, como aqueles que gerem, controlam e combatem esse grupo maléfico.

Os criminosos são vistos como indivíduos impiedosos e desvirtuados morais, que tendem a cometer crimes cada vez mais graves – se não parados pela lei/Estado. Bolsonaro modaliza suas imagens como totalmente conscientes dos atos que cometem (seguindo a lógica de que ‘são criminosos por vontade’), naturalmente cruéis e, em grande medida, irrecuperáveis. Esses indivíduos são representados sem quaisquer problematizações sobre suas origens, classes, papéis sociais, históricos pessoais e familiares; bem como o Estado não

figura como um dos atores responsáveis pelo problema da violência urbana, sendo sua única função reprimir o crime e os culpados. Esse ator não faz qualquer menção aos problemas sociais e sua relação com a violência. A criminalidade é construída como um ato intencional por desvio moral. Questões como miséria, fome, deseducação, exclusão, desassistência não são mencionados pelo ator na tentativa de discutir a violência urbana.

Por infligirem os ‘cidadãos de bem’, descumprirem os mandamentos de Deus e violarem a ordem social, merecem tratamento hostil, máxima punição, pouco ou nenhum tipo de direitos humanos e muito menos piedade por parte da população. Como já foi pontuado, Bolsonaro chegou a defender a tortura para traficantes e sequestradores (PLAYBOY, 2011). Tem um projeto de castração química para estupradores (ZERO HORA, 2014 / THE NEW YORK TIMES, 2016). Ataca recorrentemente os menores infratores, afirmando que seu projeto de lei inicial era reduzir a maioria penal para 14 anos, para qualquer tipo de crime, independentemente da natureza e dolo (MARIANA GODOY, 2015).

“É o caso do Champinha aqui, se coloque no lugar do pai, doutor Ari, o advogado, pai daquela menina que foi estuprada por três dias e assassinada pelo Champinha. Vai recuperar esse cara?” (PROGRAMA DO JÔ, 2005)

Pelos presidiários, manifesta uma vontade de vingança e revanche tão expressiva, que chega a afirmar que ‘na cadeira é lugar de pagar os pecados’ (PROGRAMA DO RATINHO, 2015). Considera os terroristas irrecuperáveis e os representam como aqueles que não têm amor pela própria vida nem pela vida dos outros. Ele defende a manutenção da base de Guantánamo pelos Estados Unidos, bem como o uso de métodos violentos para prendê-los e/ou obterem informações (THE NEW YORK TIMES, 2016).

Para tentar ser o mais convincente e persuasivo possível em seu discurso anti-bandido e anti-direitos humanos, Bolsonaro recorre aos exemplos mais extremos, sempre envolvendo crianças, mulheres ou a família, dotando a narração de dramaticidade, apelo e indignação. Ele constrói uma espécie de arena discursiva, onde de um lado está o bem e do outro o mal, duelando constantemente, a partir de representações totalmente assimétricas: em um polo, o cidadão de bem, que é honesto, trabalhador e decente; e do outro, o criminoso, que é imoral, violento, capaz de qualquer coisa, impiedoso e impossível de ser ressocializado.

“Quando você bota um menor na cadeia, você consegue que as pessoas de bem não sofram violência.” (EL PAÍS, 2014)

5.3 REFLEXÕES SOBRE OS ACHADOS

Jacques Rancière traça um paralelo entre o que chama de polícia e política, que é interessante para pensar o caso Bolsonaro. Ele vincula o conceito de polícia (e afirma que o utiliza em sentido neutro e não pejorativo), a práticas de ordenamento e controle sobre as populações, seus corpos, seus lugares, sua organização e suas funções. A polícia está diretamente associada à vigilância e à repressão para fins de ordem pública. É o espaço onde o comando se exerce.

Já o conceito de política está relacionado com formas e espaços de confronto entre adversários em condições paritárias, como lugar da divergência ideológica, da multiplicidade de ideias, com perturbação da estabilidade.

Proponho reservar a palavra *política* ao conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia, pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Essa igualdade, como vimos, não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável. (RANCIÈRE, 1996a, p. 372)

Como a política privilegia o dissenso e o diálogo, e a polícia vincula-se à ordem e a uniformidade, por meio da dominação social, percebe-se que a visão de mundo de Bolsonaro se aproximaria muito mais da polícia, do que da política. Como foi mostrado nos dados, esse ator tende a colocar os corpos em lugares pré-determinados e pré-estabelecidos, em funções exclusivas, com desejo de homogeneidade social, uma vez que demonstra forte apego à ordem tradicional. Também se incomoda excessivamente diante daquilo que compreende como anormal, instável, mutável ou ameaçador a seus valores e crenças.

O desejo de vigilância moral, a intolerância frente a certos grupos/práticas e a indisposição à negociação/diálogo tendem a acionar dispositivos de polícia, que restringem as liberdades de ação e expressão dos indivíduos, a pluralidade e gera opressão. De acordo com Rancière (1996a), a regulamentação moral e as estratégias de homogeneização e universalização de comportamentos são típicas da esfera policial, que geram a supressão da política.

Bolsonaro manifesta desejo de opressão sobre as identidades consideradas inimigas, reproduzindo violências, sobretudo simbólicas, e não reconhecendo certos grupos como

portadores de direitos ou como “iguais”. Além disso, costuma estruturar suas imagens e representações do mundo real, a partir de recortes polarizados, em mundos fictícios de bem e mal. Esses mundos litigiosos se revelam, ao mesmo tempo, juntos e profundamente separados. Também a polícia, em suas funções, divide o mundo entre os polos da ordem e da desordem, da lei e da anarquia, a reprimir os corpos dissonantes.

Essa estratégia de polarizar a sociedade indica que a política, o Estado, os direitos e os acessos devem estar a serviço dos cidadãos de bem, que, por isso, devem ter autoridade, autonomia e poder para moralizar, controlar e vigiar os malfeitores sociais, que são diretamente associados à indignidade, anormalidade e vergonha, perseguidos em verdadeiras “cruzadas morais” (PIERUCCI, 1987).

Os grupos inimigos tendem a ser modalizados como bodes expiatórios, que servem para “purgar a comunidade inteira de suas faltas, de sua violência intrínseca” (COLOMBO, 2016, p. 56). Diante da ameaça de seu mundo, os radicais de direita passam a procurar, ao seu redor, *outgroups* em cima dos quais despejar ódio e ressentimento (PIERUCCI, 1987, p. 30). Assim, a personificação de determinado grupo como o mal permite seu fácil reconhecimento e, por consequência, a vigilância e o combate (MESSENBURG, 2017, p. 635).

Esse processo de demonização contribui para a reafirmação dos *outgroups* como a ‘antítese da normalidade’, como uma forma transviada de resposta ao que não se compreende ou o que não se aceita na história, de maneira que tal estratégia acaba servindo, ao mesmo tempo, como um “instrumento poderoso para a exclusão dos diferentes e justificador de fracassos.” (MESSENBURG, 2017, p. 635-636)

Esse tipo radical de enredo, de que para ‘salvar’ e/ou ‘consertar’ a nação é preciso restringir certos grupos, tem, por mais antidemocrático que pareça, capitalizado politicamente o personagem Jair Bolsonaro. Esse ganho de capital político a partir da exploração de discursos radicais contra *outgroups* também tem sido percebido em casos europeus (MINKENBERG, 2011; RYDGREN, 2007).

Com tudo isso, a perspectiva autoritária de Bolsonaro tende a limitar o pluralismo e a diversidade, principalmente pela tendência de não tolerar a diferença e de não reconhecer ou aceitar a condição paritária ideal que os sujeitos sociais devem ter nos regimes democráticos, não desejando ou não lidando satisfatoriamente com a heterogeneidade de interesses, de identidades, bem como com os conflitos da multiplicidade democrática.

CONCLUSÃO

Este estudo de caso teve o objetivo principal de refletir sobre os conteúdos discursivos do deputado federal (e pré-candidato a presidente da República) Jair Bolsonaro, a partir de categorias teóricas que tentam iluminar o campo do radicalismo de direita no fim do século XX. Com base na literatura existente, que trata preponderantemente dos contextos da Europa, o trabalho buscou compreender algo mais sobre as bases discursivo-ideológicas desse fenômeno no Brasil. O trabalho partiu do pressuposto de que Bolsonaro apresenta afinidades e similitudes com o que a teoria europeia chama de ‘nova direita radical’, que ascendeu sobre democracias no pós-1980.

A análise empírica confirmou que essa premissa se justifica, uma vez que Bolsonaro se alinha muito diretamente às categorias teóricas do Estado Forte, da Antidemocracia e do Nacionalismo de ataque e exclusão de grupos – porém não do Nacionalismo de mitificação nacional e do nativismo. Também se verificou que há convergências importantes com a xenofobia, sobretudo no que diz respeito à desconstrução e/ou estigmatização de certos estrangeiros, bem como na vontade de o Estado controlar e evitar certos imigrantes; e com o racismo, especificamente na posição totalmente contrária às cotas para negros e na inferiorização de suas capacidades/habilidades em relação aos não-cotistas. Além disso, em consonância com a literatura europeia, esse ator adota performances ofensivas e enredos extremados contra os grupos inimigos, inclusive em aparições midiáticas, recorrendo a teorias conspiratórias e construindo bodes expiatórios, sobre os quais lança ira e pavor, e culpa pelos problemas do país.

Como era esperado, no entanto, o caso brasileiro apresenta certas especificidades em relação à teoria europeia. Uma das mais nítidas discontinuidades se refere, exatamente, ao ponto mais asseverado por essa literatura, que é o nativismo autoritário xenófobo, ou seja, a ideia/sentimento de que a nação deve ser exclusiva dos nativos (MUDDE, 2000). Porém, a não-correspondência do caso brasileiro com os casos da Europa enriquece as discussões, à medida que impõe, à teoria, a necessidade de certos refinamentos, de modo a pensar o radicalismo de direita para além do discurso exclusivamente xenófobo, admitindo outros tipos de enredos como bases ideológicas da direita radical recente.

Essa dissertação infere que o central na ideologia do radicalismo de direita não é, necessariamente, o nacionalismo xenófobo, mas a junção de vários aspectos que culminam em uma agressiva estratégia de ataque a grupos, sustentada, fundamentalmente, na perspectiva de que os indivíduos são desiguais e, assim sendo, não podem ocupar os

mesmos espaços, terem os mesmos direitos e integrarem a mesma sociedade. Depois, é baseada em uma vontade de exclusão, que se bifurca em um forte desejo de vigilância moral e no controle/ordenamento social e político desses grupos.

Na Europa, de fato, os radicais de direita consideram os imigrantes como os principais “inimigos nacionais”, porém no Brasil, onde a imigração, na atualidade, não tem uma relevância social ou onde existem outros problemas mais possíveis de serem explorados e transformados em enredos radicais e, conseqüentemente, em apelos eleitorais mais efetivos, os segmentos atacados são outros, evidenciando que os ‘objetos’ de ataque variam de contexto para contexto, mas a estratégia de persegui-los se mantém.

No caso de Bolsonaro, essa postura de atacar *outgroups* se estrutura em duas bases principais:

- 1) em um nítido incômodo de classe, de maneira que os segmentos desconstruídos são também os oprimidos sociais: LGBTs, bandidos, presidiários, menores infratores, negros, mulheres, beneficiários de programas sociais, pobres, nordestinos, índios, quilombolas, etc. Contra esses tipos, há vontade de ordenação, moralização, isolamento e dominação social, de modo que a relação entre o ator e essas populações é bastante assimétrica, agravada por sua condição política privilegiada (lugar de fala, acessos diferenciados, imunidades, foro privilegiado, etc).
- 2) em uma forte divergência político-ideológica, amparada no anticomunismo e na defesa da ditadura militar. Esse tipo de ataque é voltado contra esquerdistas, petistas e comunistas. Nessa relação, o desejo central é “salvar a nação” de ideologias que possam ter algum tipo de complacência com os oprimidos sociais, contra as elites constituídas.

Em ambos os casos, o combate incansável e a desconstrução sistemática visam afastá-los do poder e do Estado, a preservar as desigualdades, os privilégios e as tradições.

A realidade brasileira é construída, em Bolsonaro, de uma maneira polarizada, entre o bem e o mal. Assim, os ‘cidadãos de bem’, grupo idealizado e o qual o ator faz questão de pertencer, estão de um lado, e os inimigos, moralmente ameaçadores e socialmente inferiores, estão do outro. Enquanto um grupo é exaltado e referendado, o outro é atacado, desconstruído e demonizado. O sentimento de desprezo e a virulência são mobilizados para acrescer a performance de autenticidade e personalismo.

Nesse sentido, a estratégia discursiva inclui a construção do duelo, a representação dos lados oponentes e aquilo o que o ator deseja como final da história, que seriam as suas

ideias para ‘consertar’ e ‘salvar’ a nação. A partir de um entendimento sócio-histórico simplista e despolitizado, bem como de um forte incômodo sócio-moral, o roteiro propõe o óbvio, que o suposto bem vença o suposto mal, ou seja, que o cidadão de bem tenha o controle, a autoridade e a autonomia sobre os cidadãos maléficis, no aspecto legal/penal, com leis mais rígidas e penas mais severas; no aspecto político, coordenando e decidindo sobre seus direitos e políticas públicas; e no aspecto moral, impondo-lhe valores, restringindo seus modos de ser/viver, isolando as anormalidades e combatendo a quebra da ordem tradicional.

A análise mostrou ainda duas importantes particularidades do caso Bolsonaro em relação à teoria europeia. A primeira é que o ator brasileiro defende explicitamente e recorrentemente uma ditadura, um governo autoritário que perseguiu, torturou e matou milhares de pessoas. Já na Europa, a tendência dos radicais de direita, sobretudo dos candidatos que pleiteiam cargos nacionais, é afastar sua imagem política o máximo possível de regimes autoritários e excessivamente violentos, como o nazismo e o fascismo, conforme pontou Minkenberg (2011). Um dos exemplos que ilustram isso é o caso de Jean-Marie Le Pen, que afirmou, certa vez, que as câmaras de gás nazistas eram um detalhe da história. A declaração levou sua filha, Marine Le Pen, a expulsá-lo do partido (Frente Nacional) que, outrora, ele mesmo havia fundado.

A outra especificidade é que Bolsonaro, ao contrário dos europeus, é forte opositor do Estado de Bem Estar Social, criticando benefícios de transferência de renda, programas de inclusão social e educacional, direitos trabalhistas, etc. Na Europa, conforme identificou Mudde (2000), os radicais de direita tendem a defender o que ele chamou de ‘welfare chauvinism’ (Chauvinismo de Bem-Estar Social), ou seja, um Estado Social forte e protetor, porém voltado exclusivamente para os nativos.

Assim, conclui-se que Jair Bolsonaro apoia seus discursos e aposta sua popularidade e imagem pública nas temáticas da:

- a) violência urbana – assume forte discurso punitivista, principalmente com pautas em defesa da redução da maioria penal e da pena de morte, além da forte tônica anti-direitos humanos;
- b) defesa da família – costuma jogar discursiva e ideologicamente com os valores morais e familiares, deslocando-os para o espaço de discussão pública. Defende uma visão ultraconservadora e religiosa de família, em forte medida romantizada e idealizada, que admite como formato exclusivo os casais heterossexuais, sendo os pais a maior autoridade sobre os filhos. Manifesta sério desconforto com a

possibilidade de quebra da ordem tradicional do mundo. Isso fica muito evidente em seu ataque sistemático e contundente às identidades LGBTs.

- c) defesa da memória da ditadura militar – defende o regime militar em variados aspectos. O ator tanto nega que houve golpe, para a tomada do poder; quanto justifica a tortura como necessária, diante do risco de ‘comunização’ do Brasil.
- d) corrupção – na crítica aos corruptos e no autoelogio de sua moralidade, coerência e autonomia política, quesitos nos quais tenta fixar sua imagem.

Evidentemente que o caso Bolsonaro apresenta muitas nuances, relações e especificidades que não foram abordadas nesta pesquisa, tanto pela restrição do recorte quanto pelo limite do tempo. Mas é importante observar que seria muito difícil e pouco provável conseguir explicar ou refletir sobre a ideologia desse ator apenas na perspectiva das direitas conservadora e neoliberal, de modo que este trabalho recorreu à literatura do radicalismo de direita para tentar ir mais fundo na compreensão do caso, principalmente uma teoria que problematizasse esse tipo de performance política um tanto antipolítica, ou pelo menos, politicamente incorreta, de atacar e excluir, em performances midiáticas, determinados tipos sociais como atrativo político e apelo de voto.

Assim, se percebe que o caso Bolsonaro mescla o ultraconservadorismo punitivista com princípios militaristas fortes, anticomunismo e uma suposta inclinação para o liberalismo econômico, embora seja autoritário demais para deixar o mercado agir livremente. Como qualquer ator político de carreira longa, Bolsonaro varia entre ‘mais radical’ e ‘menos radical’ conforme o contexto, o tempo e o jogo político. De maneira, que não teria sobrevivido tanto tempo na política se não tivesse uma estratégia bem definida e bem executada e se não soubesse modalizar os mais diversos temas, conforme exige as tensões e conflitos do próprio campo.

Dentro de uma estratégia politico-eleitoral ‘populista’, como chamam os europeus, Bolsonaro explora os assuntos, extrapolando a cautela que a política costuma impor e imprimindo a sua marca naquilo que nenhum outro político diria. Com a violência urbana, tem feito claramente isso, assumindo discursos alarmistas para dialogar com o cidadão e externalizando os mais profundos desejos de vingança e revanche contra o bandido.

Também agiu assim quando pediu o fuzilamento de Fernando Henrique Cardoso, após a privatização da Vale do Rio Doce. Se apenas se opusesse à venda, seria mais um parlamentar de oposição e não é isso que Bolsonaro parece querer. Era preciso extrapolar. Fez isso em relação à ditadura militar, avançando de um discurso de classe para um cínico

enredo de negacionismo histórico. Quando citou o coronel torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, no *impeachment* da presidente Dilma, não queria apenas votar, mas, com outros instrumentos e em nova época, retorturar e provar que a ditadura ainda vive, mesmo no interior das casas legislativas, nos processos constitucionais.

Assim, chama-se a atenção para os modelos autoritários de Estado e sociedade que a direita radical costuma (re)criar e distribuir aos cidadãos-eleitores, estruturados em uma forte vontade de opressão/dominação sobre os grupos não-hegemônicos, a inferioriza-los ou puni-los ainda mais; uma fortíssima aversão a políticas, ideologias ou grupos que possam se comprometer em favor dos oprimidos sociais, contra determinados privilégios de classe/grupo; e um marcado discurso de desordem ou caos social para justificar suas medidas drásticas, seus purismos salvadores, suas simpatias pela violência e pelo autoritarismo, seus discursos despolitizados e descontextualizados. Desnaturalizar essas posturas são fundamentais para compreender e aperfeiçoar a democracia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALMEIDA, Fábio Chang de. **A direita radical no Portugal democrático: os rumos após a Revolução dos Cravos**. Tese (doutorado) – Departamento de História, UFRGS, 2014. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/114413>.
- ALMEIDA, Ronaldo. **A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo**. São Paulo: Cadernos Pagu, n. 50, 2017. Em <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500001>.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- _____. **Espectro da esquerda à direita no mundo das ideias**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- ARENDT, HANNAH. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BARBOSA, Jefferson. **Chauvinismo e extrema direita: crítica aos herdeiros do sigma** (capítulos 1, 7 e 8). São Paulo: Editora da Unesp, 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, 2ª edição, (pp 189-217).
- BERTONHA, João Fabio. **A direita radical brasileira no século XX: do monarquismo e das ligas nacionalistas ao fascismo e à ditadura militar (1889-2011)**. Universidad de Salamanca: Studia Historica, 30, 2012 (pp 133-150). Disponível em revistas.usal.es/index.php/0213-2087/article/viewFile/9904/10270
- _____. **O integralismo e sua história** (capítulos 1 e 4). Salvador: Editora Pontocom, 2016. Disponível em https://joaofabiobertonha.files.wordpress.com/2016/01/bertonha-integralismo_41_5694ed68b51c1-1.pdf
- BETZ, Hans-George. **The New Politics of Resentment: Radical Right-Wing Populist Parties in Western Europe**. Comparative Politics, vol. 25, n. 4, 1993 (p. 413-427).
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1998, 11ª edição.
- _____. **Esquerda e direita: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp Editora, 3ª edição, 2011.
- BRANDALISE, Carla. **Europes des patries: histórico da extrema direita europeia**. Revista Cena Internacional, ano 7, n. 1, Brasília: UNB, 2005. Disponível em <http://132.248.9.34/hevila/CENAIternacional/2005/vol7/no1/3.pdf>

CALDEIRA NETO, Odilon. **“Nosso nome é Enéas”: Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006)**. Tese (doutorado) – Departamento de História, UFRGS, 2016. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/148426>

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Neonazismo: o renascer da besta. In: PINSKY, Jaime; PINSKY Carla B. (Orgs.). **Faces do fanatismo**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª edição, 2014.

COLOMBO, Eduardo (et al). **Políticas do medo**. São Paulo: Intermezzo, 2016.

COUTINHO, João Pereira. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

CRESWELL, John. **Projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2007, 2ª edição.

CRUZ, Sebastião Velasco. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CODAS, Gustavo; CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André (orgs). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DANTAS, Bruna S. A. **Religião e política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal**. Tese (doutorado) – Departamento de Psicologia Social, PUC-SP, 2011. Em <https://sapiencia.pucsp.br/.../1/Bruna%20Suruagy%20do%20Amaral%20Dantas.pdf>

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Hucitec, 1979.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. **A Terceira Via**. Rio de Janeiro: Record, 3ª reimpressão, 2000.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

GREVEN, Thomas. **The rise of right-wing populism in Europe and the United States: a comparative perspectives**. May 2016.

GRIFFIN, Roger. **Modernity under the New Order: The Fascist Project for Managing the Future**. London: Oxford Brookes School of Business imprint, 1994

IGNAZI, Piero. **The intellectual basis of right-wing anti-partyism**. European Journal of Political Research, nº 29, april 1996 (pp. 219-296)

_____. **The Re-emergence of the Extreme Right in Europe**. Institut für. Höhere Studien. Reihe Politikwissenschaft. 21 März 1995.

_____. The Extreme Right: Defining the Object and Assessing the Causes. In SCHAIN, Martin et al. **Shadows over Europe: The Development and Impact of the Extreme Right in Western Europe**. New York: Palgrave MacMillan, 2002 (pp 21-38).

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In CODAS, Gustavo; CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André (orgs). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. La inferencia descriptiva. In ___. **El desenho de la investigación social: la inferencia científica em los estudios cualitativos**. Madrid: Alianza Editorial, 2000 (pp 45-71).

LANGENBACHER, Nora e SCHELLENBERG, Britta. Introduction: An anthology about the manifestations and development of the radical right in Europe. In ____ (eds). **Is Europe on the “right” path? Right-wing extremism and right-wing populism in Europe**. Bonn: Bonner Universitats-Buchdruckerei, 2011.

LINZ, Juan. Regimes autoritários. In: O’DONNEL, Guillermo (et al). **O Estado autoritário e os movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, (pp. 119-201).

LUKES, Steven. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, T.; BELLAMY, R. (Eds.). **The Cambridge History of Twentieth-Century Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MADEIRA, Rafael e TAROUÇO, Gabriela. **Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual**. Revista Pós Ciências Sociais, 2011. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/591/338>

MARQUES, Eduardo. **Leis Gerais, Explicações e mecanismos: para onde vão nossas análises?** In: Dossiê: métodos e explicações da política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 64, 2007, (pp 141-145).

MESSEMBERG, Débora. **A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros**. Revista Sociedade e Estado, vol. 32, n. 3, Set-Dez., 2017, (pp. 621-647). Doi: 10.1590/s0102-69922017.3203004

MINKENBERG, Michael. **The Radical Right in Postsocialist Central and Eastern Europe: Comparative Observations and Interpretations**. East European Politics and Societies, Vol. 16, n. 2, 1998, (pg 335–362).

_____. **The Renewal of the Radical Right: Between Modernity and Anti-modernity**. Government and Opposition, vol 35, n. 2, April 2000 (pg. 170-188).

_____. The radical right in Europe today: Trends and patterns in East and West. In LANGENBACHER, Nora e SCHELLENBERG, Britta (eds). **Is Europe on the “right” path? Right-wing extremism and right-wing populism in Europe**. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project ‘Combating right-wing extremism. Bonn: Bonner Universitats-Buchdruckerei, 2011.

MUDDE, CAS. **The war of words defining the extreme right party family**. West European Politics, Vol. 19, n. 2, 1996 (p. 225-248).

_____. **The ideology of the extreme right**. Manchester: Manchester University Press, 2000. Disponível em <http://www.open.org/search?identifi er=341385>

_____. **Populist Radical Right Parties in Europe**. New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. **The Populist Radical Right: A Pathological Normalcy**. West European Politics, vol. 33, nº 6, 2010, (p. 1167 — 1186).

NAVARRO, Vicenç. **Existe uma Terceira Via? Uma resposta à ‘Terceira Via’ de Giddens**. Revista Lua Nova, n. 48, 1999, p. 175-186. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451999000300010&script=sci_abstract&tlng=pt.

NORRIS, Pippa. **A tese da "nova clivagem" e a base social do apoio à direita radical**. Opinião Pública, Campinas, Vol. 11, n. 1, mar 2005 (p.1-32).

PAPPAS, Takis. **Are Populist Leaders “Charismatic”? The Evidence from Europe**. Constellations, 2016.

PAXTON, Robert. **Anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **As bases da nova direita**. São Paulo: Revista Novos Estudos Cebrap, nº 19, dez 1987 (p 26-45).

_____. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Revista Tempo Social, v. 2, n. 2, p. 7-37, 1990. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v2n2/0103-2070-ts-02-02-0007.pdf>

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B (orgs). **Faces do Fanatismo**. São Paulo: Contexto, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In NOVAES, Adauto (org). **A Crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras: Brasília DF: Ministério da Cultura: Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996. Disponível em <https://imagemdissenso.files.wordpress.com/2010/07/o-dissenso-jacques-ranciere.pdf>

_____. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RYDGREN, Jens. **The Sociology of the Radical Right**. Annual Review of Sociology, vol. 33, ago 2007 (241-262). Em <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.33.040406.131752>

SAUL, Renato. **Giddens: da ontologia social ao programa político, sem retorno**. Porto Alegre: Revista Sociologias, ano 5, nº 9, jan/jun 2003, p. 142-173. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5875>. Acesso 1/4/2017.

SCHAIN, Martin et al (coord). **Shadows over Europe: The Development and Impact of the Extreme Right in Western Europe**. New York: Palgrave MacMillan, 2002.

SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, A., BRITES, C., OLIVEIRA, E. et al. **A extrema direita na atualidade**. Revista Serviço Social, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014. Acesso em 10 out 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n119/a02n119.pdf>

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

STEPAN, Alfred. **Estado, corporativismo e autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Caps 2 e 3 (pp 71-140).

TOSTES, Ana Paula. **Razões da Intolerância na Europa Integrada**. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 52, nº 2, 2009, p. 335 a 376.

VÁSQUÉZ, Adolfo Sánchez. Esquerda e direita na política: e na moral? In: _____. **Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WIEVIORKA, Michel. **El Racismo: una introducción**. Barcelona: Gedisa, 2009.